

JOSIANE FONSECA DE BARROS

**REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE
COOPERATIVAS POPULARES:
projeto societário e projeto educativo**

Dissertação apresentada ao Curso
de Pós-Graduação em Educação da UFF,
como requisito parcial para a obtenção do
Grau de Mestre. Campo de Confluência:
Trabalho e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lia Tiriba

Niterói
2003

JOSIANE FONSECA DE BARROS

**REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE
COOPERATIVAS POPULARES:
projeto societário e projeto educativo**

Dissertação apresentada ao Curso
de Pós-Graduação em Educação da UFF,
como requisito parcial para a obtenção do
Grau de Mestre. Campo de Confluência:
Trabalho e Educação.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dr^ª. Lia Tiriba
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Antonio David Cattani
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Niterói
2003

AGRADECIMENTOS

Ao Gaudêncio Frigotto, mestre, orientador e amigo, um ser humano de grande sensibilidade e sabedoria.

À Lia Tiriba, que desde o primeiro encontro, com simplicidade, espírito crítico e “olhos de águia”, também me orientou nessa tortuosa caminhada e, quando por um momento desisti em seguir, humanamente me acolheu, fazendo-me acreditar que seria possível.

Aos grandes mestres, Sônia Rummert, José Rodrigues, Eunice Trein, Lúcia Neves, Giovanni Semeraro, Carlos Nelson Coutinho e Osmar Fávero que possibilitaram que este curso de mestrado fosse um dos maiores e inesquecíveis processos educativos de minha vida, quando compartilharam mais que conhecimentos – compartilharam, acima de tudo, o vigor daqueles que lutam por uma sociedade justa para todos.

Aos trabalhadores e trabalhadoras das cooperativas populares incubadas pela ITCP/Coppe/UFRJ, em especial, as diretorias das cooperativas, com as quais tive a oportunidade de aprender, sorrir e me emocionar durante 04 anos de intensa convivência, recebendo sempre muito carinho e reconhecimento como profissional e amiga.

À Flávia Soares, com quem compartilhei momentos profissionais muito especiais e uma valiosa amizade que permanece assegurada.

Ao Professor Bartholo, mestre e amigo que me oportunizou as condições operacionais para que este trabalho se tornasse possível, sempre com muita compreensão.

À Andréia e Jurema, atuais companheiras de trabalho do Espaço Coppe que, com muito carinho e companheirismo, seguraram as pontas durante a minha necessária ausência para a realização da dissertação.

À Angela, Fátima e Lúcia, companheiras de trabalho da Coppe/UFRJ que, com muito carinho me auxiliaram logisticamente na finalização deste trabalho.

À Fabiana e Filipe, talentosos programadores visuais e generosos amigos que deram cor e forma ao Brasil de muitas “INCUBAGENS” desta pesquisa.

Aos coordenadores e educadores das ITCP's que carinhosamente me concederam uma longa entrevista para que este trabalho se tornasse legítimo.

A UNITRABALHO, em especial, ao Diogo, pela gentil atenção que viabilizou parte da coleta de valiosos dados para esta pesquisa.

À Lu Morales, amiga, cúmplice e grande incentivadora das minhas melhores atitudes, principalmente, a vontade de crescer em todas as dimensões humanas, inclusive a intelectual.

A Jaqueline e Beth Serra, que me incentivaram a chegar ao mestrado, e durante a caminhada, me presentearam com uma sincera amizade.

Ao Dinho, meu melhor irmão, não por ser o único, mas por ser um homem que cultivava um coração e uma espiritualidade de grande valor para muitas pessoas, principalmente para mim que, nos momentos mais angustiantes, sempre encontro o abraço, a dedicação, o amor e o colo que me fortalece.

Aos meus pais, Waldyr e Iraci - “meu paizinho e minha mãezinha” - que a origem e a vida humilde, nunca foram impedimentos para sempre iluminar, incentivar e acompanhar minha formação humana e educacional com intenso amor e proteção, deixando-me como maior herança, a dignidade, o desejo de crescer, a afetividade, além de belas e eternas recordações de vida.

Ao Luiz, meu companheiro de todas as horas, que com muita compreensão, sensibilidade, amor e tesão, me fez apostar neste trabalho, permanecendo ao meu lado nos momentos mais difíceis, amadurecendo o nosso amor e a nossa cumplicidade de vida.

A Deus, energia suprema que revitaliza a nossa existência a cada fração de segundo – obrigado por uma vida cheia de conquistas com muitas pessoas maravilhosas ao meu lado que não citei aqui, mas que estão no meu coração.

“A democracia é um paradoxo, pois ela se estabelece quando concordamos que podemos discordar. Quando há unanimidade, perde-se a chance de crescer com as diferenças.” (Frei Betto)

RESUMO

A presente dissertação procura refletir sobre algumas potencialidades e contradições existentes entre o projeto educativo e o projeto societário, de caráter socialista, anunciado pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares filiadas à Rede Universitária de ITCP's. Partindo do cenário da crise do trabalho assalariado e reconhecendo a globalização neoliberal como responsável pelo empobrecimento – em todas as dimensões - de grande parte dos seres humanos, são destacadas as diferentes perspectivas de geração de trabalho e renda, em especial, a proposta da economia solidária como opção econômica e societária das Incubadoras. Ressaltando as principais estratégias da pedagogia do capital e diferenciando-as dos horizontes educativos da pedagogia do trabalho, reafirma-se a perspectiva da educação integral e da formação omnilateral, necessárias ao processo de emancipação social dos trabalhadores e trabalhadoras das *cooperativas populares*. Ao resgatar o processo de constituição da primeira Incubadora são enfatizados a *metodologia de incubagem*, bem como o papel da Coppe/UFRJ de “transferir” a experiência para outras universidades – o que dá origem à Rede Universitária de ITCPs. Para inferir sobre as dimensões ético-políticas e técnico-científicas dos projetos educativos em construção na Rede, são analisados, dentre outros, a composição das equipes de “assessores-educadores”; as instâncias de decisão; os vínculos sociais estabelecidos; as parcerias financeiras; as principais ações implementadas; a *metodologia de incubagem*; a relação com a economia solidária e as expectativas das ITCP's quanto à Rede que integram. À guisa de conclusão e tendo como intenção a contribuição para provocar o debate no interior das ITCPs, relembremos a atualidade das propostas educativas de Gramsci, indicando a importância da construção de bases conceituais que substanciem um projeto político-pedagógico que, em consonância com ações político-econômicas de novo tipo, nos encaminhem para a construção de um projeto societário de caráter socialista.

Palavras chave: trabalho e educação, cooperativismo popular, economia solidária.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre algunas potencialidades y contradicciones existentes entre el proyecto educativo y el proyecto societario, de cuño socialista, anunciado por las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, afiliadas a la Red Universitaria de ITCPs. Considerando el escenario de la crisis del trabajo asalariado y reconociendo la globalización neoliberal como responsable por el empobrecimiento – en todas las dimensiones - de gran parte de los seres humanos, son destacadas las diferentes perspectivas de generación de trabajo e ingresos, en especial la propuesta de la economía solidaria como opción económica y societaria de las Incubadoras. Resaltando las principales estrategias de la pedagogía del capital y diferenciándolas de los horizontes educativos de la pedagogía del trabajo, se reafirma la perspectiva de la educación integral y de la formación omnilateral, necesarias para el proceso de emancipación social de los trabajadodres y trabajadoras de las cooperativas populares. Al rescatar la constitución de la primera Incubadora, son enfatizados la *metodología del incubaje*, y también el papel de la Coppe/UFRJ de “transferir” la experiencia para otras universidades – lo que origina la Red Universitaria de ITCPs. Para inferir sobre las dimensiones ético-políticas y técnico-científicas de los proyectos educativos que se constuyen en la Red, son analizados, entre otros, la composición de los equipos de “asesores-educadores”, las instancias de decisión, los vínculos sociales establecidos, las contrapartes financieras, las principales acciones implementadas, la *metodología del incubaje*, la relación con la economía solidaria y las expectativas respecto a la Red que están integradas. A modo de conclusión y teniendo la intención contribuir para provocar el debate en el seno de las ITCPs, recordamos la actualidad de las propuestas de Gramsci, indicando la importancia de construir las bases conceptuales que soporten un proyecto político-pedagógico, en consonancia con las acciones político-económicas de nuevo tipo, y hacia la construcción de un proyecto societario de tipo socialista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 -	Cooperativas Incubadas pela ITCP/Coppe/UFRJ em 2003	p. 108
Quadro 1 -	Metodologia de Incubagem da ITCP/Coppe/UFRJ – Fase I e II	p. 110
Quadro 2 -	O Significado de Incubagem para algumas ITCP's	p. 112
Quadro 3.	Temas para a Formação da Equipe de uma ITCP	p. 115
Quadro 4	Programas Permanentes da UNITRABALHO/2002	p. 119
Quadro 5	Rede Universitária de ITCP's.....	p. 120
Figura 1	Mapa: O Brasil de muitas “INCUBAGENS”	p. 124
Quadro 6	Relação das Incubadoras no Brasil	p. 127
Tabela 2 -	Mapeamento de Incubagem na Rede Universitária de ITCP's	p. 132
Gráfico 1	Atividades Econômicas Desenvolvidas pelas <i>Cooperativas Populares</i> da Rede Universitária de ITCP's	p. 132
Gráfico 2	Áreas Científicas na Rede de ITCP's	p. 137
Gráfico 3	Profissionais de Pedagogia	p. 137
Gráfico 4	Vínculos Sociais das ITCP's	p. 140
Gráfico 5	Financiamento das Ações Educativas da ITCP's	p. 142
Gráfico 6	As ITCP's na Rede Solidária	p. 148

LISTA DE SIGLAS

ACI –	Aliança Cooperativa Internacional
ADS –	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG –	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BID –	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD-	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES –	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CEASM –	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CNBB –	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNM –	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
COEP -	Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida
CONTAG –	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
COOTRAM –	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Mangueiras
COPPE –	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia
CUT –	Central Única dos Trabalhadores
FASE –	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FAT-	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBB-	Fundação Banco do Brasil
FIEP -	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FINEP –	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ –	Fundação Oswaldo Cruz
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FSM –	Fórum Social Mundial
FUNREI –	Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei
FURB –	Fundação Universidade Regional de Blumenau
ICCO –	Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento
IES -	Instituições de Ensino Superior
ITCP's –	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MTb –	Ministério do Trabalho
NCE –	Núcleo de Computação Eletrônica
NOVIB –	Organização Holandesa para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OIT-	Organização Internacional do Trabalho
ONU-	Organização das Nações Unidas
ONG's –	Organizações Não-Governamentais
PNUD –	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POS –	Programa Oportunidade Solidária
PROEC –	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROERC -	Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias
PRONINC -	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PT –	Partido dos Trabalhadores
SEBRAE-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa

SENAC-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI –	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR-	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT-	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC-	Serviço Social do Comércio
SESI -	Serviço Social da Indústria
SEST-	Serviço Social do Transporte
SERT-	Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho
UCEPel -	Universidade Católica de Pelotas
UFC -	Universidade Federal do Ceará
UFJF –	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPR -	Universidade Federal do Paraná
UFRJ -	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN-	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE –	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCar –	Universidade Federal de São Carlos
UNEB –	Universidade Estadual da Bahia
UNESCO-	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP –	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF-	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS –	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNITRABALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
USP –	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

{ TOC \o "1-4" \h \z }

INTRODUÇÃO TRAJETÓRIA E MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA

A escolha da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares como campo de pesquisa não foi por um acaso. Começou a brotar das inquietações, dúvidas, conquistas e ansiedades vividas na minha prática profissional, quando em 1996 passei a integrar a equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ITCP/Coppe/UFRJ. Naquele momento, o objetivo das minhas atividades era realizar o acompanhamento psicossocial dos grupos comunitários então “assessorados”, que buscavam no cooperativismo popular uma alternativa de sobrevivência - trabalho e renda.

Portanto, durante todo o percurso desta dissertação falo, também, a partir da minha experiência profissional, tendo claro a legítima responsabilidade de elaborar uma pesquisa científica e redigir uma dissertação que cumpra com os requisitos acadêmicos. Desta forma, de agora em diante, a redação ganhará o pronome pessoal NÓS, não apenas por uma questão de formalidade acadêmica, mas, principalmente, porque fui uma das atoras do processo de construção deste pioneiro projeto de incubagem de cooperativas populares, cuja história esta dissertação buscará registrar e sistematizar.

Com relação a nossa participação na equipe da Incubadora, no período de dezembro de 1996 a agosto de 2000, parece-nos importante sinalizar momentos determinantes do nosso percurso, pois, daí brotaram as primeiras inquietações.

Para iniciar o nosso trabalho na Incubadora, elaboramos uma proposta de intervenção pautada na corrente sócio-analítica da Análise Institucional¹ com o objetivo de trabalhar as

¹ Mais adiante explicitaremos melhor esta perspectiva de intervenção. Ver bibliografia: Baremlitt (2002), Barros; Leitão; Rodrigues (1992), Saidon (1987).

questões emergentes e latentes dos trabalhadores e trabalhadoras, partindo da escuta da demanda inicial (manifesta) dos grupos, de acordo com esta proposta:

Buscaremos facilitar e estimular potencialidades, visando fortalecer os grupos e as práticas autogestionárias, ressaltando as diferenças enquanto instrumento de crescimento, potencializando grupos sujeitados a tornarem-se grupos sujeitos, desmitificando os lugares cristalizados de poder que comprometem a emancipação. Esta proposta situa-se no contexto da transdisciplinaridade, no campo do problema, do não-saber, campo este, minado de subjetividades, desejos e frustrações, vividos por diferentes atores sociais, produtos e produtores da história social. (BARROS, Josiane; PASSOS, Flávia, 1997)

Chegamos a atuar por seis meses em uma cooperativa de costura - Cooperativa Royal Flash – localizada na Ilha do Governador / Rio de Janeiro, que passava por um momento de forte conflito no âmbito das relações interpessoais, o que comprometia a organização do trabalho numa perspectiva autogestionária, as finanças e, acima de tudo, a motivação do grupo que até então tinha revelado grande mobilização.

Percebemos claramente durante esta intervenção psicossocial que, grande parte dos conflitos na cooperativa se devia à frágil formação dos componentes da própria equipe da Incubadora, em especial, diante da proposta de interdisciplinaridade/transdisciplinaridade, tão caras ao processo de construção de novas bases para uma nova cultura de trabalho. Formação esta que, além do desafio de ser tecnicamente consistente, deveria ser coerente com a proposta cooperativista, tendo como horizonte a cooperação, a autogestão, a democracia, a transformação da cultura de trabalho capitalista, uma nova ética e, principalmente, uma concepção educativa que convergisse esforços para a construção de um novo projeto societário.

Este desafio exigia da referida equipe, não só recursos materiais, mas também, estratégias didático-pedagógicas inovadoras e apropriadas à filosofia cooperativista. Exigia, acima de tudo, que a própria organização interna da Incubadora refletisse essa filosofia. Que uma identidade estritamente técnica por parte dos chamados “assessores” desse lugar a uma identidade educativa; que as diversas ações educativas refletissem novas dimensões ético-políticas e técnico-científicas; que as parcerias firmadas para a realização do processo de “incubagem” transcendessem ao âmbito econômico, compartilhando da mesma luta político-ideológica.

Mesmo havendo inúmeras dificuldades no cotidiano da referida práxis, as concepções de mundo e de ser humano deveriam convergir. Era real a dificuldade de obtenção de financiamento para a própria atividade de incubagem. Isto, muitas vezes, fazia com que a Incubadora se visse “obrigada” a criar parcerias que a distanciavam do seu horizonte político-ideológico. Os atravessamentos da lógica capitalista em todas as esferas da vida, da sociedade e da própria equipe que militava a serviço das classes trabalhadoras, também eram fatores que mereciam atenção de nossa parte.

A experiência no interior de uma Incubadora foi nos apontando que, o reconhecimento das contradições e o esforço para a superação de tantas ambigüidades parecia ser determinante para a consolidação do trabalho. Isto nos fez acreditar que, somente a partir daí, um projeto político-pedagógico – base e sustentação de todo trabalho educativo - ganharia lugar, importância e concretude para a equipe.

Nossa intervenção sócio-analítica na cooperativa e na própria Incubadora, foi no sentido de provocar analisadores para que, tanto a cooperativa quanto a Incubadora, pudessem “olhar” suas contradições e potencialidades. Para a análise institucional, os analisadores configuram-se em dispositivos inventados ou naturais, implantados para propiciar a explicitação dos conflitos e suas resoluções, tornando manifesto o jogo de forças, desejos, interesses e fantasmas dos segmentos organizacionais. Desta forma, a proposta de autoanálise e de autogestão deveria ser vivida por todos os agentes do processo, não só pelas cooperativas populares incubadas. Assim, acreditávamos que um processo instituinte poderia fortalecer o trabalho de “incubagem de cooperativas populares”, que em última análise, luta por um novo projeto societário.

Entretanto, com aproximadamente seis meses de atuação no denominado setor psicossocial da ITCP/Coppe/UFRJ, sob a justificativa de uma crise financeira, fomos comunicadas que o mesmo seria desativado. Além disso, o processo de incubagem sofreria uma reestruturação metodológica, ganhando uma equipe “enxuta” e coordenada segundo um novo organograma. Esta reestruturação interna combinou o desligamento de grande parte da equipe² com a nossa transferência para um novo setor, denominado de “capacitação profissional”. Este, por sua vez, deveria ser organizado para atender às demandas de

² Até então formada predominantemente por alunos bolsistas do Curso de Engenharia de Produção (graduação e pós-graduação).

formação/capacitação específicas das cooperativas, de acordo com as atividades econômicas das mesmas. Assim, a proposta de intervenção psicossocial anteriormente elaborada e já iniciada com alguns grupos/cooperativas, ficou formalmente inviabilizada.

Tentamos argumentar que uma intervenção sócio-analítica – que tem como principal objetivo a autoanálise, a autogestão e a utopia ativa dos grupos – poderia contribuir para um projeto de cooperativismo popular que se pretendia emancipador. Contudo, a coordenação da incubadora entendeu que a demanda por cursos de capacitação profissional era prioritária, e com a redução da equipe, a nossa contribuição deveria seguir nesse sentido.

Porém, a troca de setor não calou as nossas intervenções e muito menos, saciou as nossas inquietações. Foi, principalmente, durante a nossa atuação no setor de capacitação profissional que muitas perguntas foram crescendo. Tanto com relação a nossa práxis, quanto ao horizonte que se desenhava para as ações educativas da Incubadora. Os questionamentos levantados por nós, desde o momento da intervenção psicossocial na Cooperativa Royal Flash, ganhavam uma maior dimensão. As questões apontadas anteriormente ganhavam centralidade, e a elas se somava a ausência de um profissional de pedagogia na equipe da Incubadora, bem como a ausência de um projeto político-pedagógico claro, coerente, construído coletivamente, que articulasse todas as ações/fases do processo de incubagem ao projeto societário almejado.

O setor de capacitação profissional foi conquistando parcerias, cursos, e postos de trabalho para as cooperativas. A emoção fazia parte do cotidiano, principalmente quando era fechado um contrato de trabalho, satisfazendo a necessidade imediata de sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras cooperativadas. Na medida em que crescia esse quantitativo, cresciam também as nossas perguntas:

- Qual é o projeto societário da Incubadora?
- A economia solidária é um indicativo desse projeto?
- Quais os objetivos da Incubadora no processo de educação dos trabalhadores e trabalhadoras?
- Qual é o projeto educativo da Incubadora? Quais seus horizontes?
- Os processos educativos chamados de “incubagem” se estruturam no sentido de um novo projeto societário – de caráter socialista?

- Quem são os nossos verdadeiros parceiros nesse processo?
- Qual é o papel educativo da Incubadora? Capacitar para o trabalho específico/técnico ou educar para a emancipação?
- Como buscar uma formação humana integral, que não a formação técnica “imediatamente interessada para o trabalho”?
- Como buscar uma formação humana integral se a formação política dos grupos “assessorados” é de inteira e exclusiva responsabilidade da equipe de formação cooperativista, sem que haja, ao menos, uma interação entre os setores: capacitação profissional e formação cooperativista? Não haveria aí uma reprodução da velha dicotomia Taylorista - a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual?

Longe de responder satisfatoriamente às dúvidas acima, o cotidiano na Incubadora tinha o poder de multiplicá-las. O desafio para atuar com incubagem se ampliava diante do crescente número de cooperativas, postos de trabalho envolvendo, aproximadamente, 700 trabalhadores e trabalhadoras. Além dessa grande demanda de trabalho para a reduzida equipe da Incubadora, a rotatividade de profissionais e bolsistas, as constantes mudanças de “estratégias metodológicas” de incubagem, somadas à necessidade de transferência dessa metodologia para outras universidades, nos absorvia de tal forma, que restava pouco tempo para uma reflexão mais cuidadosa acerca do trabalho realizado, e muito menos para a formação mais aprofundada nas temáticas detectadas como fundamentais para a equipe. Ou seja, além de aprender fazendo, tínhamos pouco tempo e instrumentos para avaliar e repensar nossos erros e acertos, os quais deveriam ser compartilhados com outros companheiros e companheiras que estavam implantando Incubadoras em outras universidades e estados, pois a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares já ia ganhando adesão, forma e força.

Simultaneamente, o debate sobre economia solidária começava a despontar no interior das discussões do cooperativismo popular e trazia novos elementos para a reflexão de todas as equipes das Incubadoras já implantadas no Brasil. Somado a isto, crescia também na ITCP/Coppe/UFRJ o interesse em buscar “novas metodologias” que dessem um suporte mais consistente ao trabalho de incubagem. Chegamos a fazer grupos de estudos e seminários internos onde foram apresentadas e debatidas algumas metodologias utilizadas por outros segmentos, mas ao final nenhuma foi incorporada ao processo de incubagem. Entre elas, podemos citar as propostas de Capacitação Massiva; de Pesquisa-ação; Metodologia

GESPAR; Metodologia CEFE (Criação de Empresas e Formação de Empresários – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ); Desenvolvimento Econômico Local (Projeto Banco do Nordeste / PNUD). Podemos até considerar que a perspectiva da Pesquisa-ação obteve mais interesse e identificação com a proposta de incubagem de cooperativas populares, mas, de fato, não chegou a ser implementada.

Esta experiência profissional na ITCP/Coppe/UFRJ durante quatro anos desafiou sempre a nossa criatividade e a nossa dedicação, assim como a vontade de pesquisar, na medida em que, sendo a Incubadora pioneira nesse campo, havia mais perguntas que respostas, mais incertezas que certezas.

As contradições teórico-políticas das atividades desenvolvidas na Incubadora começavam a ficar mais manifestas, favorecendo a possibilidade para que um processo instituinte³ pudesse nascer na equipe, mediado inicialmente, pela intervenção sócio-analítica⁴. Os conflitos teóricos, metodológicos, políticos, entre outros, foram se tornando potencializadores, pois traziam o questionamento e o desejo que podia gerar avanço e amadurecimento com relação ao trabalho desenvolvido com as cooperativas. Este foi um forte fator que nos impulsionou a buscar o Mestrado em Educação; especialmente, a linha de pesquisa Trabalho e Educação da Universidade Federal Fluminense/UFF.

Assim, após cinco anos de experiência profissional com psicologia comunitária e institucional na zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro, e um ano de coordenação de projetos para capacitação de jovens, o mundo do trabalho associativo ganhava uma nova dimensão em nossa trajetória – as cooperativas populares e o seu processo educativo. Cooperativas essas compostas por pessoas que, como nós, não nasceram em berço esplêndido! Na história de vida de muitas delas, vimos parte de nossa própria história. O principal nesse processo foi a oportunidade de aprender com as comunidades, a cada encontro, sobre a importância da luta coletiva, do resgate e da manutenção da nossa sensibilidade, e da auto-estima positiva enquanto seres humanos desejosos de uma sociedade mais justa e digna, onde a cidadania de todos os trabalhadores e trabalhadoras seja uma realidade. Nessa trajetória com os grupos, foi

³ Segundo a Análise Institucional, o processo instituinte se caracteriza pela mobilização de forças produtivo-desejante-revolucionárias que tende a fundar instituições ou a transformá-las.

⁴ Nesse momento (1999/2), a incubadora buscando pela primeira vez a construção de um *Planejamento Estratégico*, contou com a consultoria de dois psicólogos - analistas institucionais: Lu Morales e Ronaldo de O. Marinho.

bastante comum momentos de espontaneidade, trocas e emoção, onde a firmeza não significou rigidez.

Refletir sobre esse complexo processo educativo, nos leva também a refletir sobre o importante debate - que caminha no “fio da navalha” – acerca da viabilidade ou não da economia solidária e do cooperativismo popular na atual conjuntura capitalista⁵. No entanto, sendo estes os pilares de nosso campo de pesquisa, não podemos deixar de reconhecer que esta alternativa de trabalho e de economia tem provocado importantes debates. Inclusive, na maior central sindical do Brasil / CUT - Central Única dos Trabalhadores e no PT - Partido dos Trabalhadores, que ao longo dos últimos quatro anos, tem se configurado em um dos maiores interlocutores e agentes mobilizadores junto às Incubadoras de Cooperativas Populares filiadas à Rede Universitária e às Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários, atualmente vinculadas à UNITRABALHO.

Ao resgatar nossa trajetória, não poderíamos omitir o nosso primeiro contato com a Escola Sindical 7 de Outubro/Belo Horizonte (Curso de Formação de Formadores em Educação Profissional – 1999), onde o grande talento dos seus educadores instigou definitivamente as nossas inquietações. Aguçaram reflexões e apontaram referenciais teóricos que convergiam com a perspectiva de uma educação crítica para a emancipação humana. Foi aí que percebemos, de fato, a lacuna existente entre a ideologia e a práxis na Incubadora, inclusive no próprio trabalho que desenvolvíamos.

Além destas motivações já apontadas, reconhecemos a pertinência desta temática no atual momento histórico. Momento este, impregnado de contradições, desigualdades, injustiças sociais, intolerância e egocentrismo em nome de um capitalismo destruidor de direitos e vidas, onde o ápice da arrogância e da desumanização se confirma em março de 2003, com a guerra (invasão) dos Estados Unidos no Iraque. Uma guerra decidida pelo pretenso “império americano” desconsiderando e desrespeitando a vontade da maior parte do mundo.

⁵ Para esta discussão, há pesquisas que se dedicaram e/ou se dedicam a refletir os riscos, possibilidades e limites desta proposta econômica e social. Ver entre outras: BOMFIM, Alexandre Maia do. Economia Solidária e o “Fim das Utopias”: Estudo sobre os Empreendimentos Autogestados pelos Trabalhadores, na atual Configuração Capitalista. Dissertação de Mestrado, UFF, 2002.

Portanto, acreditamos que uma temática como a nossa, que envolve cooperação, coletividade, autogestão, educação, democracia, utopia ativa, entre outras propostas, torna-se fundamental para pensarmos a possibilidade de superação das atuais relações sociais.

É verdade também que, apesar desta dura realidade mundial, encontramos atualmente no Brasil, a “garra” da militância de esquerda. Não nos cabe fazer aqui um balanço analítico do processo eleitoral brasileiro de 2002, mas gostaríamos de registrar, com muita alegria, a vitória da democracia brasileira, onde mais de 60% dos votos válidos optou por um candidato de esquerda. Mais que isso, pelo candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Eleito por voto direto, com uma margem distante de seu adversário – candidato do governo com a proposta societária do continuísmo do capitalismo neoliberal globalizado - e tendo conquistado também uma considerável bancada de deputados do PT e importantes alianças partidárias, Lula assume a construção de um outro modelo de país que tentará despontar entre os espinhos do neoliberalismo implementado pelos governos anteriores, onde o nosso tema de pesquisa ganha ainda mais pertinência e lugar para reflexões e debates. “A esperança finalmente venceu o medo, e a sociedade decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.” (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso de posse em 01/01/2003)

Quando afirmamos a relevância de nosso tema de pesquisa no momento atual, é por acreditarmos que este governo buscará atuar e superar a caótica situação sócio-econômica do Brasil, em especial, o crônico problema da fome e do desemprego, alvo também de luta das Incubadoras aqui pesquisadas.

Esta forte perspectiva de mudança na condução do país oferece uma fecunda oportunidade para que a nossa temática ganhe espaço de debates, gerando, ainda mais, maior responsabilidade quanto aos horizontes educativos implementados pelas Incubadoras, já que a construção de um novo projeto societário de caráter socialista, requer, entre outras ações, uma nova perspectiva de educação.

É importante registrar que as maiores bases do PT, que ocupam o novo comando do Brasil, vêm dando apoio concreto ao projeto de ITCP’s, como podemos verificar em algumas prefeituras petista (algumas até 2002): Santo André/SP, São Paulo/SP⁶, Blumenau/SC, Porto

⁶ Ver: POCHMANN, Marcio. (Org.) Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – Novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Cortez, 2002.

Alegre/RS, além de explicitar no seu atual programa de governo, no que diz respeito ao emprego: “...o estímulo à formação de cooperativas, principalmente entre cidadãos carentes e desempregados; (...) financiamento dessas iniciativas por meio do estabelecimento do microcrédito em todo país⁷...”

O CENÁRIO DA PROBLEMÁTICA

No decorrer da década de 90, presenciamos no mundo, uma aceleração das transformações tecnológicas e econômicas, acionadas pelo rápido avanço tecnológico e pela globalização, que associados à política neoliberal, atendeu e continua atendendo hoje, cada vez mais, aos grupos hegemônicos capitalistas, fortalecendo os níveis de concentração de capital, riqueza e renda.

Uma relevante parcela da classe-que-vive-do-trabalho⁸ representa hoje, um “exército de desempregados” com novas dimensões: a dificuldade de encontrar o primeiro emprego; trabalhadores com baixo nível de escolaridade são considerados desqualificados, mesmo os que adquirem as mais variadas “qualificações”; o desemprego atinge tanto as camadas empobrecidas como as camadas média da sociedade; a permanência do desemprego leva grande parte da classe-que-vive-do-trabalho a buscar diferentes formas de sobrevivência.

No Brasil não é diferente o referido processo, e sim, a proporção de desigualdade e suas conseqüências, pois essas são maiores se compararmos o Brasil com os países centrais (grandes potências econômicas). Portanto, a sociedade brasileira também é marcada pela globalização e pelo capitalismo excludente, que desencadeia um alto índice de miséria, desemprego, crises das profissões e redefinição do perfil da classe-que-vive-do-trabalho, demandado pela economia capitalista contemporânea, entre outras conseqüências.

Como decorrência desta realidade, podemos visualizar o crescente surgimento de cooperativas nos últimos anos, configuradas a partir de várias intencionalidades e segmentos: políticas governamentais, incentivo de organismos internacionais, da Igreja, da ação de Organizações Não-Governamentais (ONG's); da ação de Universidades; etc.

⁷ Programa de Governo do PT – 2002.

⁸ Adotamos este termo formulado por ANTUNES (2000) em toda a dissertação, que o utiliza como sinônimo de classe trabalhadora contemporânea (os assalariados, o proletário rural, o precarizado e os desempregados), excluindo os gestores e altos funcionários do capital que recebem rendimentos elevados ou vivem de juros.

Tiriba (2001, p. 103), reconhecendo que essas iniciativas não se dão apenas através da mobilização e manutenção dos setores populares, ressalta que:

...é fundamental considerarmos os diferentes projetos políticos, educacionais e econômicos que estão sendo implementados sob o discurso do “combate ao desemprego” ou “geração de trabalho e renda”, pois nesse bojo, localizamos também a (re)inserção dos “pobres” em atividades terceirizadas e precarizadas, como forma de atenuar os conflitos sociais [como por exemplo, a criação das “Coopergatos”⁹] e, ao mesmo tempo, facilitar o processo de reestruturação produtiva, atuando na desregulamentação das condições de trabalho, na regressão dos direitos sociais e trabalhistas gerados face a substituição de capital vivo por capital morto nos sistemas produtivos, bem como no enfraquecimento e desmobilização dos sindicatos.

Como um dos agentes do “combate ao desemprego e à pobreza”, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares/ ITCP’s ganha um grande espaço no debate econômico, político e educacional. Tendo como ponto de partida a experiência pioneira da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Coppe/UFRJ, as ITCP’s filiadas à Rede Universitária prestam assessoria a comunidades e sindicatos, além de diversos grupos que sofrem as conseqüências da atual política neoliberal.

Tendo como campo de pesquisa a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - composta atualmente por quatorze Incubadoras - nosso objetivo é perceber as potencialidades e contradições dos projetos educativos ali implementados, articulando com o projeto societário anunciado e perseguido por suas equipes de educadores. Considerando os processos educativos como mediadores na construção de uma nova sociedade, buscaremos identificar as dimensões ético-políticas e técnico-científicas dos processos de incubagem. Para isto, é preciso considerar a articulação existente entre as concepções de mundo, a concepção de ser humano, os fundamentos da educação e as metodologias das ações educativas.

Para realizar esta investigação, nos cabe uma primeira pergunta: qual é o projeto societário das Incubadoras filiadas à Rede Universitária?

Partindo da filosofia e dos princípios universais cooperativistas - embasados na autogestão, na democracia, na participação, na distribuição justa dos bens materiais, etc. -

⁹ Cooperativas legalizadas que em sua gestão e intencionalidade econômica, política, educacional, cultural e social, apenas reproduzem a ordem capitalista, precarizando ainda mais a relação de trabalho e de vida.

defendidos pelas Incubadoras, nossa experiência profissional e a pesquisa de campo realizada nos confirmam que, o projeto societário das Incubadoras pesquisadas aponta para o socialismo. Mas, em que medida os processos educativos nos encaminham para este projeto societário? Quais são os horizontes educativos?

Assim, ao analisar os “horizontes educativos” das Incubadoras, temos que considerar que, como nos indica o dicionário Aurélio, o horizonte representa a “perspectiva ou a probabilidade de desenvolvimento, de progresso ou de melhoria¹⁰” das ações educativas, sugerindo um processo de construção. Esses “horizontes”, na verdade, poderão apontar contradições e potencialidades do projeto educativo que é um dos requisitos para a construção do novo projeto societário.

Assumimos a tentação de realizar uma sistematização das concepções educativas que vêm sendo construídas e implementadas pelas quatorze Incubadoras filiadas à Rede Universitária. Isto porque, acreditamos que esta sistematização poderia contribuir para uma grande troca de informações, reflexões e experiências entre as Incubadoras, e talvez até, para uma proposição ao nível das políticas públicas. Contudo, apesar do nosso desejo, percebemos que tamanha tarefa não caberia a uma dissertação de mestrado com a duração de, no máximo, dois anos e meio. Para tanto, necessitaríamos além de um maior tempo, de uma estrutura logística que foge ao nosso alcance para uma dissertação. Esta tarefa fica no horizonte dos próximos anos de trabalho, já que, a escolha deste objeto não foi fortuita. Na verdade, faz parte de uma motivação político-ideológica construída ao longo dos últimos sete anos.

Assim, optamos por uma tarefa de menor amplitude, mas não de menor valor, buscando trazer alguns elementos que acreditamos serem essenciais para futuras pesquisas e debates que se encontram em pleno processo de reflexão, já que a incubagem de cooperativas populares e/ou de empreendimentos econômicos solidários vem ganhando adesões e destaque nos meios sindicais, governamentais, acadêmicos, políticos e comunitários.

O período no qual desenvolvemos a nossa pesquisa está situado entre 1995 (implantação da 1ª ITCP/Coppe/UFRJ) até o início do ano de 2003, quando a Rede Universitária de ITCP's totaliza 05 anos de atividades.

¹⁰ Verbetes: Novo Aurélio – O Dicionário da Língua Portuguesa Século XXI, 2001.

Para nós as inquietações continuam no plano da necessidade de elegermos, antes de tudo, referenciais ético-políticos e técnico-científicos que apontem para uma perspectiva de educação integral, ativa e emancipadora em sintonia com o projeto societário desejado. Para tanto, é necessário, entre outros requisitos, uma formação para as próprias equipes das Incubadoras, considerando as diversas áreas acadêmicas, as diferentes concepções de mundo, de projeto societário e de educação. Além do trabalho de campo realizado, fazemos essa afirmação tendo nossa vivência profissional como referência. Parafraseando (MARX; ENGELS, 1987, p. 12), também “o educador precisa ser educado”.

Nunca foram, como ainda não são, poucas as questões que esse universo do cooperativismo popular, levanta para todos nós. Mas queremos aqui, respeitando os limites de uma dissertação de mestrado, trazer em especial, alguns questionamentos que orientarão o desenvolvimento da nossa pesquisa, configurando os nossos objetivos:

Gerais:

- Refletir sobre as potencialidades e contradições existentes entre projeto educativo e o projeto societário de caráter socialista anunciado pelas Incubadoras.

Específicos:

- Elaborar um breve histórico da constituição da primeira ITCP do Brasil, bem como sua proposta metodológica de “incubagem”;
- catalogar as Incubadoras Universitárias no Brasil, identificando as que atuam junto às cooperativas populares e compõem a Rede Universitária de ITCP’s;
- resgatar a gênese e o processo de constituição da Rede Universitária de ITCP’s;
- fazer um levantamento acerca das cooperativas populares incubadas pelas ITCP’s da Rede Universitária: número de cooperativas, número de trabalhadores e trabalhadoras, número de postos de trabalho e as atividades econômicas desenvolvidas pelas respectivas cooperativas;
- com relação às ações educativas das ITCP’s, fazer um levantamento dos cursos realizados; se existe um projeto político-pedagógico; se existe uma opção teórico-metodológica; se o processo de incubagem articula-se com a escolarização formal; se há um levantamento do perfil educacional dos trabalhadores e trabalhadoras cooperativadas; que tipo de ser humano buscam formar; que outras atividades educativas realizam.

- refletir sobre as dimensões ético-políticas e técnico-científicas dos projetos educativos das Incubadoras filiadas à Rede Universitária.

Pelo nosso compromisso ético-político com a pesquisa, esperamos que este trabalho possa também ser útil aos trabalhadores e trabalhadoras cooperativados (as), a quem devemos grande parte do que foi compartilhado e aprendido - fato que nos coloca frente a mais um desafio. Com as comunidades, aprendemos que a academia não pode se distanciar da luta e da realidade cotidiana, dos sentimentos, das representações, ou seja, de tudo que possa nos traduzir enquanto seres humanos.

O MATERIALISMO HISTÓRICO COMO OPÇÃO METODOLÓGICA

Trilhar um caminho optando por um método que favoreça uma maior aproximação do objeto de pesquisa é, sem dúvida, trabalhar de forma sistemática uma cartografia de escolhas para abordar a realidade, buscando saltar de seus aspectos fenomênicos para o concreto pensado. Pois, como afirma Kosik (1976, p. 11):

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde (...) a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade....

Não temos dúvida do risco quando nos lançamos numa pesquisa em que os aspectos fenomênicos estão em pleno e ágil processo, suscitando ainda mais um grande esforço, humildade e provisoriedade na nossa análise. Como afirmou Gramsci (1978, p. 118), "...uma fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada após ter superado todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo, a não ser por hipóteses (declaradamente)". As escolhas – os instrumentos para o tratamento criterioso do campo empírico – não são neutras, encontram-se intimamente ligadas à nossa formação e, conseqüentemente, à nossa concepção de mundo e de ser humano.

Esta pesquisa será conduzida sob a luz do materialismo histórico. Porém, buscaremos prestar contas, minimamente, à nossa formação "Psi" (Psicologia Comunitária e Institucional)

recorrendo à Análise Institucional¹¹ - corrente da sócio-análise (LOURAU, René¹² e LAPASSADE, Georges¹³) - utilizando algumas categorias para a compreensão do nosso objeto, como por exemplo: agente, analisador, atravessamento, autoanálise, autogestão, grupo sujeito, grupo sujeitoado, instituição, instituído, instituinte, não-dito, organizações, transversalidade, utopia ativa e verticalidade.

A opção de recorrer à Análise Institucional se deve também por acreditarmos que o Movimento Institucionalista, de onde advém a corrente sócio-analítica, não se afasta das perspectivas marxistas, além de nos auxiliar na compreensão de muitas questões latentes. Vale lembrar que esta corrente se pauta na autoanálise, na autogestão e na utopia ativa – processos muitos caros ao cooperativismo popular e ao próprio marxismo para a deflagração de um projeto societário de novo tipo – socialista. Assim, não por um acaso, alguns representantes do Movimento Institucionalista, como por exemplo, Gregório Barembliitt, do Instituto Félix Guatarri, têm participado das intensas discussões sobre empreendimentos solidários¹⁴.

Para tanto, estamos considerando a afirmação de Gramsci (1978), o “pesquisador pode lançar mão de outras formas de pensar, procurando o ponto de vista mais avançado dessas perspectivas, e se for o caso, incorporá-las de forma subordinada.”

Não sendo a Análise Institucional (sócio-análise) a principal abordagem teórico-metodológica da dissertação, reafirmamos a construção histórica do conhecimento que se situa na tradição marxiana como nosso eixo condutor. Teremos o permanente cuidado para não cairmos na armadilha da soma irresponsável de posturas, mas sim, buscar um diálogo sob a égide transdisciplinar, tão importante e desafiante para qualquer campo científico. Esta escolha teórico-metodológica, além de ter sido objeto de reflexão nas orientações durante a

¹¹ Ressaltamos que não é freqüente nos marcos do materialismo histórico, a análise institucional. Esta tem, predominantemente um enfoque funcionalista ou positivista. Isso, todavia, não significa que autores como Marx, Engels e Gramsci não sinalizam a importância das instituições em suas análises. Gramsci, por exemplo, ao tratar dos aparelhos de hegemonia dedica atenção às instituições como a Igreja, o Rotary, etc.

¹² Entre outras grandes obras: “L’Illusion Pédagogique” . Ed. L’èpi, Paris, 1969; “Analyse Institutionnelle et Pédagogie”. Ed. L’èpi, Paris, 1971; “A Análise Institucional”. Ed. Vozes, 1975; “Les Lapsus des Intellectuels”. Ed. Privat, Toulouse, 1981.

¹³ Entre outras grandes obras: “Chaves da Sociologia”, em colaboração com R. Lourau. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972; “Autogestion Pedagógica”. Ed. Granica, Barcelona, 1977; “Grupos, Organizações e Instituições”. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1977; “Socioanálisis y Potencial Humano”. Ed. Gedisa, Barcelona, 1980.

¹⁴ I Seminário Internacional Universidade, Trabalho e Trabalhadores, promovido pela UNITRABALHO em Belo Horizonte – 10 a 14 de junho/2002, onde discutiu-se “Autogestão e Cooperativismo”.

elaboração deste trabalho, não está atrelada a discussão da “crise dos referenciais teóricos”, pois apostamos que o materialismo histórico é ainda a base que permite uma crítica radical ao capitalismo.

Lembrando Frigotto (2001b, p.39):

...a vigilância crítica ao delimitar um objeto e as mediações que o constituem numa totalidade concreta são os elementos básicos que caracterizam o caráter dialético e, portanto, histórico do método.(...) a concepção de conhecimento histórico (científico) e de método de apropriação crítica do movimento e constituição dos fatos e fenômenos sociais elaborados por Marx em vários textos (1977, 1986 e 1969), não só guardam total atualidade como revelam-se, hoje, mais do que nunca, imprescindíveis na apreensão das mudanças da sociabilidade do capital.

Assim, como pretendemos fazer na análise da *metodologia de incubagem* das cooperativas populares, não entendemos o método da pesquisa apenas como um conjunto de estratégias, técnicas e instrumento, isolando-o da concepção de realidade, de mundo, de ideologia e das relações de poder e de classe. Sabemos ser necessário indagarmos o sentido histórico, social, político e técnico da pesquisa – estamos a serviço de quem? Mas uma vez recorremos a Frigotto (1998, p. 50).

...a pesquisa no campo da relação trabalho-educação tem amplo desafio: avançar na construção teórica; desvendar as mediações históricas: no plano das relações materiais da produção social da existência, no plano cultural, simbólico e do subjetivo.

Reconhecer que o conhecimento é fruto de um movimento coletivo, processual e conflitivo, são basicamente para Gramsci, os fundamentos ao se fazer pesquisa. Semeraro (2000) acrescenta que, segundo Gramsci,

...não se deve “fazer cócegas aos textos” [ênfases do autor] para dobrá-los a teses pré-concebidas, mas ter sempre “cautelares filológicas”, admitir a “possibilidade do erro”, reconhecer a honestidade intelectual e o ponto de vista dos outros, a provisoriabilidade dos resultados obtidos e a falibilidade das próprias certezas, sem com isso descaracterizar as próprias convicções de fundo, recusando assim, o relativismo e o pragmatismo.

Já que o concreto aparece no pensamento como um processo de síntese, faz-se necessário buscar respaldo nas contribuições teóricas de autores clássicos e atuais para a investida na análise do objeto de estudo, pois “...o mundo que se manifesta ao homem na práxis fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a

“consciência” e a “validez” do mundo real: é o mundo da aparência”(MARX, 1983). Esta citação ilustra perfeitamente a nossa inquietação que originou a presente pesquisa.

A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E O PROCESSO REFLEXIVO

Diante de inúmeras inquietações, não foi fácil encontrar um recorte para delimitar o nosso objetivo de pesquisa – **as potencialidades e contradições existentes entre o projeto societário e os projeto educativo das Incubadoras**. Porém, o recorrente debate na Rede Universitária em torno da *metodologia de incubagem* (o como fazer), nos pareceu um importante analisador, ou seja, o ponto de partida para algumas reflexões com grande potencial analítico.

Dando continuidade às nossas investigações, buscamos nos aproximar do perfil organizacional das Incubadoras e de algumas concepções gerais que norteiam o trabalho de incubagem. Cabe ressaltar que as entrevistas (gravadas, transcritas e validadas) com as Incubadoras de diversos estados brasileiros, só foi possível devido à nossa participação no IV Seminário Internacional da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo, realizado no período de 26 a 29 de setembro de 2001, em Curitiba, Paraná. Participar dos debates desse seminário, além de entrevistar os(as) coordenadores(as) de oito ITCP's - considerando o universo de quatorze ITCP's - nos oportunizou uma maior aproximação da realidade de cada uma, além da atualização das discussões sobre cooperativismo popular travadas durante o Seminário.

O aspecto qualitativo da pesquisa foi garantido, principalmente, pela disponibilidade de muitos coordenadores(as) em nos conceder a entrevista, pois esta fluiu com grande envolvimento e compromisso. Quatro Incubadoras solicitaram o nosso roteiro de entrevista (Apêndice A) para que, junto com sua respectiva equipe, pudessem instigar algumas reflexões sobre o trabalho da Incubadora, já que estavam em fase de reestruturação das suas ações. Isto nos fez perceber a receptividade e o interesse de algumas Incubadoras quanto ao conteúdo e objetivo da nossa pesquisa, nos mostrando, de fato, haver um interesse coletivo, confirmando o seu sentido histórico, social, político, ético e técnico, como nos alerta Frigotto (1989).

...no processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a

realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. O conhecimento efetivamente se dá NA e PELA práxis.

Quanto ao roteiro de entrevistas, organizamos sete blocos de questões buscando conhecer alguns elementos ético-políticos e técnico-científicos que julgamos fundamentais para a identificação das potencialidades e contradições existentes entre o projeto educativo e o projeto societário de viés socialista anunciado pelas ITCP's da Rede Universitária:

1. Sobre a composição da equipe da ITCP:

Acreditamos que os procedimentos, os critérios e a preparação da equipe de “assessores-educadores”, desde a seleção até a formação, podem ser um indício do projeto educativo das ITCP's, expressando os atributos desejáveis para um educador popular. A predominância de “assessores-educadores” oriundos de uma determinada área de conhecimento (tecnológica ou humana) pode indicar a perspectiva - tecnicista ou integral - de formação de trabalhadores. Considerando que o processo de assessoria implementado pelas ITCP's seja eminentemente educativo, também está em questão as potencialidades de uma ação educativa interdisciplinar ou transdisciplinar que favoreça a formação omnilateral.

2. Sobre a estrutura interna da ITCP :

Investiremos num cuidadoso olhar que possa apontar em que medida a organização interna das ITCP's assume uma perspectiva mais verticalizada ou horizontalizada, através dos cargos, setores, hierarquias, divisão do trabalho, instâncias de decisões, entre outros. Isto poderá apontar para a existência de contradições entre a filosofia/cultura cooperativista - ancorada na autogestão - e a cultura que é, de fato, implementada no interior das ITCP's, o que, conseqüentemente, comprometeria o trabalho educativo implementado, tendo em vista uma nova cultura do trabalho.

Ao buscar no materialismo histórico e na sócio-análise, a metodologia dialética que permita uma maior aproximação da essência do objeto de estudo, conhecer a estruturação interna das ITCP's ganha um lugar de relevância. Contudo, é importante lembrar que, não temos a pretensão de tecer aqui um diagnóstico institucional das mesmas, por mais que seja um trabalho de suma importância. Para um diagnóstico institucional teríamos que percorrer outros caminhos na nossa investigação, o que não caberia a uma dissertação de mestrado que envolve quatorze (14) organizações/ITCP's. Todavia, acreditamos que a pesquisa por nós realizada – um inédito mapeamento da Rede Universitária de ITCP's, buscando conhecer as

potencialidades e contradições entre o seu projeto societário e educativo - poderá favorecer o desenvolvimento de novos trabalhos e, posteriormente, o aprofundamento deste.

3. Sobre os vínculos sociais da ITCP e da cooperativa popular incubada:

Mesmo levando em conta que as ITCP's filiadas à Rede já configuram uma articulação - a Rede em si - pensamos ser fundamental uma articulação para além da própria Rede, ou seja, junto aos diversos movimentos sociais que corroborem com a perspectiva ética, política, educativa e econômica das ITCP's e das cooperativas incubadas.

4. Sobre as parcerias estabelecidas pela ITCP:

Pensamos ser fundamental conhecer as parcerias de financiamento das ITCP's. Toda parceria pressupõe algum nível de intervenção e/ou compromisso conjunto. Assim, dependendo da perspectiva político-ideológica da parceria firmada, podemos inferir acerca de alguns riscos, potencialidades e contradições entre o projeto educativo e societário das Incubadoras.

5. Sobre o papel educativo das ITCP's e as principais ações implementadas:

Buscaremos conhecer o entendimento das ITCP's quanto ao seu papel educativo, suas opções teórico-metodológicas, as atividades educativas realizadas, a existência de projetos político-pedagógicos e que tipo de ser humano buscam formar. Desta forma, esperamos inferir sobre algumas tendências, opções e concepções que expressam grande parte do projeto educativo da Rede Universitária. Cabe a esta pesquisa, em especial, analisar se estes elementos educativos potencializam esforços com vistas à um novo projeto societário – de caráter socialista, anunciado pela Rede Universitária.

6. Sobre a economia solidária no processo de incubagem da ITCP:

Sendo a economia solidária a perspectiva econômico-social anunciada pelas ITCP's e, conseqüentemente pela Rede Universitária, buscaremos apreender em que medida a mesma encontra-se no plano teórico e/ou no plano prático. Parece fundamental conhecermos também, se entre as ITCP's há uma compreensão comum, ou se há forte divergência quanto à definição e perspectiva societária da economia solidária.

7. Sobre a representação da Rede Universitária para a ITCP:

Finalmente, buscaremos conhecer algumas expectativas das ITCP's com relação à Rede Universitária, além do papel que é atribuído a ela.

Buscaremos discutir criticamente as categorias, temas e questões pertinentes à nossa pesquisa: mundialização do capital, *a crise do trabalho assalariado, o empobrecimento e a problemática da fome, a centralidade do trabalho, o trabalho como princípio educativo, as dimensões da economia popular, a economia popular solidária, o cooperativismo popular, metodologia de incubação, a autogestão, educação omnilateral, educação para competências, empregabilidade, entre outras*. Entendendo que o processo de conhecimento não é estanque, a revisão de toda a literatura, foi sendo trabalhada em todas as fases da pesquisa e da redação.

Nosso trabalho está distribuído em quatro capítulos. No Capítulo I, buscamos tecer a contextualização e parte da problematização da nossa pesquisa, partindo do cenário da crise do trabalho assalariado, reconhecendo a globalização neoliberal e os interesses capitalistas dos países centrais como os responsáveis pelos processos de empobrecimento e de destruição do nosso habitat – o planeta terra, dos direitos, da cidadania e da vida de grande parte da espécie humana. Para tanto, recorreremos a renomados autores críticos ao capitalismo como: Hobsbawm, Mézáros, Chesnais, Francisco de Oliveira, Ramón Peña Castro, Arrighi, Harvey, Milton Santos, Antunes, Frigotto, Barembliitt, Fiori e Forrester. Enfocamos ainda, sucintamente, a realidade brasileira nesse contexto de exclusão e exploração social, onde a fome e o desemprego estrutural passam, enfim, a ocupar um lugar de destaque e dedicação quanto ao seu combate, para o governo de esquerda recentemente eleito (2002/2) pela maioria dos brasileiros e brasileiras. Isto revela a grande expectativa do povo por mudanças substanciais, nos fazendo acreditar que este, certamente, será um momento bastante fecundo na história do Brasil, porém com grandes desafios internos e externos para a nação possibilitando repercussões, inclusive, para o mundo.

Ainda no Capítulo I, dando prosseguimento e maior detalhamento ao cenário da crise do trabalho assalariado e suas diversas repercussões, buscamos situar as principais formas de sobrevivência e alternativas de trabalho e renda. Apontamos os diversos e principais conceitos que estão sendo construídos por vários autores como Razeto, Coraggio, Singer e Tiriba, quando tentam explicar a atual materialidade, momento em que sinalizamos alguns desafios teórico-metodológicos a serem enfrentados por todos nós e pela educação. Explicitamos

também, a opção que a Rede de ITCP's faz pela economia solidária difundida pelo Prof. Paul Singer, enquanto projeto econômico e societário a ser construído em ampla escala. Finalizamos este capítulo, buscando apontar para os grandes desafios educativos que se impõe na atual materialidade, mediante uma tentativa de ruptura e transformação no projeto societário em curso.

No Capítulo II, é feito um breve percurso pela pedagogia do capital, buscando apontar alguns dos principais elementos educacionais deste ideário que tem sido “imposto” aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Ressaltamos seus principais aspectos, estratégias e categorias para que possamos identificá-las e diferenciá-las da pedagogia do trabalho – pela qual clama a classe-que-vive-do-trabalho – a pedagogia da emancipação que concebe o trabalho enquanto princípio educativo. Recorremos teoricamente a Gramsci para esta tarefa, afirmando a sua atualidade para pensarmos o projeto educativo e societário de novo tipo, desvelando algumas categorias e concepções que iluminam essa perspectiva de formação humana: *filosofia da práxis, hegemonia, sociedade civil, intelectual orgânico, educação omnilateral, entre outras.*

Iniciar uma compreensão sobre a educação proposta por Gramsci é fazer um grande esforço e tentar exercitar parte de sua proposta teórica, ou seja, fomos convidados a todo o tempo, a rever nossa postura política, nossa disciplina para com o método de estudo e análise, bem como nossa práxis, culminando numa nova concepção de mundo e desejosos de uma “nova educação”, de uma renovada¹⁵ sociedade onde a humanização, a consciência crítica, política e transformadora possa orientar a vida social com justiça e igualdade.

No Capítulo III, investimos primeiramente na apresentação descritiva da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Coppe/UFRJ, elaborando, sinteticamente, uma retrospectiva histórica da sua constituição com ênfase na composição da equipe e no avanço e retrocesso das cooperativas incubadas. O detalhamento das fases da *metodologia de incubagem* e a identidade de “assessoria” construída pelos seus educadores, ambas “transferidas” para outras Incubadoras, ofereceram importantes pistas para uma primeira análise e articulação com as principais questões da nossa pesquisa que serão detalhadas no

¹⁵ Lembrando Coutinho (2000): Respeitando a nossa “ocidentalização” periférica e tardia - o que faz permanecer entre nós zonas sociais tipicamente “orientais” – devemos nos basear numa paciente batalha pela hegemonia,

capítulo seguinte. Ainda neste Capítulo, além de realizamos um levantamento quantitativo das Incubadoras Universitárias existentes atualmente no Brasil, pontuamos a constituição da Rede de ITCP's, seus princípios e critérios para o processo de filiação de novas ITCP's, segundo o seu Estatuto (Anexo A) em vigência.

No Capítulo IV apresentamos e analisamos a maior parte dos dados coletados na pesquisa. Para o mapeamento e um breve resumo sobre as ITCP's filiadas, utilizamos parte dos dados coletados nas entrevistas (Apêndice B), além dos relatórios de sistematização das Incubadoras – Projeto Incubadores – Convênio: UNITRABALHO / ICCO: junho de 2002, que nos foi gentilmente disponibilizado pela UNITRABALHO com a autorização das Incubadoras pesquisadas. Esta autorização para a utilização dos referidos relatórios foi concedida durante uma reunião da Rede de ITCP's no Rio de Janeiro, que contou com um representante da UNITRABALHO. Este universo de dados nos oportunizou as principais sistematizações e análises para a pesquisa, mesmo considerando o seu aspecto provisório, já que se trata de uma temática em ágil processo de mudanças.

Recorremos a alguns aspectos desenvolvidos pelas ITCP's que entendemos como fundamentais, na tentativa de conhecer os horizontes educativos que vêm sendo construídos por elas através da incubagem em suas principais dimensões; o papel educativo que assumem; as parcerias firmadas; as ações educativas implementadas, o seu projeto político-pedagógico, o significado da economia solidária para as Incubadoras e para as cooperativas incubadas, bem como as respectivas ações implementadas nessa vertente econômica.

Nossa conclusão não tem a pretensão de apontar “fórmulas educativas” para a Rede Universitária de ITCP's, mas pensamos ser oportuno lembrarmos da atualidade das propostas educativas de Gramsci para um projeto societário de novo tipo, enfatizando que, para alcançarmos um determinado projeto societário, faz-se urgente a construção de bases conceituais e práticas para que uma nova perspectiva de educação (unitária e emancipadora) possa emergir no Brasil e, junto com as ações político-econômicas de novo tipo, seja deflagrada uma sociedade mais justa, emancipadora, cidadã e humana. Isto, talvez, implique o

pela conquista de espaços na sociedade civil, como condição prévia para a efetiva conquista do poder governamental – o “reformismo revolucionário” (expressão que não é de Gramsci, utilizada pelo autor citado).

transitar da “esperança” à utopia. Esta nos impele, desde aqui e agora, a construir “outro lugar”, vale dizer, outras relações sociais.

CAPÍTULO 1 O CAPITALISMO NEOLIBERAL, O MUNDO DO TRABALHO E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

Este Capítulo está dividido em dois blocos. O primeiro busca tecer a contextualização e a problematização da nossa pesquisa, partindo do cenário da crise do trabalho assalariado, reconhecendo a globalização neoliberal e os interesses capitalistas dos países centrais como os responsáveis pelos processos de empobrecimento e de destruição do nosso habitat – do planeta terra, dos direitos, da cidadania e da vida de grande parte da espécie humana. Para tanto, recorreremos a autores críticos ao capitalismo como: *Hobsbawm, Mészáros, Chesnais, Francisco de Oliveira, Ramón Peña Castro, Arrighi, Harvey, Milton Santos, Antunes, Frigotto, Baremlitt, Fiori e Forrester*. Enfoca ainda, sucintamente, a realidade brasileira nesse contexto de exclusão e exploração, onde a fome e o desemprego estrutural deflagram uma cruel realidade social.

O segundo bloco situa teoricamente, politicamente e socialmente as principais formas de sobrevivência e alternativas de trabalho e renda. Aponta os diversos e principais conceitos que estão sendo construídos por vários autores como *Razeto, Coraggio, Singer e Tiriba*, quando tentam explicar a atual materialidade, onde sinalizamos alguns desafios teórico-metodológicos a serem enfrentados por todos aqueles que apostam na transformação. Explicita também, a opção político-econômica que a Rede Universitária de ITCP's faz, enquanto projeto societário a ser construído em ampla escala.

Desta forma, é finalizado com o apontamento de alguns desafios educativos que se impõe na atual materialidade, mediante a tentativa de ruptura e transformação do projeto societário em curso.

1.1 GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: O CENÁRIO DA CRISE DO TRABALHO ASSALARIADO

Considerando que no final do século XX e neste início do século XXI presencia-se um tempo de profunda crise societária, tendo como base as mutações amplas e profundas pelas quais passa o capitalismo em escala mundial e nacional, ressaltamos que esta renovada crise¹ – processo de reestruturação do capital – implantada no conjunto das economias capitalistas a partir do início dos anos 70, promove a manutenção e a recuperação de suas grandes taxas de exploração. Para isso, o capital utiliza-se do ideário neoliberal que opera de forma objetiva e subjetiva.

Podemos dizer que, na forma objetiva, este ideário atua na esfera do trabalho e do Estado, ou seja, na destruição de postos de trabalho desencadeando o desemprego estrutural, e representando a extinção, sem perspectiva de retorno, de grande parte dos postos de trabalho. Com isto, podemos facilmente visualizar o processo de precarização do trabalho caracterizada pela eliminação dos direitos trabalhistas historicamente constituídos, envolvendo ainda um alto nível de insegurança com relação a vários aspectos: permanência no trabalho, trabalho temporário, baixa remuneração, terceirização², entre outras. É também notória a flexibilização que se assenta em um novo modelo de aproveitamento da força de trabalho e da organização da produção capitalista, utilizando-se da produção em pequenos lotes em contraposição à produção em escala, diminuindo custos e tempo de produção, aumentando consideravelmente o lucro dos grandes capitalistas.

Todos esses elementos geram enormes conseqüências para os trabalhadores e trabalhadoras, para o movimento sindical, além da destruição indiscriminada do meio ambiente. Esta proposta de globalização excludente, que amplia a desigualdade e restringe a ciência, a tecnologia e a condição digna de vida às grandes potências econômicas, vem desencadeando uma barbárie dissimulada sob o discurso da modernidade.

¹ “Renovada crise” pois, o capital enquanto sistema econômico, ou enquanto economia-mundo como já chamou Braudel (1996), foi ao mesmo tempo internacional e nacional. Sempre teve como uma de suas características a compulsão globalizante que em outros momentos históricos também desencadeou crises com a mesma essência – concentração de riquezas.

² Significa a subcontratação de trabalho de empreiteiras que acirram, ainda mais, a precarização das relações de trabalho.

Já na forma subjetiva, atua no rebaixamento da auto-estima dos trabalhadores e trabalhadoras, na fragilização da identidade e do sentimento de pertencimento, além da forte influência na esfera do senso comum, utilizando-se principalmente da linguagem, ou seja, de um jogo semântico, disseminando um pensamento único por meio da apropriação de conceitos, categorias e perspectivas analíticas até então conhecidas como potencializadoras³ de mudanças qualitativas para a humanidade, ao mesmo tempo em que omitem os termos que, de fato, representam sua perversa ideologia. Como apontam Ciavatta; Frigotto (2002).

Vivemos tempos difíceis, em que a nova sociabilidade do capital, ao mesmo tempo que aprofunda as desigualdades reais de trabalho e de condições de vida, dissemina uma nova semântica da qual estão notavelmente ausentes termos como capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade. E o faz com o apoio de muitos intelectuais, de tecnologias mercadológicas e de poderosos meios de comunicação.

Vale lembrar que Gramsci (1978) também assinalou que toda linguagem, mesmo denominada científica, é ideológica – “as palavras não são vazias”. Elas carregam consigo uma concepção de mundo e, portanto, buscam uma significação de acordo com os interesses de determinados grupos ou classes.

Nos parece importante ressaltar, desde já, o atravessamento⁴ da linguagem, pois ele estará presente nas principais questões que esta dissertação buscará apresentar, refletir ou mesmo questionar, principalmente em dois grandes eixos - as “economias⁵” e a educação. Sabemos que esses dois eixos são fundamentais para que a globalização neoliberal se amplie e se fortaleça, portanto, nosso olhar não será ingênuo.

Algumas questões apontadas por Canclini (1995) são fundamentais para que não haja a ilusão de que todos os grupos sociais incorporam da mesma forma o ideário da globalização. Entram em cena nesse processo as diversidades culturais que envolvem crenças, etnias, interesses político-ideológicos, inserção no mundo do trabalho, educação, entre outras.

³ Ver: Chomsky, Noam. (2002) apud Ciavatta; Frigotto (2002). “Chomsky ao analisar o sentido histórico e humano do II Fórum Social Mundial 2002, mostra como o termo *globalização*, que na tradição da I^a e II^a Internacionais Socialistas tem o sentido de internacionalismo, de solidariedade entre os seres humanos e de partilhas dos bens do mundo, é apropriado pelos detentores do grande capital na perspectiva dos processos predatórios, em nome do lucro”.

⁴ Segundo a Análise Institucional, o atravessamento representa a rede social do instituído – organizado – estabelecido, cuja função é a reprodução do sistema. É um entrelaçamento, uma interpenetração e articulação de orientação conservadora do domínio, que serve à exploração e à mistificação, apresentando-se como necessário e benéfico. (Baremlitt, 2002).

⁵ Iremos desenvolver essa reflexão no item 1.2. Trata-se das diversas terminologias recentemente construídas por autores críticos ao capitalismo que buscam alternativas econômicas para a classe-que-vive-do-trabalho, mas que,

Mesmo assim, a globalização excludente consegue garantir um conjunto de elementos discursivos e estratégicos que a possibilita manter-se hegemônica.

Não só no “jogo semântico” estão concentrados os artifícios e as armadilhas da globalização excludente. O discurso dos seus agenciadores tenta nos convencer de que essa realidade atual é o ponto de chegada da humanidade, das ideologias e das perspectivas sócio-econômicas, onde efetivamente deve imperar o seu ideário.

No sentido de criticar e desmistificar tal manipulação, Fiori (2001, p. 41) propõe a identificação de quatro idéias centrais (idéias-força) que buscam nos conformar à ordem vigente.

Primeira idéia: a força do mercado e o cálculo racional dos indivíduos consumidores e investidores impuseram uma derrota definitiva, incontornável e irreversível sobre o mundo perverso dos conflitos entre interesses, ideologias e vontades políticas;

segunda idéia: essa mesma força impositiva e vitoriosa da técnica e dos mercados atravessou – e dissolveu – as fronteiras dos Estados, reduzindo-os à função menor de administração de algumas poucas coisas;

terceira idéia: as novas tecnologias reduziram a importância do mundo do trabalho e o fragmentou de tal forma que provocou uma lenta, paulatina e definitiva dissolução das classes sociais associadas ao capitalismo industrial;

quarta idéia: o conjunto dessas transformações já está provocando – mas, sobretudo, prometendo para breve, um futuro luminoso em que o desenvolvimento e a difusão tecnológica universal promoverão a convergência e a homogeneização crescentes da riqueza das nações e uma paz cada vez mais duradoura entre os Estados.

Outro renomado autor, Milton Santos (2001, p. 23-33), também nos ajuda a compreender algumas idéias centrais em que se pauta a globalização. Ele sistematiza uma reflexão crítica apontando os fatores que contribuem para explicar sua arquitetura atual, utilizando-se de dois elementos fundamentais e inseparáveis: “*o estado das técnicas e o estado da política*”. Desvendando também a estratégia da globalização, localiza os principais fatores que engendram o destruidor processo: a *unicidade da técnica* (representada pela cibernética, informática e microeletrônica – na medida em que as diversas técnicas se comunicam com grande eficiência no uso do tempo); a *convergência dos momentos* (o tempo real autoriza o uso do mesmo momento a partir de múltiplos lugares, e todos os lugares a partir de um só, de forma concatenada e eficaz – possibilitando o conhecimento instantâneo do outro); a *cognoscibilidade do planeta* (realização do conhecimento concreto do mundo tomado como um todo além das particularidades dos lugares, que incluem condições físicas,

muitas vezes, essas terminologias são apoiadas ou incorporadas pelos Agentes Internacionais que trabalham a serviço do capital.

naturais ou artificiais e condições políticas); e a existência de um *motor único na história* (a garantia da mais-valia globalizada, a produção em escala mundial através de empresas internacionais que competem entre si numa concorrência feroz em busca da mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação).

Portanto, um mercado global utilizando-se desse sistema de técnicas avançadas a serviço da concentração de renda resulta nessa globalização perversa. Na verdade, a globalização poderia ter elementos positivos se o projeto societário fosse outro, se o seu uso político e financeiro levasse em conta a justiça social, a democracia, a dignidade de todos os seres humanos e o equilíbrio natural do planeta.

Como mostram vários estudos⁶, a globalização na forma que se explicita atualmente é, sobretudo, o predomínio do capital financeiro sobre o capital produtivo, de financeirização da economia. Isso tem levado a acentuar o caráter especulativo do capitalismo e a intensificar a concorrência a partir da ruptura das fronteiras dos mercados nacionais, facilitado pelas redes de informação sob a tecnologia microeletrônica, com potencialidade de desestabilizar economias nacionais de uma hora para outra, desencadeando ainda o desemprego em massa.

Eric Hobsbawm conclui, em uma de suas mais importantes obras – *Era dos Extremos* (1996) –, que não sabemos para onde vamos, somente sabemos o que nos trouxe até aqui. Mas, para este autor, se quisermos ter futuro reconhecível e sem barbárie, não podemos continuar dentro da lógica nem do passado e nem do presente do capitalismo. A continuidade desta lógica somente se manterá mediante o aumento da destruição do meio ambiente, destruição e esterilização do trabalho, e aumento da exclusão. Analisando a tendência, a partir das décadas de 70 e 80, de perdas irreversíveis de postos de trabalho motivados pelo uso intensivo de tecnologia, Hobsbawm assinala que este fenômeno se agrava em face da perda de capacidade financeira dos Estados nacionais e pelo desmonte dos Estados sob a égide neoliberal⁷.

⁶ Principalmente os seguintes autores: Eric Hobsbawm (1996), István Mészáros (2002), Milton Santos (2001), François Chesnais (2001), Fiori (2001), Francisco de Oliveira (1988), Ramón Peña Castro (1999) e Paul Singer (1996).

⁷ "O crescente desemprego destas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltaria jamais (...). A tragédia histórica das décadas de crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que - direta ou indiretamente - eram os maiores empregados individuais, e não menos, após 80, pela então predominante teologia do livre mercado que

Trata-se de uma crise sistêmica, que tem efeitos e custos sociais e humanos assimétricos entre os países, mas que atinge também os países centrais, ou seja, do núcleo orgânico⁸ do capitalismo que foram desmontando o Welfare-State (Estado de Bem-Estar Social)⁹. Vale apontar que há uma variedade de abordagens para análise do *Welfare-State*, embasadas em diferentes influências e modelos teóricos. Há os que o analisam sob o aspecto de conquista dos trabalhadores (direito do cidadão a uma proteção governamental mínima); como forma de cooptação do trabalhador na legitimação da ordem capitalista; e ainda, como um passo histórico dado pela classe capitalista a fim de manter a sua dominação de forma consensual. Mesmo não tomando aqui a defesa de uma ou outra análise, o que podemos garantir é que, no Brasil, este sistema sequer foi de fato implantado, e as mudanças que se têm presentes, todavia, adverte Oliveira (1998), “até onde podemos ver, não são revolucionárias, mas conservadoras e destruidoras de direitos¹⁰”.

Partindo desse cenário onde o desemprego em massa, a destruição do meio ambiente e dos direitos sociais, entre outros, assumem um lugar central para a classe-que-vive-do-trabalho, recorremos também a Viviane Forrester (1997) que denuncia a exploração do homem pelo homem em nome do capital, do neoliberalismo e seu braço operacional (globalização), que criam e ampliam, em nome do mercado, a exclusão de grande parte do gênero humano. Depois de explorados e excluídos, bilhões de seres humanos, considerados supérfluos sob a ótica no neoliberalismo, são exterminados. A fome, a violência e a injustiça social compõem uma dura realidade na medida em que a ausência dos direitos mínimos, mesmo estando “garantidos” em Constituições, não chegam de fato a fazer parte da realidade da grande massa de trabalhadores e trabalhadoras.

pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outros interesses além do seu próprio pecuniário.” (Hobsbawm, 1996, p. 403)

⁸ Estudos como o de Therborn (1988) apud Frigotto (2000) revelam uma profunda crise no primeiro mundo: o operariado europeu com nível mais elevado de consciência política é forçado a negociar tanto salários quanto o tempo da jornada em condições desfavoráveis, já que as empresas multinacionais ameaçam sair para outros países ou regiões de alta repressão e baixos salários.

⁹ Durante a hegemonia Fordista, os países do núcleo central de orientação social-democrata viveram o *Welfare-State* (Estado de Bem-Estar Social), que se desenvolveu e se consolidou após a II Guerra Mundial (1945), propiciado pela expansão do assalariamento. Consistia basicamente em políticas públicas que asseguravam um determinado padrão de vida aos cidadãos independente da renda: educação; saúde; previdência social; renda mínima; assistência social; habitação; emprego; etc.

¹⁰ “As conseqüências de destruição da ordem jurídico-política para os direitos sociais pode lançar gerações de trabalhadores e cidadãos numa espécie de nuvem mortal, cobrindo o sol da cidadania; a metáfora da destruição dos dinossauros não é sem propósito; jurásticos são todos os direitos criados na chamada “sociedade do trabalho”, para os neoliberais.”

Se, por um lado, as nações se aproximam, uma vez que a revolução nos meios de comunicação e de transporte eliminou grandes distâncias, por outro, o distanciamento econômico e político entre nações e entre classes sociais se acentua em virtude de que essas mutações vêm provocando uma nova hierarquização nas relações de dominação norte/sul, e entre países centrais e países periféricos nos diferentes níveis e em todos os continentes com conseqüências, as mais graves para os países do sul e periféricos. Giovanni Arrighi (1996) sustenta a posição de que, mantida a relação assimétrica existente hoje entre o núcleo orgânico do capitalismo e a periferia, as desigualdades tendem a aumentar. O núcleo orgânico do capitalismo constitui-se por um bloco reduzido de países onde se realizam as “atividades cerebrais” – associadas ao fluxo de inovação envolvendo novos métodos de produção, novas fontes de suprimento e novas formas de organização. Tratam-se de países com alto investimento em educação, ciência e tecnologia. O núcleo periférico e semiperiférico são os que realizam as atividades predominantemente “neuromusculares”, países com pouquíssimos investimentos em educação, ciência e tecnologia que geraria a inovação científica, o poder político e financeiro. Arrighi (1997, p. 142-143) nos mostra que:

...a semiperiferia representa 2/3 da população mundial e ocupam uma posição intermediária na divisão mundial do trabalho, ou seja, uma distinção para os países que não podem ser simplesmente considerados “periféricos”, mas também são estruturalmente distintos dos países do centro orgânico: Austrália, África do Sul, **Brasil** [grifo nosso], México, Argentina, Venezuela, possivelmente o Chile, Cuba, Sul de Portugal, Espanha, Itália, Grécia, a maior parte da Europa do Leste, Noruega, Países Árabes (Argélia, Egito, Arábia Saudita, Israel), na África pelo menos a Nigéria e o Zaire e, na Ásia, a Turquia, Irã, Índia, Indonésia, China, Coréia e Vietnã.

A idéia de desenvolvimento se constitui numa noção ideológica quando se quer dar a entender que a questão de superação da desigualdade entre países e intrapaíses é apenas questão de tempo e de educação. Em duas obras importantes Arrighi traz elementos fundamentais para desmistificar essa ideologia. Na primeira - *O longo Século XX* (1996), analisa a estrutura profunda do sistema capitalista nos ciclos de reprodução ampliada e desigual do capital e as crises cíclicas que daí decorrem. Na segunda - *A ilusão do desenvolvimento* (1998) - mostra que, sem alterar determinações estruturais, a assimetria entre países se manterá. Questiona, por isso, a tese que acentua a “troca desigual” como elemento explicativo básico desta assimetria entre os países do núcleo orgânico do capital, dos países semiperiféricos e dos países periféricos.

A distância que separa os Estados do núcleo orgânico, Estados semiperiféricos e Estados periféricos na estrutura econômica do capitalismo mundial em termos sócio-econômicos, já é bastante conhecida. A estrutura de relações econômicas entre esses diferentes blocos de Estados consiste de redes de troca desigual, onde há uma apropriação desproporcional dos benefícios da divisão internacional do trabalho: os Estados do núcleo orgânico (industrializados) tem uma apropriação real de benefícios na relação com os Estados semiperiféricos (semi industrializados) que, por sua vez, se apropria de benefícios marginais na relação com os Estados do núcleo orgânico e que se apropria de benefícios líquidos na relação com os Estados periféricos.

Com relação aos processos de luta contra a vulnerabilidade social, que segundo Castel (1998, p. 22-24), representam “... uma condição instável e de risco que atinge os trabalhadores e suas famílias, conjugando precariedade do trabalho com a fragilidade das redes de sociabilidade e dos sistemas de proteção social”, parece consenso entre os principais autores críticos¹¹ que, sem a implantação de um novo modelo societário que exija uma mudança radical e qualitativa nas relações sócio-econômicas, continuará existindo a brutal incapacidade de superação da distância entre os Estados do núcleo orgânico, semiperiférico e periférico.

Para garantir essa desigual relação e concentração de renda, podemos perceber que a crise do capital se acentua no início dos anos 90, se mantendo e se alargando até agora, início do século XXI. Para isto, podemos perceber, sobretudo, as estratégicas modificações da proposta de regulação Fordista¹², que em décadas passadas transcendeu o âmbito econômico e se constituiu numa matriz cultural, centrada nas idéias de produção e consumo em massa, busca do pleno emprego e diminuição das desigualdades. Se antes se pautavam no pressuposto da possibilidade de generalização da industrialização e na idéia de desenvolvimento harmônico, progressivo e ilimitado, hoje já está evidenciado tal falácia.

Como mostram vários estudos, ao contrário da idéia da generalização da industrialização e do consumo de massa elevado, apenas aproximadamente 20 países no mundo tiveram um amplo desenvolvimento, especialmente após a Segunda Guerra Mundial e,

¹¹ Eric Hobsbawm (1996), István Mészáros (1996 e 2002), Milton Santos (2001), Francisco de Oliveira (1988), Ramón Peña Castro (1999), Paul Singer (1996), Cattani (2002, 2003); Chesnais (1996), David Harvey (1996), entre outros

entre estes, sete apenas têm se destacado – o G7 composto pelos Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Canadá, Inglaterra e Itália. Estes constituem os que têm o poder e o governo, de fato, do mundo hoje, tendo como tripé de sustentação os Estados Unidos, a Alemanha (Europa Unificada) e o Japão (países Asiáticos).

Considerando de um lado os limites do meio ambiente (problema ecológico em nível planetário) e a incapacidade do capitalismo socializar o fantástico avanço tecnológico – hoje monopólio de poucos – temos todos os motivos para não continuar caindo no engodo de que todos os países poderiam atingir o nível industrial equivalente ao da Europa, da América do Norte e do Japão. Os processos de globalização mostram, pelo contrário, um galopante aumento da desigualdade, da exclusão e da destruição ambiental.

Nas últimas décadas, constatada a crise do Fordismo, entra em cena a reestruturação produtiva e a reengenharia implantada pelo Toyotismo¹³, que se caracteriza por radicais mudanças na organização do processo de produção e de trabalho das empresas, visando o máximo controle sobre a qualidade dos produtos e dos processos, além da busca contínua de inovação, de maior produtividade e competitividade, por meio das chamadas “Ferramentas de Controle da Qualidade Total”. Com a globalização, esta proposta capitalista ganha força e invade o “mundo” reduzindo drasticamente o trabalho assalariado. Com isto, altera-se também a forma de integração do trabalhador ao processo de trabalho; introduz-se a polivalência¹⁴, o trabalho em equipe e as ilhas de produção, com grandes repercussões para a subjetividade do trabalhador, como a manipulação do afeto, do desejo e da cognição. Se no modelo Fordista a linha de produção era centralizada e segmentada internamente (na própria empresa), agora esta segmentação se reproduz em nível macro, ou seja, em escala global entre países. A descentralização da produção nos países centrais, objetiva o aumento do capital que, para se solidificar, mantém em suas empresas o mínimo de trabalhadores e trabalhadoras, e de

¹² Princípios de organização do trabalho sistematizados por Taylor e aplicado pelo empresário norte-americano - Henry Ford - no início do século XX: Produção em linha de montagem, intensificação da produtividade do trabalho e diminuição de tempos mortos na produção. Para maior reflexão crítica, ver, entre outros: Gramsci.

¹³ Remonta à experiência pioneira de Ohno, engenheiro da Toyota de uma empresa japonesa, que nos anos 50 introduziu conceitos, interpretados como renovação e re-significação do Taylorismo-Fordismo. Ver: Antunes, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho. São Paulo; Campinas: Cortez, 1995. Fidalgo, F. & Machado, L. (Org.) Controle da Qualidade Total: uma nova pedagogia do capital. Belo Horizonte: MCM, 1994; entre outros.

¹⁴ Perfil de qualificação humana, caracterizado pela funcionalidade flexível, ou seja, a multifuncionalidade; o exercício de funções diferentes que obedece as prescrições pragmáticas. Vale ressaltar que isto não lhe proporciona ir além do operacional, limitando ainda, sua criatividade e autonomia não potencializando os conhecimentos conceituais.

forma precária¹⁵ contrata pontualmente para uma determinada atividade uma outra empresa, seja esta cooperativa ou micro-empresa (“as maquiadoras”), preferencialmente do terceiro mundo.

Antunes (2001, p. 42-43), reafirma que esta forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na citada *reengenharia*, desencadeia conseqüências profundas:

...uma crescente redução do proletariado fabril estável; enorme incremento do novo proletariado, do sub-proletariado fabril e de serviços, ou seja, trabalho precarizado configurado pela terceirização, subcontratação, “*part-time*”, e outras formas semelhantes; aumento significativo do trabalho feminino no universo do trabalho precarizado e desregulamentado; exclusão, principalmente, dos jovens e idosos do mercado de trabalho formal; inclusão (criminosa) de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como os países asiáticos e latino-americanos; expansão do trabalho social combinado, onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços, precarizando ainda mais a relação trabalhista.

Parafraseando Pochmann (2002, p, 195-196), para enfrentarmos esta questão, precisamos conjugar resistência política com a proposição de outro modelo econômico possível. Um modelo, que além de enfrentar a miséria e o desemprego, possa estimular atividades econômicas que tenham a preocupação e o compromisso com novas relações de trabalho.

O perverso processo de reestruturação produtiva aquece o debate crítico que procura superar as injustiças implantadas e alimentadas por esta forma de conceber o mundo – o capitalismo neoliberal. Antunes (2001) nesta sua breve, mas consistente afirmação, “desenha” esse enorme contingente de trabalhadores e trabalhadoras que precisam receber atenção do Estado, não de forma assistencialista e/ou clientelista, mas em forma de políticas públicas que possibilite a emancipação e a dignificação:

...a classe-que-vive-do-trabalho fragmentou-se tornando-se heterogênea, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, além da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.

¹⁵ Caracterizada pela ausência de garantia de certos direitos historicamente constituídos, insegurança do contrato ou sazonalidade, baixa remuneração, desligamento da sindicalização, contratação de pequenos grupos de produção familiar, entre outros que, aos extremos, chegam até a exploração do trabalho infantil.

Queremos ressaltar que mesmo diminuindo o trabalho vivo, o capital não pode extingui-lo. Não se constata o fim do trabalho e muito menos de sua centralidade. O que podemos observar é uma acentuada extração de mais valia relativa e absoluta em escala ampliada e mundializada, com uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho.

1.1.1 A Fome e a Miséria no Mundo Globalizado

A globalização neoliberal exerce o poder do seu atravessamento instituído com muito empenho e estratégia. Como uma “máquina ideológica”, mantém e reproduz o sistema dominante, fazendo-se parecer necessária e benéfica à maioria dos seres humanos, nas mais variadas culturas. Seus apologetas falam em “aldeia global” como se a difusão instantânea de notícias realmente informasse as pessoas. Divulgam o encurtamento de distâncias, como se todos pudessem viajar. Um mercado global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando na verdade as diferenças são acentuadas. O culto ao consumo é estimulado contradizendo a preservação do meio ambiente e ignorando a condição de miséria da maioria da população do planeta. Fala-se também em morte do Estado, mas o que vemos é o seu fortalecimento para atender aos interesses financeiros internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações, cuja vida se torna mais difícil e, porque não, impossível se considerarmos os altos índices de mortalidade por falta de comida, assistência em saúde e segurança na maioria dos países.

Grandes exemplos dessas contradições podem ser verificados no balanço global¹⁶ sistematizado pela ONU (Organização das Nações Unidas): na África, cresceu em 58 milhões o número de pessoas vivendo em extrema pobreza; diariamente, 30 mil crianças no mundo morrem de doenças evitáveis; por ano, 500 mil mulheres morrem durante o parto; a proporção de miseráveis no mundo caiu de 29% para apenas 23% entre 1990 e 1999, ou seja, uma redução de 6% em 9 anos, o que talvez possa ser explicado pelo alto índice de mortalidade já que esses miseráveis não sobrevivem nem para integrarem as estatísticas.

Os números da fome, da saúde e da produção agrícola divulgados em um grande meio de comunicação¹⁷, já anunciava tamanha destruição de grande parte da humanidade e do planeta:

...a cada 3,6 segundos uma pessoa morre de fome no mundo. Atualmente há 790 milhões de pessoas desnutridas em países em desenvolvimento e outras 35 milhões nos países ricos. Por dia, são 24 mil os mortos pela fome crônica. A carência de iodo, a principal causa evitável de retardamento mental, ameaça 1,5 bilhão de pessoas no planeta. A cada ano, 7 milhões de crianças com menos de 5 anos morrem de fome e desnutrição e um em cada cinco bebês nascidos no mundo está abaixo do peso. (...) A expansão das áreas cultivadas fornecerá apenas 20% da necessidade de comida em 2020. A agricultura responde por 70% do consumo de água no mundo, melhorar os métodos de irrigação pode combater a escassez de água e aumentar a produtividade. Um sexto das terras cultiváveis foram degradados por práticas agrícolas predatórias. A oferta de alimentos precisará dobrar para suprir as necessidades da população mundial em 2020, sendo que mais de 95% do aumento populacional ocorrerá nos países pobres.

1.1.2 O Desemprego e o Empobrecimento no Brasil

A perversidade do mundo globalizado, que atinge a maior parte da humanidade, sempre atingiu com toda força o Brasil, onde o desemprego se torna crônico com seis milhões de desempregados¹⁸ nas principais regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). A cada ano, aproximadamente 1,5 milhão de brasileiros tentam ingressar no mercado de trabalho e não conseguem ser contratados. O empobrecimento¹⁹ se alarga constituindo-se em miséria absoluta, distanciando cada vez mais a população dos direitos sociais como, o bem-estar econômico, a saúde, o trabalho, a habitação, a segurança pública, a educação, o lazer, etc, além do comprometimento da viabilização dos direitos civis e até políticos, devido a fragilidades dos direitos sociais. Assim, há um crescente afastamento do que poderíamos chamar de cidadania, já que a compreendemos enquanto participação integral de todos os indivíduos na comunidade nacional, com a afirmação da igualdade básica entre as pessoas no gozo dos direitos e deveres previstos nas leis.

¹⁶ GARDA, Cynthia; NAVARRO, Luciana. Relatório de desenvolvimento humano da ONU. Jornal O GLOBO, 10 de junho de 2002.

¹⁷ GARDA, Cynthia; NAVARRO, Luciana. A destruição da humanidade e do planeta. Jornal do Brasil, 10 de junho de 2002.

¹⁸ IBGE / PME. Disponível em { HYPERLINK "http://www.ibge.gov.br" }. Acesso em 16/10/02.

¹⁹ Considerando que a pobreza não é uma questão de opção da classe trabalhadora, e muito menos deva ser tratada como uma realidade dada (sem responsáveis), achamos fundamental utilizar o substantivo “empobrecimento”, para acenar que é um processo alimentado progressivamente pelo capitalismo.

Podemos confirmar a desigualdade social brasileira simplesmente andando nas ruas, onde cada esquina representa o dormitório noturno de crianças, idosos, mulheres e homens de diversas faixas etárias. Podemos também em cada página de qualquer jornal diário, identificar as mazelas sociais alimentadas por essa perversa opção econômica, tendo como base uma estrutura política desonesta, egoísta e internacionalizada, difundida pelos organismos internacionais e, no Brasil, implementada pelo governo FHC desde 1995.

A reprodução do empobrecimento vem ganhando novas dimensões. Além dos trabalhadores da chamada “velha pobreza” que envolve os migrantes, os trabalhadores com baixa escolaridade e, os negros - que historicamente sofrem o preconceito racial que gera inúmeras formas de exclusão – pode-se agora identificar os trabalhadores da chamada “nova pobreza”, ou seja, aqueles que até algum tempo atrás conseguiam trabalho com menos dificuldade, como os trabalhadores jovens, nascidos em grandes centros urbanos e econômicos e com maior escolaridade²⁰.

Para os que relutam em reconhecer a drástica realidade social brasileira, o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU²¹ mostra que o Brasil tem a 4ª pior distribuição de renda dentre os 173 países pesquisados e ocupa o 73º lugar em qualidade de vida (IDH) Índice de Desenvolvimento Humano. Em uma escala decrescente de 7 a 1, utilizada pelo PNUD, o Brasil tirou nota 3 em “liberdades civis” e “direitos políticos”, contribuindo para um bom desempenho na avaliação da “democracia nacional”. Contudo, os números pioraram drasticamente quando avaliaram violência, corrupção, exercício da lei e eficiência do governo, “Quase 20 milhões de brasileiros sobrevivem com até US\$ 1 por dia” – o Brasil ocupa o 17º lugar no ranking de pobreza de 88 países com 11,6% de sua população em condição de pobreza, dados de 1999 para o ano 2000.

Esta realidade, para os que se preocupam com ela, mobiliza desde a solidariedade imediata, até a busca de alternativas para a tentativa da construção de um outro projeto de sociedade. Para os que a vivem na “pele”, muitas vezes parece ser um túnel sem fim. Porém, mesmo com a “dor” da injustiça social, os brasileiros e brasileiras tem mostrado sua luta pela

²⁰ “Para cada dez pobres no município paulistano, seis originam-se das velhas condições de reprodução da pobreza enquanto quatro já podem ser associados às novas formas de reprodução da pobreza”. Ver POCHMANN (2002:159).

²¹ GARDA, Cynthia; NAVARRO, Luciana. O 73º país em qualidade de vida. Jornal do Brasil, 24 de julho de 2002.

reprodução ampliada da vida, ou seja, não se limitando a ganhos essencialmente econômicos, como por exemplo, nas urnas desta última eleição (2002)²². Neste processo eleitoral, ficou demonstrado que além da garra existe um fio de esperança e maior consciência política para que a realidade brasileira possa ser gradativamente transformada em dignidade humana, social e nacional. Parece-nos um momento ímpar e fecundo na história do Brasil, por mais que as adversidades não sejam poucas, como por exemplo, a herança de uma opção econômica falida e geradora de grandes injustiças sociais – o capitalismo neoliberal.

Nos respaldando na Análise Institucional²³, acreditamos que a classe-que-vive-do-trabalho, historicamente “colocada” no lugar de grupo sujeito – que vivencia na maioria das vezes, a dificuldade de mobilização para atingir objetivos comuns, além do enfrentamento da falta de estruturas, de recursos e de leis que realmente se cumpram, a fazendo permanecer submetida à classe dominante - poderá elevar-se, gradativamente, a grupo sujeito. Ou seja, um movimento de classe que possa construir um protagonismo capaz de gerar condições de intervenção na realidade, buscando as mudanças necessárias para sua cidadania ativa. Desta forma, a classe-que-vive-do-trabalho, enquanto grupo sujeito, poderá fazer surgir as bases para um processo instituinte. Este processo representa a mobilização das forças produtivo-desejante-revolucionárias deste grupo sujeito, que tende a fundar instituições ou a transformá-las, de acordo com as suas necessidades. Esse dinamismo instituinte e organizante é orientado pela utopia ativa, que mobiliza as metas e objetivos mais altos e nobres, orientando todo o processo de agenciamento social para a mudança.

É apostando na esperança e na transversalidade da classe-que-vive-do-trabalho e dos novos governantes, ou seja, nas forças produtivo-desejantes-instituintes-organizantes que deflagram efeitos transversais inventivos e libertários, que esperamos pelo início da construção de uma nova história, que se faz urgente para milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

²² Eleição para Deputados Federais e Estaduais, Senadores, Governadores e Presidente da República, onde se configurou uma grande renovação das bancadas pela esquerda, e principalmente, referendou com um histórico percentual de votos, a escolha de Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT) para Presidente da República do Brasil.

²³ Ver: (Baremlitt, 2002); (Rodrigues; Leitão; Barros (Org.) 1992); (Kamkhagi; Saidon, 1987)

Queremos acreditar que a afirmação de Rodrigues (1998b, p. 41), bem como de outros autores críticos da hegemonia capitalista, possa começar a fazer parte de um passado superado:

...países da periferia da economia global como o Brasil, onde o Estado do Bem-Estar Social de fato jamais foi montado, onde as massas de pessoas famintas vagueiam pela cidade e pelo campo (ocupado pelas oligarquias desde as Capitâneas Hereditárias), onde o sistema de educação pública ainda não é uma realidade, onde a saúde e a previdência pública são consideradas ônus pesado ao Estado, onde a aposentadoria é tida como privilégio insustentável. (...) Da barbárie a barbárie sem passar pela civilização, talvez seja este o lema da burguesia que opera em terra brasilis; classe essa que até agora tem sido bem sucedida em combinar convencimento e coerção.

1.2 ALTERNATIVAS DE TRABALHO: DA BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA A UM NOVO PROJETO SOCIETÁRIO

Minha hipótese é a de que, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho.

(ANTUNES, 2000, p. 216)

Queremos salientar a importância do debate acerca das diferentes perspectivas políticas de geração de trabalho, o qual conta com a contribuição de importantes teóricos e estudiosos²⁴ que, na busca de um novo projeto societário, tentam se contrapor àqueles que, em nome do capital, manipulam seus interesses dominantes. Portanto, nesse processo de luta por uma sociedade justa e emancipadora, este é um tema que tem se revelado muito caro e ao mesmo tempo nebuloso - no fio da navalha - nesse processo de luta por uma sociedade justa e emancipadora.

Cabe esclarecer que, nos referimos à sobrevivência enquanto forma limitada, emergencial e precária de vida em todos os aspectos, e, novo projeto societário, enquanto perspectiva para uma nova e ampliada forma de reprodução da vida.

Considerando os limites de uma dissertação de mestrado e a amplitude das diversas estratégias de sobrevivência, iremos recorrer a autores, debates e questões, inspirados em

²⁴ Para uma revisão de literatura recorremos a: Singer (1999; 2000; 2001; 2003); Coraggio (1997; 2001; 2003); Razeto (1999), Núñez (1997 apud Tiriba 1999); Tiriba (1997, 1999, 2001, 2002; 2003); Cattani (2002, 2003); Gaiger (2000), Arruda (2000 a, 2000 b); Kraychete (2000); Souza (2000); entre outros.

algumas experiências, programas e movimentos sociais e populares²⁵, que mais se aproximam de nosso objeto de estudo, no sentido do debate democrático com vistas a uma nova proposta societária.

1.2.1 Projeto Societário e a (Des)Construção de Conceitos na Atual e Caótica Materialidade

Como já apresentamos, a atual configuração do mundo trabalho, considerando-o em todas as suas dimensões - tecnológica, jurídica, sindical, econômica, educativa, cultural, política e subjetiva - mostra-se cada vez mais destruidora dos direitos, da dignidade e da cidadania da classe-que-vive-do-trabalho.

Esta metamorfose e o fetiche implantado pelo capitalismo neoliberal acirram cada vez mais os processos de exclusão social²⁶, gerando uma grande complexidade no que tange ao desemprego e às várias formas de sobrevivência, trabalho e renda. Algumas dessas formas, enquanto estratégia de sobrevivência revelam, por sua vez, maior ou menor grau de viabilidade financeira, educativa e política.

Ressaltando as diversidades de conceitos, paradigmas e nomenclaturas que derivam das diferentes formas de interpretar a atual materialidade, queremos sinalizar que o “desemprego” vem ganhando várias nuances, fazendo com que tanto os maiores institutos de pesquisas²⁷, quanto os estudiosos desse campo, relativizem o seu caráter utilizando várias denominações²⁸: *desemprego aberto, desemprego cíclico, desemprego estrutural, desemprego conjuntural, desemprego de exclusão, desemprego de inserção, desemprego de massa,*

²⁵ ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária); PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul); AGP (Associação dos Grupos de Produção); CAPINA (Cooperação e apoio a Projetos de Inspiração Alternativa); UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Programa de Incubadoras de Empreendimentos Solidários), ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário); COEP (Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida); MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), entre outros.

²⁶ Mesmo reconhecendo que a noção de “*exclusão social*” se revela saturada de sentidos, não-sentidos e contra-sentidos na medida em que este processo tem sido funcional ao sistema capitalista neoliberal através da precarização, utilizamos este termo enquanto fase extrema do desassalariamento prolongado ou irreversível, com conseqüentes rupturas familiares, afetivas/psicológicas e sociais. Ver: Castel (1998: 21-37); Costa. *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradativa, 1998.

²⁷ DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos); IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

²⁸ Pensamos que conhecer mais especificamente o caráter do desemprego torna-se fundamental para a orientação das políticas públicas. Contudo, queremos ressaltar que muito pouco tem se feito com relação a isto de forma efetiva no Brasil, enquanto políticas governamentais. Encontramos algumas ações pontuais e experimentais em alguns estados e municípios, mas não visualizamos políticas públicas consistentes e contínuas em nível nacional.

desemprego de reestruturação, desemprego disfarçado ou mascarado pelo desalento, desemprego disfarçado ou mascarado pelo trabalho precário, desemprego friccional, desemprego oculto, desemprego recorrente e desemprego sazonal.

Se o mundo do trabalho assalariado transformou-se no “mundo do(s) desemprego(s)”, podemos facilmente constatar que há também uma multiplicidade e heterogeneidade de alternativas de geração de trabalho e renda atualmente em curso, como desdobramento disto, frente ao novo modelo de acumulação do capital. Tanto o cotidiano vivido por milhares de trabalhadores e trabalhadoras, quanto os prognósticos sócio-econômicos, revelam que uma parcela cada vez mais reduzida deste contingente consegue se manter na relação de assalariamento. Portanto, as diversas alternativas de trabalho e sobrevivência só tendem a se multiplicar. A grande questão é saber em que medida as mesmas se constituem como “alternativa” ao desemprego e/ou como “alternativa” ao capital, ou seja, como parte integrante de um projeto societário que se pretende alternativo ao modo de produção capitalista.

Dessa grande massa de desempregados, subempregados ou precarizados gerados pelo capitalismo neoliberal, uma parcela irá se inserir no mundo ilícito ou do desalento, motivados, principalmente, pelo caos social e pelo empobrecimento com duras conseqüências objetivas e subjetivas para toda a sociedade. Outros tentarão, na melhor das hipóteses, se engajar e competir no mercado através das OEP's (organizações econômicas populares) - pequenas unidades de produção que expressam diversas ações e objetivos, motivadas pela luta contra o desemprego constante, recebendo incentivo de diferentes agentes nacionais, internacionais e iniciativas governamentais - que visam, conseqüentemente, diferentes projetos educativos e societários.

Verificamos na revisão da literatura a existência de várias nomenclaturas que buscam nomear e significar as novas formas de trabalho e sobrevivência: *economia de solidariedade; economia popular de solidariedade; economia popular; economia solidária; economia autogestionária; economia social; economia popular, associativa e autogestionária; sócio-economia solidária*, dentre outras.

Constatamos também, que há uma enorme dificuldade em se nomear com velhas categorias essa nova materialidade, mas tampouco as novas categorias que vão sendo

construídas por diferentes agentes, institutos, estudiosos e atores sociais, conseguem dar conta desse universo. Na verdade, há um conjunto de nomeações ainda provisórias, não depuradas em um debate maior, que para nós, expressa essa dificuldade e a tentativa em apreender o complexo social em suas diferentes dimensões e nuances enquanto fenômeno histórico-empírico que se impõe a todos.

Até o início da década de 80, final do século XX, os conceitos de “economia formal” e “economia informal” eram o aporte para a classificação das diversas atividades econômicas. Hoje, início do século XXI, os conceitos de formalidade e informalidade já não são mais suficientes para darem conta da atual complexidade das relações econômicas que vêm se construindo na sociedade. Os próprios institutos de pesquisas quando tratam sobre a formalidade e a informalidade não chegam a um consenso quanto a sua definição. Tiriba (2001, p. 109), ao destacar o estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD aponta que, “de fato, tanto a realidade do setor formal como a do setor informal estão determinadas em um só processo, pois uma não é independente da outra na determinação de sua existência”. Considerando que a economia informal serve como um “braço direito” da economia capitalista, Icaza e Tiriba (2003, p. 104-5) acreditam que:

...da economia informal, fazem parte as atividades de produção e distribuição de bens e serviços promovidas pelos empresários, ou seja, por aqueles que buscam o enriquecimento próprio, mediado pela exploração da força de trabalho daqueles que não são proprietários dos meios de produção.

Diante desse panorama germinam vários conceitos de economia popular, que hoje são vistos por muitos estudiosos para além do formal / informal, ganhando lugar de destaque nesse cenário da crise do trabalho assalariado. Portanto, iremos recorrer a alguns dos principais autores que debatem este conceito, e ver, de forma sintética, a contribuição de cada um. Buscaremos entender como definem a economia popular, e quais são os conceitos em disputa formulados por eles, no sentido de apreenderem a atual e caótica materialidade propondo, inclusive, algumas alternativas econômicas que possam disputar e/ou superar a lógica excludente do capitalismo.

Iniciaremos com as contribuições de Razeto (1999), entendendo que estas trazem ao debate uma interessante sistematização quanto às distintas características das atividades econômicas populares, que nos facilita compreender as concepções de outros autores.

Entendendo por economia popular:

“...o resultado das diferentes atividades, iniciativas e experiências que os setores populares, marginalizados crescentemente dos dois grandes sistemas formais de destinação de recursos (o mercado e o Estado), vêm tendo que enfrentar, com o objetivo de assegurar sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas.” (RAZETO, 1999 p. 34-49)

Razeto (1999) ressalta ainda seu aspecto heterogêneo e diferenciado internamente, percebendo nesta economia cinco tipos de atividades empreendidas pelos setores populares:

- 1- soluções assistenciais: mendicância de rua, sistemas organizados de beneficência pública ou privada orientados a setores de extrema pobreza, etc;
- 2- atividades ilegais e com pequenos delitos: prostituição, pequenos furtos, pontos de venda de drogas, e outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas culturais socialmente aceitas;
- 3- iniciativas individuais informais: comércio ambulante, serviços de pintura e limpeza, guardadores de automóveis, vendedores de sucatas, etc., muitas vezes vinculados com o mercado formal;
- 4- micro-empresas e pequenas oficinas: negócios de caráter familiar, individual, ou de poucos sócios, como oficinas de costura, bares, biroskas, etc;
- 5- organizações econômicas populares (grifo nosso²⁹): compostas por pequenos grupos que buscam associativamente e solidariamente, uma forma de enfrentar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos, geralmente com apoio de agentes religiosos, públicos, sindicais, universitários, partidários, de ONG's além de outras organizações populares. (RAZETO, 1999)

Considerando a estabilidade, a permanência e o valor que os protagonistas desenvolvem como respostas frente às necessidades da vida, ou seja, das soluções para os problemas econômicos, o autor organiza três níveis para essas atividades, advertindo que estes níveis podem se dar em cada uma delas:

- 1- estratégias de sobrevivência: atividade emergencial e transitória que limita-se às necessidades básicas para sobrevivência mantendo a vida precária em todos os aspectos;

²⁹ As cooperativas populares “assessoradas” pelas ITCP's – objeto de nosso estudo, dentro da classificação de Razeto, são consideradas OEP's – Organizações Econômicas Populares.

2-estratégias de subsistência: atividade que permite a satisfação das necessidades básicas, mas não é estável e nem permanente, além de não oferecer crescimento;

3-estratégias de vida: trabalho por conta própria valorizando a liberdade, o companheirismo e a autogestão, apostando na iniciativa como opção permanente que possa ir além da subsistência. (Ibid)

Partindo dessa complexidade, o autor avança na discussão da economia popular incluindo a existência da *economia de solidariedade* (enquanto estratégia de vida), que é um modo especial de fazer economia - produzir, distribuir e consumir - e de se desenvolver à partir de um conjunto de características opostas ao modelo econômico capitalista. Nessa forma de economia os recursos, bens e serviços são distribuídos através de doações, reciprocidade e cooperação, além das tradicionais formas de compra, venda e tributação.

O autor acredita que, para este tipo de economia se efetivar, é fundamental que seja sólida a construção de “novos comportamentos sociais e pessoais” em todas as etapas do processo. A solidariedade, o mutualismo, a cooperação e a autogestão comunitária são essenciais para o nascimento de uma nova lógica de mercado.

Para nós, além desses pré-requisitos acrescentamos a importância que assume o campo das políticas públicas nesse processo. Pensamos que, para isso, os horizontes educativos fomentados nos grupos organizados – principal objeto de nosso estudo – sejam uma tarefa de profunda responsabilidade, pois poderão semear a reprodução das relações da lógica capitalista vigente, o que não atingiria os objetivos para uma nova perspectiva econômica, com vistas a uma nova cultura do trabalho, bem como de novas relações sociais.

Voltando ao entendimento do autor, esta *nova economia* também tem peculiaridades.

“...a proximidade entre produção e consumo, a preferência pelo consumo comunitário, a integralidade na satisfação das necessidades de diversos tipos e, finalmente, o consumo simples – não pela pobreza, mas pela melhoria da qualidade de vida – há uma opção pelo não consumismo e pela não sofisticação”.
(RAZETO, 1999)

Sua reflexão nos parece bastante realista quando ressalta que, “esses diferentes aspectos da produção, distribuição e consumo na *economia de solidariedade* se colocam

muito mais enquanto comportamentos tendenciais [ao nosso entender, como possibilidades a serem construídas] do que uma madura e completa manifestação da realidade”. (ibid)

Buscando avançar ainda mais no debate sobre economia popular, este autor nos alerta para uma importante questão a ser superada: “nem toda economia popular é economia de solidariedade, e nem toda economia de solidariedade é popular, pois há expressões solidárias também em outros níveis sociais e em organizações não-populares”.

Assim, definidas a *economia popular* e a *economia de solidariedade* como dois conjuntos de realidades e experiências com traços diferentes, o autor propõe uma terceira forma de economia - a *economia popular de solidariedade* – que representa “um conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na interseção entre os dois conjuntos já mencionados”, carregando, portanto, alguns traços especiais de solidariedade, diferentes daqueles disseminados pelo capitalismo neoliberal com o seu jogo semântico-ideológico.

Talvez seja oportuno retomarmos o subtítulo do nosso Capítulo – *Projeto societário e a (des)construção de conceitos na atual e caótica materialidade* - articulando-o às questões apontadas por Razeto que, para nós, são fundamentais. Mesmo não tendo a pretensão de dar conta de todos os meandros desta temática, queremos explicitar o compromisso ético-político-ideológico-educativo quando provocamos esta reflexão, com uma clara intencionalidade de nos aproximar ainda mais do nosso objeto de pesquisa.

Entendemos que a Rede de ITCP’s, e obviamente, cada Incubadora filiada a ela, tenha, principalmente, uma grande responsabilidade educativa, para além da viabilidade econômica das cooperativas. Uma responsabilidade ético-política-ideológica-educacional que não se restringe ao campo econômico e que possa fomentar a construção de alguns elementos emancipadores na relação trabalho/educação, durante a sua intervenção chamada de “assessoria” às cooperativas populares.

Lembramos que as cooperativas populares, incubadas pelas ITCP’s, correspondem às características de uma OEP – Organização Econômica Popular, que Razeto mais acredita poder aglutinar elementos para uma *economia popular de solidariedade*, que visando a transformação estrutural da sociedade. Isto porque as OEP’s,

...são iniciativas que se desenvolvem nos setores populares; são associativas; organizativas; criadas para enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas; enfrentam os problemas com o próprio esforço e recursos; são principalmente baseadas na ajuda mútua e na cooperação; querem ser participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas; não se limitam à um só tipo de atividade: combinam atividades econômicas, sociais, educativas, de desenvolvimento pessoal e grupal; se pretendem ser diferente e alternativa ao sistema dominante – capitalista. (RAZETO, 1999, p.46-49)

Ao nosso ver, este autor ainda contribui com uma questão fundamental³⁰ – a coerência entre o querer e o realizar. Ele sinaliza que “nas formulações dialéticas da história e das mudanças sociais, não tem se revelado suficientemente a ação coerente no próprio modo de ser e de se organizar, com o projeto de sociedade pelo qual se luta”. Esta questão é, na verdade, uma das nossas maiores inquietações, originando o presente interesse de pesquisa que tomamos como viés para análise: para qual projeto societário apontam os projetos educativos das Incubadoras de Cooperativas Populares filiadas à Rede de ITCP’s?

Acreditamos que, diante do caos do desemprego estrutural, garantir a sobrevivência, conquistar a subsistência poderá se tornar uma “estratégia de vida” para a classe-que-vive-do-trabalho. Além disso, esta estratégia pode estar vinculada a um projeto societário de caráter socialista, o que nos exige um longo, tortuoso e combativo caminho a ser percorrido. E nesse caminho, muitas contradições e proposições deverão ser desveladas e trabalhadas gradativamente por todos os atores que buscam este processo. Principalmente, os chamados assessores (educadores) das organizações, como as ITCP’s, que parecem lutar por um outro projeto societário - de caráter socialista.

Recorrendo ao eixo central da Análise Institucional que se sustenta na autoanálise e na autogestão com vistas à utopia ativa, estamos convencidos de que este eixo (tripé de sustentação) precisa fazer parte do cotidiano dos principais agentes, envolvendo a chamada “assessoria” acadêmica (ITCP), os seus pares interlocutores e financiadores, bem como a comunidade/cooperativa popular incubada e a desincubada³¹.

³⁰ Para nós, esta questão ganha um lugar ainda mais central devido à experiência profissional de 04 anos na Incubadora de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ, onde o debate pela coerência político-ideológica perpassava desde as coordenações, a organização e as atividades das equipes de formação em cooperativismo, até a própria organização e relação interna da própria cooperativa assessorada. Vale ressaltar, que essa busca pela coerência era um grande desafio repleto de contradições, por isso, aprofundaremos essa reflexão no Capítulo II.

³¹ Aquela cooperativa que deixou de receber o chamado acompanhamento “técnico”, ou seja, a “assessoria” da incubadora; o que para nós, significa acompanhamento educativo.

Após conhecermos as principais concepções de Razeto, traremos agora para o nosso percurso de conceituações a principal contribuição de Coraggio (1997), que parte da lógica da “reprodução ampliada da vida” – para além dos ganhos materiais – onde os valores de cooperação e reciprocidade ganham total destaque como o principal elemento que diferencia a *economia popular* de outros setores econômicos.

Para ele, não é possível uma visão da totalidade da realidade concreta se reduzirmos o sistema econômico a apenas dois subsistemas (formal e informal), indicando, ainda, que é preciso incorporar a *economia popular* como mais um subsistema. Este autor reconhece também a atual complexidade sócio-econômica, e acredita que a economia está dividida em três subsistemas: 1- economia empresarial-capitalista; 2- economia pública: empresarial estatal e burocrática estatal, não orientada para o lucro; 3- economia popular (CORAGGIO, 1991, p.334 apud ICAZA; TIRIBA, 2003).

Segundo a visão de Coraggio, concluímos que, se para o mercado capitalista os principais objetivos se pautam na acumulação de riquezas e de poder, o setor da economia popular, que inclui todas as unidades domésticas e comunitárias, não busca viver da exploração do trabalho alheio, muito menos da riqueza acumulada que alimenta as injustiças sociais.

Um outro teórico, Orlando Núñez (apud, Icaza; Tiriba, 2003) se posiciona neste debate afirmando que;

...a *economia popular* está composta pelo conjunto de pobres e desempregados, trabalhadores individuais, cooperativados, associados ou agrupados em outras redes, além dos operários do campo e da cidade que se identificam por um projeto comum, de desenvolvimento nacional e alternativo ao capitalismo.

Neste sentido, propõe a categoria *economia popular, associativa e autogestionária* designando as atividades econômicas que se orientam pelo associativismo e pela autogestão, no sentido de enfrentar o capitalismo e construir as bases para um projeto de emancipação dos setores populares. Para ele, o projeto associativo e autogestionário da atual economia popular não exclui a possibilidade da construção do socialismo, devendo, portanto, considerá-la uma alternativa econômica e de luta que exige amadurecimento para que o seu poder político e econômico gere o resultado esperado – a superação do capitalismo. O autor investe na

proposta do associativismo firmemente, acreditando ser o único caminho que leve a classe-que-vive-do-trabalho a construir uma estratégia de mercado / uma competição necessária para enfrentar e superar a ordem hegemônica - o capitalismo neoliberal (ibid).

Já Lisboa (apud, Icaza; Tiriba, 2003) considera que as unidades domésticas e a pequena produção mercantil ativaram os setores populares. Para ele, a economia popular está representada pelas atividades (formais ou informais), que normalmente são desenvolvidas no domicílio ou na comunidade, tendo, portanto, um grande enfoque os laços culturais, familiares, de vizinhança e afetivos. As atividades na economia popular não são motivadas pelo acúmulo do lucro, e sim, pelas necessidades diárias que são contempladas de forma auto-sustentável.

... se a economia popular aponta para modelos de desenvolvimento com um enfoque centrado nas classes populares e atento aos movimentos sociais, possibilita uma nova ótica para pensar os processos de transformação, “onde o progresso deixa de emanar do Estado planejador, das elites, das vanguardas”. Assim, argumenta, a economia popular, “originada tanto dos nunca integrados quanto dos desempregados pelas transformações contemporâneas, aos poucos vai constituindo-se num espaço econômico próprio composto por todos aqueles que estabelecem formas coletivas de produção material da sua vida.” (CORAGGIO, 1991, apud ICAZA;TIRIBA, 2003)

Embora os autores não sejam tão afinados na compreensão acerca da “outra economia” (CATTANI: 2003), é fácil percebermos que há uma convergência entre eles, quando se trata do esforço teórico para criarem “novos” conceitos que possam iluminar as diversas práticas e reflexões tendo em vista um projeto de sociedade de caráter socialista.

As reflexões em torno da “outra economia” são fundamentais para o avanço do debate sobre as alternativas de trabalho, renda, educação, cidadania e, principalmente, de projeto societário. Vale ressaltar que, na apresentação das contribuições dos referidos autores, as palavras “cooperação” e “solidariedade” assumem o seu verdadeiro sentido e representação.

Segundo o Dicionário Aurélio Século XXI (Cf.), podemos entender por cooperação, “o ato ou efeito de cooperar que traz benefício para todos os participantes”; e por solidariedade, desde “o laço ou vínculo recíproco de pessoas independentes que aderem ou apóiam a mesma causa, empresa, princípio, etc.”, até “o ato de dar um sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um grupo social, de uma nação, ou da própria humanidade”. Podemos verificar, portanto, que esta definição

corresponde à representação social, porém, se diferencia da real intencionalidade da ideologia capitalista, que se utiliza dessas representações para extrair mais valia de forma camuflada.

Diante deste complexo conjunto de diferentes intencionalidades que penetram nos grupos populares, acreditamos que precisamos estar atentos quanto aos limites e capacidades que a economia popular tem para contribuir no processo de transformação social, enquanto uma “outra economia” – terminologia utilizada por Cattani (2003, p. 09-14)³². Ao nosso ver, esta ainda é uma questão para a própria materialidade ir respondendo a partir das experiências concretas desenvolvidas, somadas à construção dos debates teórico-práticos.

Assim, lembramos Villasante (1998, p. 226), quando acena para a necessidade de, a partir do “caos” neoliberal, desencadearmos o que ele chama de efeito “mariposa”. Este efeito, ou seja, o enfrentamento e a superação da opressão do sistema hegemônico vigente, deve contar com algumas premissas fundamentais:

...Conciencia de crisis en la economía de un territorio que agrupe bloques populares; una recomposición de grupos y conjuntos de acción en un cultura colectiva; y unas propuestas de calidad de vida ilusionantes y sustentables en el habitat concreto en el que se está viviendo (...) Es decir, un estilo prático y reflexivo supone una épica, una estética, una étnica, y una ética, que en su conjunto pueden ir creando condiciones de efectos mariposa/multiplicadores. (...) Cuando se nos insiste en que sólo es posible un modelo global neoliberal, cabe presentar ejemplos públicos (no estatistas ni burocráticos) que muestren este estilo épico de remar contra-corriente colectivamente³³. (1998, p. 226-229).

Buscamos no dicionário crítico, “A OUTRA ECONOMIA” (CATTANI: 2003), a maneira pela qual as autoras Icaza e Tiriba (2003, p. 101-109) conceituam a *economia popular*. No verbete, elas reafirmam que esta economia transcende ganhos materiais, o que parece confirmar a nossa argumentação com relação à importância de uma educação emancipadora para os trabalhadores e trabalhadoras. Segundo as mesmas:

³² Considerando as dimensões devastadoras do capitalismo para a humanidade e para a natureza, o autor aponta para a necessidade da construção de uma “outra economia” – aquela que possa romper com a lógica vigente, nascendo na contracorrente do sistema e da ideologia dominantes, pautando-se na solidariedade e na dignidade.

³³ Tradução: “Consciência de crises na economia de um território que agrupe blocos populares, uma recomposição de grupos e conjuntos de ações de uma cultura coletiva; e umas propostas de qualidade de vida digna e sustentável no habitat em que está se vivendo (...) Isto é, um estilo prático e reflexivo supõe uma épica, uma estética, uma étnica, e uma ética, que em seu conjunto podem ir criando condições de efeitos borboletas/multiplicadores. (...) Quando insistem que só é possível um modelo global neoliberal, cabe apresentarmos exemplos públicos (não estatistas nem burocráticos) que mostrem este estilo épico de remar contra-corriente coletivamente.”

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares, no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de suas necessidades básicas, tanto materiais como imateriais. (Ibid)

As autoras ressaltam ainda duas questões que não podem ser desconsideradas nesse universo da economia popular. A primeira refere-se à transcendência de ganhos materiais, ou seja, é uma economia ligada à reprodução ampliada da vida. A segunda ressalta que o conjunto das práticas realizadas pelos setores populares, ao longo da história da humanidade, vão recebendo significados diferentes, ou seja, em cada momento histórico, a economia popular se configura de forma específica para atender às necessidades dos setores populares. Isto significa que, ao contrário da economia solidária que, segundo Singer (2002, p. 83) “foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta ao desemprego”, a economia popular se plasma de forma hegemônica ou subalterna nos diferentes modos de produção e/ou modelos de desenvolvimento econômico. Segundo Tiriba (2003. p. 219), “com a crise estrutural do emprego, proliferam estratégias de trabalho e de sobrevivência, no entanto, embora torna-se agora mais evidente, a economia popular não é filha do desemprego e, tampouco da pobreza”. Acrescenta ainda que, “embora a economia popular não se configure, necessariamente, como “economia dos pobres”, é no contexto do modelo neoliberal de acumulação de capital, que ela se apresenta fortemente como tal” (Ibid). Para a autora, como parte integrante da luta pela construção do socialismo, nossos desafios consistem em dar organicidade e fortalecer este setor da economia, transformando-a na economia política dos trabalhadores.

Partindo desta concepção de economia popular, vale então ressaltar que, de fato, a solidariedade se faz presente, mobilizando uma outra forma de conceber o mundo, a humanidade e, principalmente, as relações sociais e de produção; priorizando a vida e não a concentração de riquezas que gera tantas injustiças, como no capitalismo. Contudo, sabemos que manter o espírito de solidariedade não é uma tarefa simples, como podemos verificar na citação abaixo, mas parece-nos fundamental incluímos na agenda o debate de uma educação que espelhe o ideário solidário.

Embora submersa e, em última instância, submetendo-se aos imperativos da “lei do mais forte”, a economia popular apresenta características que se contrapõem à racionalidade econômica capitalista.(...) ao invés do emprego da força de trabalho alheio, o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir a subsistência imediata e produzir um excedente que possa ser trocado no mercado da pequena produção mercantil, por outros valores de uso”. (ICAZA; TIRIBA, 2003).

Singer³⁴, autor cujas idéias iremos expor ao longo deste capítulo, vem ganhando expressão e respeitabilidade em alguns segmentos quando propõe a economia solidária enquanto alternativa sócio-econômica e política-ideológica. Suas diversas publicações e debates, além da sua militância política, coloca no cenário do desemprego estrutural, principalmente o resgate das autênticas cooperativas como um elemento fundamental para a luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa dos sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais – ressaltando a importância da posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática / autogestão, e a repartição eqüitativa da receita pelo grupo.

Mas, independente dos diferentes olhares e expectativas dos autores citados, queremos ressaltar que a economia popular em sua macro perspectiva, sendo ela, de solidariedade; solidária; associativa e autogestionária; entre outras, tem se fortalecido como inserção no mundo do trabalho, e como movimento popular e social, com intervenções gradativas nas políticas públicas de alguns estados e municípios brasileiros.

1.2.2 Os Movimentos Sociais, as ITCP's e a Opção pela Economia Solidária

No Fórum Social Mundial - FSM³⁵ o debate e as experiências de alternativas econômicas tem se mostrado presente, configurando uma nova estratégia de desenvolvimento humano, em discussão por vários países, além da troca de experiências, para o enfrentamento da ordem capitalista neoliberal. Para o encaminhamento de eventos articulados nacionalmente e internacionalmente sobre a economia solidária a ser tratada neste último Fórum (III), foi composto um Grupo de Trabalho – GT de Economia Solidária (Brasil), integrado pela Cáritas, ANTEAG, FASE, PACS, ADS/CUT, UNITRABALHO, Rede Universitária de ITCP's e o IBASE. Essas organizações atuam com instrumentos metodológicos próprios e faixas de público diferenciados, estabelecendo algumas vezes, intercâmbio e parcerias entre si.

³⁴ Estudioso da Economia Solidária, Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP/SP, é formado em Economia e Administração e possui 23 obras publicadas.

³⁵ Em especial, no III Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, de 23 a 28 de janeiro de 2003, que contou com 05 eixos temáticos: **desenvolvimento democrático e sustentável** [grifo nosso] (incluindo o debate da economia solidária); princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; mídia, cultura e contra-hegemonia; poder político, sociedade civil e democracia; ordem mundial democrática, combate a militarização e promoção da paz.

O GT Brasil de Economia Solidária recebeu forte apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, onde se desenvolveu a primeira experiência brasileira de política pública estadual voltada para o desenvolvimento da economia solidária. Também vem intercambiando com as experiências municipais de São Paulo, Recife e Belém, entre outras. (...) Neste momento, impulsionado pela possibilidade de estabelecimento de uma política nacional para a economia solidária, o GT Brasil está empenhado na construção do Fórum Brasileiro da Economia Solidária. (www.forumsocialmundial.org.br. Acesso em: 24/01/03).

Em forma de painel, seminários e oficinas, a economia solidária foi debatida a partir de várias questões problematizadoras, conforme a programação³⁶ do evento:

A economia solidária como estratégia de um projeto alternativo de desenvolvimento – proposições; possibilidades e desafios para o desenvolvimento de redes de comercialização solidária; o Estado tem sido capaz de formular e executar políticas de desenvolvimento pautadas pela economia solidária? Sob que condições?; é possível o desenvolvimento de um sistema financeiro solidário que articule iniciativas locais, nacionais e internacionais?; **como as práticas de autogestão vem enfrentando criativamente o desafio de novas formas de relações internas (administração compartilhada) e externa (relações em redes não concorrenciais) na perspectiva de economia solidária?**[grifo nosso]; a economia solidária vem configurando-se como estratégia de um novo desenvolvimento? Desafios enfrentados e a enfrentar; agenda de consensos.

Nesta problematização por nós grifada, falam em autogestão, criatividade, administração compartilhada, relações internas e externas, mas não explicitam que esses processos não devem ficar restritos a uma modalidade de gestão, implicando, portanto, em mudanças de comportamentos, em nova perspectiva ideológica, novos hábitos, nova visão de mundo, no fortalecimento da auto-estima e do coletivo enquanto possibilidade de intervenção, principalmente, em uma perspectiva de educação que se diferencie desta educação hegemônica introjetada por todos nós.

Como ocorre com outros conceitos apropriados pela ideologia neoliberal, o conceito de autogestão em suas dimensões sociais, econômicas, técnicas e políticas, também tornou-se ambíguo e reduzido. Mesmo não sendo um conceito novo, tendo sua origem nas lutas dos trabalhadores representando muito mais que um modelo de gestão, a autogestão vem assumindo mais recentemente de forma distorcida, um lugar de destaque nas novas estratégias da reengenharia organizacional neoliberal, enquanto técnica gerencial que parte da polivalência funcional, do trabalho em equipe, entre outras, para aumentar a produtividade em nome do capital.

³⁶ { HYPERLINK <http://www.forumsocialmundial.org.br> }. Acesso em: 24/01/03.

Essa concepção de autogestão não atende aos anseios daqueles que lutam por uma “outra economia” com bases na “repartição do poder, na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social”, conforme sinalizou Albuquerque (2003, p. 21). Queremos ressaltar que se torna urgente e fundamental pensarmos que perspectiva de autogestão está sendo engendrada pelos segmentos que almejam outro modelo societário através de suas práticas educativas. Mas, para isso, é necessário pensar e construir horizontes educativos emancipadores.

Identificamos que, mais uma vez, como em todos os outros debates, fóruns, seminários, etc, que participamos, a reflexão acerca da definição do referencial teórico-metodológico que dará sustentação às práticas educativas - que possam apontar para uma nova cultura do trabalho com bases na autogestão e na solidariedade - não ganha centralidade nas preocupações e agendas dos segmentos envolvidos.

Não só no campo da autogestão difundida pelo capitalismo neoliberal encontramos ambigüidades. É bastante comum encontrarmos ambigüidades na economia popular, ou seja, ações de viés conservador que reforçam o sistema vigente, e ações de viés mais emancipador, que visam além da sobrevivência imediata, a mudança local, social e estrutural. Essa ambigüidade integra um conjunto de ações neoliberais, impulsionada por diversos agentes com projetos societários diferentes, como os governos, os movimentos sociais, os movimentos populares, os partidos políticos, os sindicatos, as ONG's, as igrejas e até por organismos internacionais. Esses últimos, se utilizam de mecanismos bastante contraditórios para o chamado “combate à pobreza” nos países periféricos e semiperiféricos, pois, a primeira exigência dos países centrais aos países periféricos e semiperiféricos – tendo como seu principal braço os organismos internacionais - é a redução dos gastos públicos, principalmente, no campo social; facilidades para os investimentos estrangeiros, reduzindo a proteção do mercado interno; privatização das empresas públicas, entre outras. Com certeza, o cumprimento dessas perversas metas impostas faz com que cresça a exclusão social e a relação de dependência dos países submetidos.

Portanto, considerando a diversidade de agentes e intencionalidades que se propõem a atuar³⁷ junto aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, podemos perceber que há um forte atravessamento por diferentes ideologias e projetos societários, que compõe um mosaico de alternativas, limites e potencialidades para esta economia, sinalizando a grande necessidade e responsabilidade educativa-política-ideológica dos setores e agentes que primam pela emancipação social. Esta é uma reflexão muito cara para nós, e como aponta Cattani (2003, p. 11):

As alternativas na esfera produtiva contemporânea são múltiplas, complexas e controversas. O mundo das alternativas abriga, invariavelmente, incontáveis visionários imbuídos de nobres propósitos, porém, não apenas o inferno está cheio de boas intenções. Existem realizações sólidas portadoras de verdadeiras mudanças, como existem projetos inconsistentes e inconseqüentes cujos resultados não contribuem em nada com a transformação progressista. (...) A existência de imprecisões semânticas, de conceitos ambíguos ou imprecisos, de teorias lacunares só aumenta a dificuldade de compreensão e de implementação dos processos. Por isso, a necessidade de construção de conceitos e teorias que permitam conhecer, que permitam apropriar-se corretamente da natureza e das potencialidades dos fenômenos.

Por mais que tenhamos reservado o Capítulo III desta dissertação para maior detalhamento sobre a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – nosso campo de pesquisa -, entendemos ser fundamental para o leitor, situá-la desde já, nesse campo das alternativas de trabalho e renda. Assim, queremos ressaltar que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) vinculadas à Rede Universitária de ITCP's vislumbram no cooperativismo e na economia solidária, a alternativa econômica e social a ser perseguida e construída a partir do cooperativismo popular, como consta do Projeto Incubadoras de Cooperativas Populares da Rede Universitária - UNITRABALHO:

As bases acadêmicas das atividades das Incubadoras estão sendo consolidadas num grupo de pesquisa sobre Economia Solidária dentro da UNITRABALHO. Esse grupo de pesquisadores formulam alternativas de organização e de atuação dos trabalhadores tendo como parâmetro as ações e as experiências nacionais de economia solidária (...) O fortalecimento da Rede de Incubadoras é, também, um meio que garante a inserção econômica desses grupos, pois é capaz de criar mecanismos independentes de comercialização, financiamento e formação. Este processo desenha, portanto, no cenário nacional, um modelo alternativo de Economia Solidária. (ibid, p. 4)

³⁷ A atuação desses agentes pode ser mais direta ou indireta através de financiamentos, programas educacionais, assessorias diversas, monitoramento, avaliação, etc..

Achamos também oportuno, definir sinteticamente o que vem a ser uma cooperativa, já que as incubadoras em questão, buscam alavancar esta perspectiva organizativa autogestionária.

As cooperativas são empresas constituídas por, no mínimo, 20 pessoas que se unem para alcançarem um objetivo comum, sem visar o lucro. Tem como maior finalidade, libertar o ser humano do seu individualismo e ignorância, através da cooperação entre os seus associados, satisfazendo assim suas necessidades econômicas, sociais, culturais, políticas e educacionais. Defende a forma pacífica e gradual na solução dos problemas comuns, através da união, da autogestão e da democracia, que coloca nas Assembléias Gerais o poder decisório da empresa coletiva, através de votos - cada cooperativado(a) tem direito a um voto, independente de sua quota parte. Busca a superação dos desníveis e injustiças sociais, contando com a repartição eqüitativa e harmoniosa de bens e valores, onde seu patrimônio é formado por quotas partes, doações, empréstimos, etc. A ajuda mútua, a solidariedade, a participação e a autonomia são fundamentais para a gestão dessa forma de organização. É norteada por sete princípios básicos universais³⁸: adesão livre e voluntária dos sócios; controle democrático pelos sócios; participação econômica eqüitativa dos sócios; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas; preocupação com a comunidade. É obrigada a destinar 10% das suas sobras para os fundos de reserva e 5% para os fundos educacionais. No Brasil, sua atuação está garantida na Constituição (artigo 5º, incisos XVII a XXI, e artigo 174, § 2º), no Código Civil e na Lei 5.764/71 (Consolidação das leis do Trabalho, Decreto-Lei 5.452/43). Não paga imposto de renda sobre suas operações com os associados, mas deve recolher o imposto de renda na fonte sobre as operações realizadas com terceiros, além de pagar taxas e impostos decorrentes. Os principais segmentos do cooperativismo no Brasil são: agropecuário, consumo, crédito, educacional, energia, especial, habitacional, mineral, produção, saúde e trabalho.

Portanto, o cooperativismo popular, assim chamado pelas ITCP's, também se caracteriza pela definição acima, onde prioritariamente, é envolvida a classe-que-vive-do-trabalho que se encontra em desigualdade social, mais especificamente, em situação de desemprego e empobrecimento crônico (“velha pobreza”) ou recente (“nova pobreza”).

³⁸ Redefinidos em setembro de 1995, no Congresso Mundial da aliança Cooperativa Internacional (ACI) em Manchester – Inglaterra.

Sendo esta, de forma geral, a perspectiva de empresa coletiva e autogestionária defendida pelas Incubadoras filiadas à Rede de ITCP's, acreditamos que tanto Razeto quanto Coraggio, Núñez, Singer, Tiriba e Cattani trouxeram para a nossa reflexão questões pertinentes com relação ao mundo do trabalho e o desejo por um outro projeto societário. Mas, é na perspectiva da economia solidária apontada e difundida pelo prof. Paul Singer, que a Rede de ITCP's vem construindo seus debates e identidade desde o primeiro seminário nacional³⁹. Pensamos que a influência deste autor não se dê apenas por ele estar organicamente vinculado a uma das Incubadoras da Rede (ITCP/USP), com uma respeitável produção científica na área da economia solidária, e também por fazer parte da coordenação colegiada da Rede Universitária de ITCP's.

É importante ressaltar a sua contribuição ao debate da economia solidária, apontando também, para além da sobrevivência, um modelo econômico que acredita ser alternativo e combativo ao capitalismo, partindo das experiências concretas das Incubadoras, em especial da Incubadora da USP, não se limitando a teorias. A concepção defendida por Singer vem ganhando força e respeitabilidade, o que não quer dizer consenso. Como exemplo disto, nos reportamos ao convite⁴⁰ feito pelo atual Presidente da República – Luiz Inácio Lula da Silva – em março de 2003, para que ocupasse a Secretaria de Economia Solidária que aguarda aprovação do Congresso para sua criação. Contudo, há autores como Vainer e Tiriba, por exemplo, que de forma respeitosa e primando pelo debate democrático, apontam algumas divergências. Entre elas, destacamos a questão levantada por Vainer (1999, p. 37-61), quando discute o paradoxo entre economia (lugar da competição e da guerra) e solidariedade (outros valores por outras práticas) e também que, “a urgência e o desespero não oferecem os elementos suficientes para a elaboração de estratégias globais”. Tiriba (2001), mesmo reconhecendo algumas potencialidades na economia popular que também possam ser estendidos à economia solidária, aponta alguns riscos que devem ser levados em conta no debate:

...no contexto do novo modelo de acumulação do capital, a economia popular não se apresenta exclusivamente como algo alternativo, mas como excrescência do próprio capitalismo. (...) estimulada pelos agentes que representam os interesses do capital, vem servindo para “aliviar a dor dos pobres”, diminuindo os conflitos sociais (...) vem contribuindo para a implementação do projeto neoliberal, calcado na reestruturação produtiva e na flexibilização das relações entre capital e trabalho.

³⁹ Este marcante evento será apresentado no próximo capítulo, quando apresentamos o “nascimento” da Rede de ITCP's.

⁴⁰ Conforme matéria divulgada na Agência SEBRAE de Notícias, disponível na Internet: { HYPERLINK "http://www.ecosol.com.br" }. Acesso em: 04/05/2003.

Pela polêmica que gera esta discussão, nos parece imprescindível retomarmos alguns pontos da concepção de Singer quanto à *economia solidária*, já que esta vem sendo anunciada pela Rede de ITCP's como a estratégia mais viável contra o desemprego, a precarização e o projeto capitalista neoliberal.

Para este autor, a economia solidária, é um conceito que tem a solidariedade como idéia principal, buscando superar o individualismo competitivo do capitalismo.

Se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades:

- a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão;
- b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (...) clubes de troca, clubes de poupança, cooperativas de consumo, de crédito, habitacionais [entre outras]. Cooperativa é a forma clássica dessa espécie de empreendimento. (...) A economia solidária, tal qual ela ressurgiu no final do século XX, é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital. (SINGER: 2003, p. 116)

Reconhece, em especial, nas autênticas cooperativas, a possibilidade de formar conglomerados (rede solidária) economicamente dinâmicos, capazes de competir com conglomerados capitalistas. Já que as cooperativas carecem de capital, o movimento operário, que partilha o poder estatal com o capital, pode alavancar o financiamento público da economia solidária. Desta forma, a “cara” da formação social pode mudar; um novo modo de produção pode se desenvolver, sendo capaz de competir com o modo de produção capitalista.

A revivência da economia solidária só se torna possível pelo apoio de instituições governamentais e da sociedade civil. No Brasil, este movimento já atingiu dimensões encorajadoras (...) podemos arrolar órgãos ligados à Igreja como a Cáritas e a Fase; movimentos pela reforma agrária, MST e CONTAG; movimento sindical urbano, ANTEAG e ADS/CUT, além das universidades. (...) O movimento pela economia solidária tem sido guiado sobretudo por necessidades imediatas. Agora ele precisa ser analisado criticamente para que para que teorias bem fundamentadas permitam delinear sua possível trajetória futura e a transformação social e econômica que poderá induzir. (SINGER, 2003, p. 124-125).

Ainda, segundo Singer (1999, p. 182), “estamos diante de um dilema histórico: ou a liberdade do capital destrói a democracia ou esta penetra nas empresas e destrói a liberdade do capital”.

Além de referência para as ITCP's da Rede Universitária, este autor vem sistematicamente contribuindo com esta discussão também no âmbito da CUT (Central Única

dos Trabalhadores) e do PT (Partido dos Trabalhadores). Os debates e proposições foram se ramificando com força para alguns sindicatos e programas de formação da CUT⁴¹, muitas vezes inspirados nas experiências das ITCP's.

Queremos ressaltar que este debate no interior da CUT brotou repleto de controvérsias e rejeições por parte de alguns segmentos e, ainda hoje, por mais que tenha crescido, não detém unanimidade. A economia solidária, bem como o papel do sindicalismo nessa nova ordem do mundo do trabalho, ganharam foco especial devido à tentativa de desmonte dos sindicatos por parte da proposta neoliberal que, gerando desemprego em massa, desarticulou grande parte das lutas e identidades sindicais⁴².

Face a esse contexto, a CUT, já no 7º CONCUR – Congresso Nacional da CUT (São Paulo, agosto de 2000), abre um espaço privilegiado para a discussão da “economia solidária”, onde destacamos alguns pontos :

Diante do aumento do desemprego e da informalidade, os sindicatos cutistas não podem se manter numa posição de omissão; uma relação de homologação da rescisão do contrato de trabalho. (...) A economia solidária tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo com os desempregados como trabalhadores (...) É necessário inscrevê-la no campo de classe (...) “com quem temos solidariedade ?” sabemos que não é e nem deve ser com o Comunidade Solidária de Ruth Cardoso.

Ainda no 7º CONCUR, discute-se que é necessário deixar claro que solidariedade de classe significa, antes de tudo, respeitar, e não abrir mão de conquistas históricas da classe trabalhadora. Nisso, é preciso demarcar uma radical diferença com as práticas do tradicional cooperativismo brasileiro (geralmente agrícola e de prestação de mão-de-obra) e dentro da política direitista do sistema OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e suas ramificações estaduais que, quando não acobertam, promovem a precarização das condições de trabalho, inclusive por meio das “cooperatos⁴³”.

⁴¹A Escola Sindical 07 de Outubro/BH/CUT promoveu em 2000/2 o *Curso de Formação em Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e Solidário*, o qual participamos como pesquisadora da UFF.

⁴² Esta discussão é importantíssima, mas não vamos no deter aqui a ela. Ver entre outros atores: (ANTUNES, 1995, p.147-154); (CATTANI, 2002, p. 27-30).

⁴³ Cooperativas que em sua gestão administrativa e econômica, não incorporam os princípios universais do cooperativismo, tendo como principal intencionalidade, driblar os encargos sociais, precarizando ainda mais as relações de trabalho.

Portanto, as discussões geraram proposições e tarefas para a CUT nessa área: continuar o combate sem trégua às falsas cooperativas; incentivar a organização de comitês de desempregados por categorias; exigir que, ao invés de usar o dinheiro público para a privatização, os bancos públicos criem linhas de financiamento para cooperativas de produção industrial e rurais, e de investimento por parte dos BANCOS PÚBLICOS, BNDES e do FAT; buscar construir propostas de exigências de apoio às iniciativas de governos estaduais e municipais; buscar construir ações conjuntas com as entidades que atuam nesse campo: FASE, ANTEAG, MST, CONTAG, UNITRABALHO, REDE DE ITCP's, além das PASTORAIS SOCIAIS e ESCOLAS TÉCNICAS E POPULARES – objetivando mobilizações conjuntas em defesa do emprego e da criação de créditos às iniciativas populares.

Sob o título: Estratégia inovadora da CUT no combate ao desemprego, propõem:

A construção de um projeto de economia solidária, visando, por meio da disseminação de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas populares autênticas e as empresas de autogestão, ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob princípios da democracia e da autogestão.

A Resolução -1 (7º CONCUR) decide por um “Programa de Educação em Economia Solidária” com os seguintes objetivos:

- Criar um **programa de educação em economia solidária**: dirigentes e trabalhadores.
- Realizar levantamento, em nível nacional, das atuais experiências de economia solidária e de cooperativas populares autênticas – Banco de Dados.
- Realizar um encontro nacional com a participação de representantes das experiências: troca de experiências, organização, formação de uma rede de comercialização, criação do selo de produtos e serviços da economia solidária.
- Articular junto aos Parlamentares comprometidos com os interesses dos trabalhadores, uma criteriosa e enérgica intervenção no campo da produção legislativa – visando: erradicação das falsas experiências; conquista de uma legislação inovadora que amplie as possibilidades de avanço das cooperativas; assegurar aos cooperativados uma distribuição de sobras além dos direitos equivalentes aos já consagrados na CLT.

- Viabilizar com a participação da ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário (CUT Nacional), linhas de crédito, principalmente junto ao BNDES com tratamento diferenciado: juros, carência, entre outros.

No primeiro objetivo, conforme nosso grifo, aparece a intenção de criarem um “*programa de educação em economia solidária*”, mas não fica explícita a preocupação com a discussão de um referencial teórico que contemple as dimensões ético-políticas e técnico-científicas que aponte para uma concepção de educação emancipadora.

É considerado pela CUT que a criação da ADS, em parceria com outros atores sociais, é um passo muito importante, e seus objetivos são:

...gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações solidárias; contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social, e sustentável; fomentar valores da solidariedade na sociedade; democratizar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes de desenvolvimento solidário; construir novos; apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários; construir alternativas de comercialização; ampliar o acesso dos trabalhadores à informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias.(Resolução 7ºCONCUT)

Partindo desses objetivos, implantam a ADS/CUT, buscando que sua política de crédito fosse:

...um instrumento de apoio aos empreendimentos solidários, conciliando aumento de produção e produtividade com ampliação do trabalho, adequado manejo do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida, alavancando potenciais de desenvolvimento local e priorizando áreas menos desenvolvidas com dificuldade de autofinanciamento.

Acreditam que a criação de um programa de educação em economia solidária seja uma necessidade urgente para atender a um grande número de dirigentes e técnicos de organizações sociais – formação de uma massa crítica capaz de produzir e multiplicar novos processos solidários. E que, portanto, são fundamentais os estudos da economia solidária no Brasil para identificar e caracterizar os empreendimentos econômicos da economia solidária e analisar as características para melhor formulação teórica sobre o significado e o papel da economia solidária no Brasil. Torna-se então urgente:

...pesquisas mais detalhadas de regiões e de setores, com a finalidade de orientar as estratégias das políticas de crédito, incubação e de mercado; aprofundar as discussões e o acúmulo de conhecimentos e experiências no tema que, historicamente tem estreita ligação com o ideal socialista, sem nos distanciarmos dos princípios sindicais de luta; a implementação de políticas alternativas de mercado, por meio da formação de redes e de sistemas de comercialização direta, indispensável à viabilização dos empreendimentos; criação de um selo de produtos e serviços da economia solidária como estratégia de inserção desse segmento no mercado.

Se no ano de 2000 a CUT já se mobilizava concretamente em torno da economia solidária, queremos sinalizar que algumas prefeituras do PT também já se mobilizavam em torno da proposta. Escolhemos para ilustrar esta afirmativa, a experiência da atual Prefeitura de São Paulo⁴⁴ (2002) - que com certeza teve inspiração nas proposições da CUT e das ITCP's. Esta Prefeitura constituiu três grandes blocos programáticos⁴⁵ de ações para o enfrentamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade: Programas Redistributivos⁴⁶, Programas Emancipatórios⁴⁷ e os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Local.

Mesmo reconhecendo e valorizando a proposta de integração e articulação entre os programas dos três blocos (redistributivos; emancipadores; e de apoio ao desenvolvimento local), iremos nos deter aqui no bloco emancipatório, com destaque para o “Programa Oportunidade Solidária” (POS), por este ter recebido assessoria de uma das Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares – ITCP/USP, que integra o nosso objeto de pesquisa. Acreditamos que assim poderemos ressaltar a relevância que vem ganhando a ação da autogestão em empreendimentos coletivos e individuais na atual conjuntura político-econômica e social, principalmente, quando se trata de um programa de governo do porte da cidade de São Paulo.

Os Programas Emancipatórios contam com uma intra e inter conexão de ações. Se o *Programa Capacitação e Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva* visa difundir tanto a educação para o trabalho, como a educação para a vida comunitária e a universalização da cidadania, o *Programa Oportunidade Solidária (POS)* busca a aprendizagem em autogestão para a organização de empreendimentos coletivos (associativos,

⁴⁴ O maior município brasileiro e o mais importante centro produtivo latino-americano, responsável pelo quinto orçamento público nacional. Com 20% dos chefes de domicílio em condição de pobreza e mais de 800 mil trabalhadores desempregados. (Pochmann, 2002 p. 48-49).

⁴⁵ Ver detalhamento em (Pochmann, 2002)

⁴⁶ Renda Mínima; Bolsa Trabalho; Começar de Novo e o Operação Trabalho.

⁴⁷ Oportunidade Solidária, Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva; e a Central de Crédito Popular.

cooperativos e comunitários) e individuais, objetivando constituir bases de ampliação das condições de geração de ocupação e renda para os mais pobres. Inspirado nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares (objeto de nosso estudo), o programa visa ainda articular instrumentos que aumentem a viabilidade dos empreendimentos com capacitação técnica, formação de um mercado próprio de negócios populares, fomento à organização de fóruns próprios, entre outros, além de contar com a difusão do microcrédito da Central de Crédito Popular.

Não temos dúvidas que o nosso campo de pesquisa – a Rede de ITCP's - configura-se em um forte agente da economia popular com diferentes níveis e estilo de solidariedade, motivando, como vimos, desde a CUT até os governos com a sua metodologia de formação, implantação e acompanhamento de cooperativas populares. Apesar dos momentos dramáticos vividos pelas Incubadoras⁴⁸ vinculadas à Rede Universitária quanto ao crédito, mercado, formação, legislação e outros, sua influência e contribuição têm se expandido por vários estados e municípios, pois nesse processo também há muitos elementos educativos potencializadores que estão em constante (re)construção.

Para finalizar este breve panorama sobre a economia solidária na atual configuração do mundo do trabalho, queremos ressaltar que, um programa de governo detendo um conjunto de políticas públicas, como o da Prefeitura de São Paulo, já nasce respaldado em recursos e estratégias que as Incubadoras da Rede Universitária não tiveram acesso anteriormente. Pelo contrário, talvez elas é que tenham impulsionado a criação de algumas políticas, a partir de suas experiências que apontavam para alguns sucessos e fracassos. Hoje, a discussão se constrói muito mais no plano da materialidade do que da utopia, favorecendo a visualização das fissuras, potencialidades e inviabilidades para que estas ações ganhem fôlego, e talvez, como Singer e outros autores acreditam, possam se constituir num projeto de superação da ordem capitalista hegemônica.

Acreditamos que a possibilidade de inclusão mais digna da classe-que-vive-do-trabalho depende de políticas públicas permanentes com ampliação e manejo do fundo

⁴⁸ Destacamos o momento vivido pela ITCP/Coppe/UFRJ (experiência pioneira) no ano de 2000: grande perda de postos de trabalho acarretando o desmonte de 95% das cooperativas incubadas no Rio de Janeiro. Até hoje, 2002, podemos presenciar a evasão dos antigos grupos incubados. Este momento será melhor descrito no Cap. II (2.1.3).

público⁴⁹. Portanto, para que a viabilidade de uma cooperativa popular não fique restrita a uma economia de sobrevivência “*de pobres para pobres*”, ou seja, uma “economia solidária da miséria”, é fundamental um aporte educacional emancipador permanente, além da perspectiva de uma luta unificada enquanto classe-que-vive-do-trabalho para um novo tipo de desenvolvimento econômico.

Percebemos nesse acirrado e necessário debate sobre economia popular e economia solidária que alguns autores discutem as OEP's e/ou as cooperativas populares enquanto precária sobrevivência; outros acreditam na existência de elementos potencializadores em seu interior com vistas à cidadania ou a uma nova cultura do trabalho⁵⁰; e outros autores asseguram que nelas residem as potencialidades para construção de um projeto societário de novo tipo – socialista.

Portanto, acreditamos que pensar, debater, construir, desvendar contradições e potencialidades das alternativas de geração de trabalho e renda, ou mesmo fazer uma revisão de literatura como no nosso caso requer, no mínimo, três observações chaves e concomitantes: o reconhecimento da realidade sócio-econômica mundial e nacional, ou seja, a globalização e a crise do trabalho assalariado⁵¹ com os seus principais desdobramentos e armadilhas; o reconhecimento da complexidade do mundo da economia popular, onde brotam essas diversas alternativas de sobrevivência como decorrência do desemprego estrutural e os seus diversos conceitos; e o reconhecimento dos diferentes agentes e instrumentos teórico-práticos e ideológicos⁵² que atuam para obterem o consentimento das classes subalternas, principalmente junto aos grupos e comunidades que se encontram em desvantagem e vulnerabilidade social.

Parafrazeando Frigotto (1999, p.77-78), “os conceitos que vão sendo incorporados e distorcidos pelo capitalismo neoliberal atuam enquanto uma ideologia não orgânica ou

⁴⁹ O historiador Eric Hobsbawm (1999) coloca como desafio central do século XXI, o problema da redistribuição da riqueza. Como espaço de concretização desta tarefa, não vê outra instituição capaz, senão o estado, mas não este estado.

⁵⁰ Tiriba (2001), que reconhece nas OEP's – Organizações Econômicas Populares, alguns elementos potencializadores para a construção de uma nova cultura do trabalho.

⁵¹ Que é a mola propulsora da busca pelas diversas formas de sobrevivência.

⁵² Sistema de crédito, comercialização, organização do trabalho, qualificação profissional, materiais pedagógicos, etc.

arbitrária⁵³”, ou seja, falseadora e mistificadora da realidade com o objetivo de preservar a hegemonia da classe dominante, com o consentimento das classes subalternas.

Isto significa que um dos desafios é explicitar para toda a sociedade que existem diferentes intencionalidades e projetos societários utilizando-se dos mesmos termos, como por exemplo: cooperação, solidariedade, participação, voluntariado, trabalho em equipe, etc. E ainda, aqueles termos “da moda” que, de forma perversa, deslocam para a classe-que-vive-do-trabalho as responsabilidades pelo insucesso de suas buscas por trabalho ou pela manutenção de um posto já conquistado: empreendedorismo, empregabilidade, flexibilidade, polivalência, qualidade total, desenvolvimento de habilidades, desenvolvimento de competências, entre outros. Efetivamente, faz-se necessário rompermos com o discurso hegemônico, possibilitando aos trabalhadores e trabalhadoras, separarem “*o joio do trigo*” e, conseqüentemente, potencializarem o exercício de cidadania pautados na democracia, para que uma luta contra-hegemônica possa ser travada com relação ao projeto educativo e societário a ser desenvolvido.

Sabemos que há vários desafios para a educação nessa nova materialidade, onde o capitalismo neoliberal vivencia sua crise estrutural. Além da tarefa de desmistificar os vários conceitos incorporados e metamorfoseados pela ideologia neoliberal, faz-se urgente a potencialização de uma perspectiva educativa que, de fato, se diferencie do ideário neoliberal. Ou seja, uma proposta de educação integral, omnilateral, formadora de sujeitos autônomos e ativos, que encontra na politecnia sua base emancipadora, através da universalização do direito à educação pública, laica, gratuita e de qualidade.

A busca por uma sociedade mais justa para todos, que possa superar esta atual educação subordinada ao mercado, de viés fragmentário, produtivista, individualista, baseada nas competências e na empregabilidade, não é uma tarefa simples⁵⁴. Pois, como sinaliza Frigotto (2002, p. 20),

A denominada teoria do capital humano e, mais recentemente, da qualidade total das competências e da empregabilidade constituem-se por excelência no credo

⁵³ Segundo a compreensão do marxista Antonio Gramsci (1978) sobre ideologia, esta pode apresentar-se de duas formas: não orgânica ou arbitrária que representa o falseamento, a mistificação, a preservação da classe dominante, ou de forma orgânica necessária que representa os valores, concepções e modos de agir das classes subalternas que adquirem consciência de sua posição e lutam por seus objetivos.

⁵⁴ Para uma crítica detalhada sobre a ideologia das competências no âmbito educacional, ver Ramos (2002).

ideológico que afirma a visão individualista e falseadora da efetiva realidade. Desmontar essa ideologia é um ato educativo e ético-político fundamental.

Portanto, se hoje nos encontramos num processo de ampla metamorfose estrutural, reconhecemos ser este um momento em que, a superação da percepção imediata ou da análise mecânica empiricista, precisa ser efetivada para que possamos passar do plano pseudoconcreto ao concreto⁵⁵ que expressa o conhecimento. A relação entre as partes e a totalidade precisa ser estabelecida para que uma elaboração orgânica e coerente das múltiplas determinações seja alcançada, mesmo que provisoriamente, já que entendemos o processo histórico enquanto dialético. Como apontou Gramsci (1978, p. 118), “uma fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada após ter superado todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo, a não ser por *hipóteses* (declaradamente)”, pois, segundo (KOSIK, p. 1976), “o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano; o fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo a esconde”. A essência se manifesta no fenômeno de modo parcial e não se dá imediatamente, portanto, compreender o fenômeno é atingir a essência através do conhecimento. Partindo deste princípio, o nosso olhar quanto aos múltiplos conceitos em vigência é cuidadoso, porém esperado, na medida em que “o velho não morreu e o novo ainda não surgiu” (GRAMSCI; p. 1978), pois estamos num momento histórico de grandes transformações, e porque não dizer, com otimismo de transição.

⁵⁵ Ver: Kosik (1976)

CAPÍTULO 2 PARA A SUPERAÇÃO DA PEDAGOGIA DO CAPITAL: A PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA DO TRABALHO

Todos os processos educativos se dão em diferentes tempos e espaços, sejam eles, espaços escolares ou não escolares, constituindo-se em práticas sociais não-neutras, mediadoras e formadoras da sociedade em que vivemos. Assim, partimos do princípio que as ações das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) da Rede Universitária – nosso campo de pesquisa – configuram-se como práticas educativas, o que exige de nós, um especial olhar.

À luz do materialismo histórico dialético e das contribuições de conceituados autores¹, que tecem e sistematizam importantes críticas a educação submetida à ideologia neoliberal, este capítulo está dividido em dois blocos. O primeiro busca uma sucinta investida nas principais determinações da educação sob o prisma do capital que, ao longo das décadas, vêm corroborando com os interesses das classes dominantes, acirrando cada vez mais as desigualdades sociais. O segundo bloco apresenta sucintamente a perspectiva educativa à luz de Gramsci, teórico marxista, que reafirma o trabalho enquanto princípio educativo, com vistas à educação omnilateral, portanto, verdadeiramente emancipadora. Certamente, os referenciais teóricos aqui indicados nos ajudarão a refletir a perspectiva dos projetos educativos das ITCP's, e a sua relação com o projeto societário por elas anunciado. Este é o objetivo da revisão da literatura aqui apresentada.

¹ Arroyo (2000, 2001); Cattani (2002, 2003); Frigotto (1993, 1998, 1999, 2000, 2002); Gentili (1998a, 1998b, 1999); Kuenzer (2000); Machado (1991); Neves (1999, 2000, 2001, 2002); Rodrigues (1998a, 2002).

2.1 A PEDAGOGIA DO CAPITAL: O DESVELAMENTO DA ROUPAGEM NEOLIBERAL

Recuperar a visão do processo histórico que nos constitui é gesto de rebeldia salutar contra o imediatismo e a absolutização do presente que o sistema capitalista nos impinge. Sem esta perspectiva, o trabalho educacional será irremediavelmente reprodutivista e mediocrementemente acrítico. Afinal, um dos atributos do ser humano é pensar-se ao longo do tempo, e como construção social em perene transformação. Chico Alencar (2001, p. 47)

Para o desvelamento da concepção neoliberal da pedagogia do capital, em primeiro lugar, precisamos reconhecer que a evolução do sistema educacional e a expansão do ensino brasileiro, só podem ser compreendidos se partirmos da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, pela evolução econômica, pela estruturação do poder político implantado no Brasil, além da contínua relação de submissão ao sistema capitalista de produção. Ou seja, a forma como foi feita a nossa colonização, envolvendo, portanto, a distribuição do solo, a estratificação social, o controle político e a influência da cultura letrada européia, determinaram a evolução da educação escolar brasileira. Segundo Romanelli (1999, p. 255):

Até os anos 20, a educação comportou-se como instrumento de mobilidade social, no sentido mais amplo do termo. Os estratos que manipulavam o poder político e econômico utilizavam-na como distintivo de classe, e as camadas médias urbanas procuravam-na como a principal via de ascensão, prestígio e integração.

Desta forma, podemos afirmar que a educação está intimamente ligada à estrutura da sociedade, principalmente aos aspectos políticos e econômicos, sendo utilizada enquanto instrumento para a garantia e a manutenção da hegemonia das classes dominantes até os dias de hoje.

O que nos parece também essencial afirmar é que, a educação é sempre acompanhada de uma visão de mundo, como Paulo Freire já nos lembrava. Esta visão varia segundo os países, as épocas, as ideologias políticas, econômicas e pedagógicas dominantes representando "(...) sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social, ora no sentido de mantê-la como está ou mais ou menos como está, ora no de transformá-la". (FREIRE, 1987).

Se, como já apontamos, a educação escolar tal como é conhecida hoje é fruto da ascensão da burguesia que via nela um poderoso instrumento da construção de uma nova

sociedade, não podemos falar em objetivos da educação sem inserir o tema no escopo maior das relações que o capitalismo tem criado. Sabe-se que a maior transformação que a sociedade moderna sofreu está diretamente ligada às novas relações dos seres humanos com o trabalho, relação esta, bem analisada por Karl Marx. A mudança mais acentuada em relação ao trabalho na modernidade é que ele se torna "estranho" ao ser humano, ou seja, alienado.

Segundo Marx, o trabalho humano é uma atividade que faz parte da "natureza universal" do ser humano. É a atividade através da qual o homem modifica o mundo, a natureza, de forma consciente para satisfazer suas necessidades básicas como, alimentação, habitação, etc. Assim, o trabalho é a condição indispensável da existência humana, uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre o homem e a natureza. Ele é indispensável à organização de qualquer sociedade, tem uma característica antecipadora, projetiva e criativa, responsável pela diferenciação entre o trabalho humano e o trabalho animal (KONDER, p. 1981). Marx aponta também para a descaracterização da práxis humana através do trabalho alienado ao descrever a sua crescente mecanização, acompanhada de um processo de desumanização dos trabalhadores na sociedade capitalista. Quando afirmamos hoje que o trabalho é um instrumento de alienação na economia capitalista, estamos reconhecendo que a classe-que-vive-do-trabalho é “despossuída” do fruto de seu trabalho. Não se trata apenas de uma alienação do homem *na* técnica ou *pela* técnica, nem tampouco somente da alienação do Eu, mas de uma alienação em relação ao próprio mundo. O homem não somente se perde em sua produção, mas perde seu próprio mundo, que é ocultado, esterelizado, banalizado e desencantado pela técnica, com tudo o que implica de sentimento de absurdo, de privação, de isolamento de si, de falta de comunicação, entre outras conseqüências.

Este processo de alienação do trabalhador estendeu-se a todas as formas de vida e de pensamento da sociedade, o papel desempenhado pelo dinheiro tornou-se central. Com o desenvolvimento do capitalismo, tudo foi se reduzindo cada vez mais à categoria de utilidade, inclusive a educação que assume uma característica imediatamente interessada para o trabalho, ou seja, para sedimentar a hegemonia capitalista.

Refletir criticamente sobre a educação engendrada pelo capital, hoje sob a ideologia neoliberal, buscando apreender algumas nuances e armadilhas, se torna uma tarefa fundamental para todos aqueles que lutam pelo projeto societário de caráter socialista que, por

sua vez, clama por uma perspectiva educativa digna e libertadora, formadora de sujeitos autônomos e ativos.

Frigotto (1999) nos ajuda a entender as implicações econômico-políticas da educação, quando afirma que, se olharmos as formas e o conteúdo que a educação assumiu no fim do século passado, especificamente após o golpe militar de 1964, e como ela continua neste que se inicia, podemos perceber claramente que o ideário neoliberal está impondo uma atomização (fragmentação em pequenos pedaços) no sistema educacional e no processo de conhecimento escolar, com as categorias qualidade total, formação abstrata e polivalente. Frigotto nos fala ainda que o mercado passa a ser o "sujeito educador" e, embora alguns possam alegar um certo radicalismo na colocação, não podemos deixar de reconhecer que é desta realidade que nasce a filosofia utilitarista e imediatista que temos percebido nas políticas educacionais, como se o saber fosse uma mercadoria, não concebido como uma construção coletiva e humana.

Em outras palavras, este mercado fragmentador retira a força estrutural da educação, as possibilidades de construção de universalidade, de conhecimento, de cultura, etc. Na verdade, um novo padrão produtivo, altamente integrado, imprevisto e vulnerável, é o que determina as novas demandas educacionais. Hoje, a finalidade da educação é a formação de um trabalhador polivalente, flexível e, portanto, com elevada capacidade de abstração e decisão (FRIGOTTO, 1999, p. 99). Cada indivíduo é formado para ter estas e outras competências sob o falso discurso da “empregabilidade”, que significa as condições subjetivas de inserção e permanência dos sujeitos no mercado de trabalho. Essa polivalência vai se engendrando socialmente e buscando o consentimento de todas as classes, principalmente, da classe-que-vive-do-trabalho. Para as Incubadoras de Cooperativas Populares, esse “canto da sereia” é um dos desafios a serem reconhecidos e superados. Tanto no que diz respeito à sua própria equipe de educadores, os chamados “assessores”, quanto às propostas educativas para as cooperativas populares.

É inquestionável que ao longo dos anos, o capitalismo tem atuado no reforço das relações sociais segundo a sua ótica, colocando o trabalho, a natureza, a ciência, a tecnologia e a vida das pessoas como sua propriedade privada, gerando alienação e exclusão de milhões de seres humanos da cidadania ativa que pressupõe, antes de mais nada, equidade social e

dignidade de vida. Assim, a educação tem encontrado no capital seus principais elementos constitutivos, que acentua a exclusão educacional e todas as formas de injustiça social.

O ideário do capital vai se transformando de acordo com as suas necessidades de sustentação, mas o imediatismo, o dualismo e a fragmentação do ensino brasileiro não é um fenômeno novo. O século XX revela um perfil de escola de caráter geral, clássico e científico que busca a formação das elites dirigentes, e uma escola mais restrita, profissionalizante, destinada ao mundo do trabalho industrial e produtivo, para a classe-que-vive-do-trabalho. Essa dualidade escolar no Brasil é fortemente acentuada pelo estigma escravocrata, herança de nossa colonização que ainda carregamos sob os mais variados matizes.

Após a Segunda Guerra Mundial já é estabelecida uma ligação mais clara entre escola e produção, que conta com a participação organizada do empresariado no debate educacional desde a década de 1930, com o objetivo de adequar a formação humana às necessidades do capital.

Em 1938 no Brasil, um organismo representante do capital torna-se fundamental no processo de convencimento e adaptação² da classe dominada ou do grupo sujeitado, para a garantia da hegemonia das classes dominantes – a CNI (Confederação Nacional da Indústria), que elabora metas sócio-econômicas para a sociedade brasileira, denominadas por Rodrigues (1998a; 2002), de tólos³.

Ao longo de quase sete décadas a CNI produziu três tólos fundamentais: nação industrializada, país desenvolvido e economia competitiva.(...) É preciso um longo e molecular trabalho de educação e de convencimento da classe dominada, para que o arcabouço metamórfico das classes dominantes seja transmitido ao conjunto da sociedade; *isso vai além da escola*. Gramsci chama isso de hegemonia. Assim, toda relação hegemônica é uma relação pedagógica, que demanda aparelhos de hegemonia, ou seja, instrumentos que difundam as idéias dominantes. (Ibid, p. 105).

Para este processo de convencimento e adaptação da classe dominada, a educação é o instrumento de disputa e fortalecimento da hegemonia da classe dominante, pois articula as concepções e os conteúdos educativos da escola, a serviço do projeto societário do capital.

² Na Análise Institucional, este vocábulo é sinônimo de adequação ao instituído–organizado e implica em acomodação.

³ Uma imagem construída pelo discurso hegemônico, com a intenção de tornar-se uma meta a ser perseguida pelo conjunto da sociedade.

Assim, nas décadas de 30-50, o Brasil foi envolvido pelo tólos da industrialização. Nesse período começa a ser criado o Sistema “S” (SENAI e SENAC) - que foi sendo ampliado⁴ de acordo com as necessidades de controle do capital - cujo objetivo era atrelar a educação ao tólos da industrialização e da modernização. Segundo o então ideário do capital, fazia-se necessário a superação do passado agrário, bem como o analfabetismo, a baixa qualidade dos produtos nacionais e a precária qualificação profissional, em nome da promessa da construção de uma nação industrializada que colocaria o país em um patamar superior na ordem econômica. Porém, mesmo contando com a subordinação da política educacional ao ideário do capital, o discurso empresarial reconheceu na década de 60 que os grandes problemas sociais não foram superados com a industrialização como se esperava.

Nos anos 60 até meados dos anos 70, um novo tólos – o do desenvolvimento, é apresentado com a promessa de retirar o Brasil da condição de país subdesenvolvido. Sob a ordem do economicismo na educação, através da Teoria do Capital Humano⁵, foram efetivadas duas reformas educacionais – a reforma universitária de 60 através da Lei nº 5.540/60, e a reforma do ensino de 1º e 2º graus através da Lei nº 5.692/71 – além da implantação do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que tinha como horizonte, uma alfabetização limitada, restrita e a serviço do mundo da produção, sem potencializar a consciência crítica da classe-que-vive-do-trabalho.

A Teoria do Capital Humano, segundo Frigotto (2000, p. 41), pauta-se na idéia:

...que uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.

⁴ Atualmente composto por mais seis instituições (SESI, SENAR, SESC, SENAT, SEST e SEBRAE). Essas instituições assistenciais e educacionais - de caráter não-governamental e administradas pelas entidades patronais dos setores da indústria, do comércio, da agricultura e do transporte - desenvolvem atividades de formação profissional, educação formal, ação social e cultural, contando, inclusive, com recursos públicos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

⁵ As principais críticas a este conceito ressaltam seu caráter apologético, que mistifica as relações capitalistas e esconde as verdadeiras razões das desigualdades e contradições do sistema. Segundo Cattani (2002), “a Teoria do Capital Humano é uma derivação da teoria econômica neoclássica e, ao mesmo tempo, uma atualização do axioma liberal do indivíduo livre, soberano e racional. Seu prestígio é cíclico. Com a crise do modelo Taylorista/Fordista, ela ressurgiu, associada à redefinição das relações de trabalho na empresa e do papel do sistema educacional. (...) A ofensiva neoliberal vitoriosa nos anos 1980-1990, permitiu uma revitalização dessa teoria” afirmando que as diferenças de salário é de responsabilidade dos próprios trabalhadores.

Ainda segundo Frigotto (2000), essa teoria foi “rapidamente difundida como solução das desigualdades, nos países periféricos e semiperiféricos, pelos organismos internacionais (BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, UNICEF)” entre outros, que na verdade, buscam a manutenção e a consolidação da hegemonia do capitalismo.

Na década de 1980, o pensamento empresarial lança um novo tópicos – a economia competitiva - pautada na reestruturação produtiva, na flexibilização das relações trabalhistas, na integração ao mercado internacional e na redefinição do sistema educacional brasileiro. Sob o argumento de livrar a sociedade do desemprego, da inflação, da falta de qualidade dos produtos, das desigualdades regionais, da miséria, entre outros, esse novo tópicos societário é impulsionado, de fato, pelo Governo FHC.

Nesse momento ressurgem a Teoria do Capital Humano, convocando a educação para assumir a responsabilidade pelo aumento da produtividade. Agora a lei do capital é o trabalhador(a) investir na autoformação e aumentar o seu valor para o mercado, como se isso fosse realmente possível.

Ganhando novamente centralidade, com uma nova roupagem ancorada no estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores e de saúde do trabalhador, a referida teoria defende que a escola e os centros de formação e qualificação devem desenvolver o conjunto de atitudes, valores e habilidades e qualidades funcionais ao mundo da produção. Uma educação básica e uma formação que desenvolva competências e habilidades produzindo capacidades para gestão da qualidade, para a produtividade, competitividade e empregabilidade.

Para Cattani (2000, p.54), a perspectiva crítica a esta teoria aponta a “estratégia utilitarista adotada pelas empresas no que diz respeito à formação profissional. A valorização do capital humano significa a apropriação de qualidades sócio-psicológicas do trabalhador, buscando o consenso e a lealdade à empresa”. Cabe-nos ressaltar que, este utilitarismo empresarial pautado no lucro vem desarticulando a proposta do ensino público, unitário e politécnico defendido pelos trabalhadores e pela pedagogia do trabalho.

Neste sentido, não é pertinente atribuir à educação poder de empregar se não existem fortes políticas de geração de emprego e renda, pois o desemprego cresce a cada dia. Na

verdade, a “pedagogia das competências⁶” além de engendrar uma concepção educativa de viés individualista e reducionista, esconde a falta de uma efetiva política econômica voltada para a geração de emprego e renda. É uma grande falácia acreditar que trabalhadores e trabalhadoras com baixíssimo nível de escolarização e “convidados” a participarem de rápidos cursos de “qualificação profissional” conquistarão a dita empregabilidade⁷.

Dentro desse quadro de miséria e crescente desemprego promovido pela hegemonia neoliberal, é apresentado, perversamente pelo sistema capitalista, um “renovado” perfil de trabalhador, atribuindo à qualificação e aos mandamentos da empregabilidade, uma oportunidade inexistente. Esta agrega exigências que acirram as desigualdades de conquista no mundo do trabalho, tanto para os profissionais experientes desempregados ou em vias de perder o emprego, como principalmente, para os trabalhadores das comunidades de baixa renda que, a cada ano, se distanciam mais do direito ao trabalho, à educação, à habitação, à saúde, ao lazer e conseqüentemente, da auto-estima positiva e de uma vida digna..

O século XXI é recebido no Brasil, com milhares de adultos, jovens e crianças distantes da escola, além da baixíssima escolarização – de quatro ou cinco anos - para a maioria da população. Essa realidade não está distante de nós. Podemos confirmá-la, inclusive, no pequeno universo de trabalhadores e trabalhadoras “assessorados” pelas Incubadoras filiadas à Rede Universitária de ITCP`s.

Desta forma, iniciamos um novo século sem construirmos uma verdadeira política nacional de educação que ao menos, democratizasse a escolarização básica, num país que abriga uma população de aproximadamente 176.128.604 habitantes, segundo a estimativa do IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia⁸. Os números do *apartheid* escolar brasileiro revela⁹ 22 milhões de analfabetos adultos, 15 milhões de analfabetos funcionais¹⁰, 3 milhões de crianças até 14 anos fora da escola; metade dos que começam um curso, inclusive universitário, não concluíram.

⁶ Para maior detalhamento crítico sobre a “pedagogia das competências” ver: Ramos (2002)

⁷ Bourdieu; Vackuant (2000), situam a noção de empregabilidade como uma nova vulgata ideológica do capitalismo.

⁸ Informação disponível na Internet: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: março de 2003.

⁹ Alencar, Chico (2001, p. 49).

¹⁰ O analfabetismo funcional se refere à “situação da pessoa que, por sua precária alfabetização ou por falta de prática e continuação dos estudos, volta à condição de analfabeto, ou dela se aproxima, pouco lhe valendo os rudimentos de leitura e escrita que conserva”. Duarte, S. G. Dicionário Brasileiro de Educação. Rio de Janeiro: Antares Nobel, 1986.

É bem verdade que o projeto neoliberal de educação, à luz da pedagogia do capital, vem ampliando as oportunidades de escolarização. Contudo, não são todas as etapas da educação que serão democratizadas. À classe-que-vive-do-trabalho ainda é reservado o mínimo necessário, como podemos verificar entre os trabalhadores e trabalhadoras que integram as cooperativas populares “incubadas” pelas ITCP’s da Rede Universitária, que em sua maioria, não concluíram o ensino fundamental.

Esta afirmação se deve a várias características expressas pelas políticas sociais¹¹, onde o processo de privatização ganha centralidade, como sinalizou NEVES (2002: 164-166):

A escola passa a ser encarada como uma empresa de prestação de serviços, disputando espaço no mercado educacional. Embora não hegemônica no bloco no poder, a **nova burguesia de serviços educacionais** [grifos da autora], fração da nova burguesia de serviços, recebe o apoio de todas as frações da classe dominante brasileira, por contribuir com a redução dos gastos governamentais com educação, e também, por veicular os valores desta classe em seu conjunto. (...) Dados oficiais revelam que do total das matrículas nesse nível, as instituições superiores de ensino público, em 1999, responsabilizaram-se por 36,6%, o ensino privado por 63,4%.

Podemos facilmente constatar que os representantes do capital defendem uma educação “imediatamente interessada” que atenda aos interesses produtivos, e não, a formação integral do ser humano. Como conclui Rodrigues (2002, p.115), “...enquanto estivermos buscando respostas para adequar a formação humana aos sucessivos *télos* construídos pelo pensamento empresarial, a educação estará inelutavelmente limitada ao horizonte pedagógico do capital”.

Desta forma, os críticos desse sistema, acreditam que o caminho é o combate ao ideário neoliberal, além de prosseguir lutando para construir sociedades fundadas em valores e princípios de igualdade e solidariedade, colocando a ciência, a técnica e os processos educacionais a serviço de todos os seres humanos.

2.2 POR UMA OUTRA PEDAGOGIA: O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

...a relação entre professor e aluno é uma relação ativa, de vinculações recíprocas, e que, portanto, todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor... (Gramsci, 1982, p. 37)

¹¹ Entre outras obras, ver: Neves, 2002.

Não temos a pretensão de dar conta da riqueza das contribuições de Antonio Gramsci, mas compartilhar algumas questões que este pensador, tão habilidosamente, construiu em sua breve, porém intensa, trajetória de vida intelectual, política e humana. Assumimos que, dialogar com as categorias formuladas por Gramsci não é um esforço intelectual simples, pois, sua teoria revela um complexo encadeamento de conceitos.

Desta forma, teceremos uma breve apresentação da filosofia da práxis, buscando concentrar nossas reflexões no **trabalho como princípio educativo**. Nos aproximaremos da perspectiva educativa proposta por Gramsci que, ao nosso ver, garante as dimensões ético-políticas e técnico-científicas de um projeto pedagógico emancipador, em consonância com um projeto societário de cunho socialista e, portanto, também emancipador

2.2.1 Gramsci¹², a Filosofia da Práxis e um novo Projeto Societário

Considerado como um autor-referência para aqueles que lutam pela democracia moderna, participativa e, conseqüentemente contra a ideologia neoliberal, Antônio Gramsci favorece a crítica ao modelo hegemônico atual – o neoliberalismo - trazendo inspiração para uma nova visão de mundo e de atitudes que faz da organização das classes populares a real possibilidade de mudança para uma nova democracia, uma nova educação e um novo projeto societário de caráter socialista.

Conforme ressalta Semeraro (2000):

...investigar a realidade sóciopolítica na sua complexidade e tentar compreender suas dinâmicas foi, para Gramsci, um compromisso tão absorvente quanto o seu envolvimento político nas lutas das classes trabalhadoras. Entre artigos, ensaios, cartas, anotações, projetos de pesquisa e estudos exploratórios, a sua produção carcerária e pré-carcerária, chega a formar um conjunto considerável de análises e reflexões que, para além da aparente fragmentalidade, revelam uma precisa concepção de mundo, um método de trabalho e o horizonte de uma nova epistemologia.

¹² Nasceu em 1891 e morreu em 1937 com 46 anos. Político e pensador marxista italiano, foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano em 1921, sendo nomeado secretário geral em 1924. Eleito deputado, logo em seguida, foi preso por quase 11 anos pelo regime fascista. A maior parte de sua obra foi publicada postumamente, destacando-se as Cartas da Prisão (1947) e os Cadernos da Prisão, 06 volumes (1964). Para sua biografia ver: Fiori (1979).

Iniciamos nosso percurso sobre o pensamento de Gramsci, tecendo uma breve síntese sobre a “filosofia da práxis”. Isto por entendermos que a mesma representa o alicerce de toda a trajetória do autor, sendo, portanto, fundamental às nossas reflexões.

Para Gramsci, com seus pensamentos críticos e a originalidade política de um intelectual criativo, o marxismo deve ser interpretado como uma “filosofia da práxis”, ou seja, como uma prática política revolucionária com uma firme base teórica; com o conhecimento da própria história nas suas dinâmicas, contradições e criações.

Ainda hoje, mais atual do que nunca, essa filosofia representa o meio pelo qual a classe-que-vive-do-trabalho pode lutar contra a perversa política e opção econômica capitalista globalizada. O materialismo histórico é a filosofia do proletariado empenhado na superação da sociedade de classes para uma sociedade mais justa e igualitária.

Construir uma teoria do conhecimento a serviço das classes trabalhadoras para Gramsci, não significava acreditar que estas detinham verdades pré-constituídas, ou na existência de um sujeito unitário e homogêneo. Para ele, todo grupo social que queira conquistar sua hegemonia, principalmente quando das classes populares, precisa constituir sua identidade, sua intelectualidade e ter um projeto de educação que exija a construção rigorosa de um saber mais avançado e socializado.

Assim, durante sua trajetória destaca o valor das ciências e das conquistas da humanidade, inclusive dos avanços tecnológicos. Aponta que é urgentemente necessário que as classes trabalhadoras se apropriem dos instrumentos fundamentais do conhecimento, superando a fragmentação do seu saber. O desenvolvimento científico para Gramsci, ocupa um lugar muito relevante, pois, liberta o ser humano de injunções metafísicas e autoritárias. Abre também, o caminho de acesso ao conhecimento permitindo, inclusive, sua gradativa emancipação e, conseqüentemente, sua afirmação social e política.

Afirmado que todos os homens são filósofos, para ele, é preciso destruir o preconceito muito difundido de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais. Na verdade, é preciso demonstrar que todos os homens são “filósofos” – mesmo que inconscientes, definindo os limites e as características dessa “filosofia espontânea”, que

está ao alcance de todos na medida em que está contida na própria linguagem. Como já afirmamos no Capítulo I, as palavras não são vazias de conteúdo, elas representam tanto no senso comum¹³ como no bom senso;¹⁴ o modo de ver e agir no mundo. A partir daí, nos revelamos homens-massa¹⁵ ou homens coletivos¹⁶.

Portanto, se todos os homens são filósofos, não podemos abrir mão de ter e/ou buscar uma concepção de mundo criticamente coerente, com a consciência de nossa historicidade. A filosofia da práxis requer uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente, ou mundo cultural existente, na busca de uma nova cultura.

Segundo Gramsci (1978), “...o homem é um processo, e precisamente, processo de seus atos...”, isto é, o homem é história, portanto, ser social e histórico. Não existe uma natureza humana de base. A natureza é um transformar-se que vai se determinando passo a passo através da dialética das relações sociais – “...a natureza do homem é o conjunto das relações sociais que determinam uma consciência humana histórica...” (ibid). Ao apontar três significações de homem – entendido por ser humano - indivíduo, natureza e os outros homens, Gramsci fixa-se mais no homem em relação aos outros homens, porque vai definir o homem a partir do “conjunto das relações sociais”. Enquanto natureza, o homem se define por sua relação com esta. O homem se distingue dos outros homens pela transformação que faz da natureza, pelo trabalho – com os outros homens mediatizado pela técnica, configurando uma relação social.

Para Gramsci, a educação vai além da educação escolar, invadindo todos os processos que envolvem a formação da consciência e a produção da subjetividade. Pensando sob a ótica do trabalho, elaborou sugestões para a organização dos sistemas educacionais – a escola unitária de formação omnilateral e politécnica. Considerou as mudanças na organização da

¹³ Caracteriza-se pela concepção diversa, desagregada, incoerente, adequada à posição social e cultural das multidões, produto do devenir histórico. Podemos aproximar esta categoria da Análise Institucional, quando trata o significado de adaptação, ou seja, adequação ao instituído-organizado que implica em acomodação.

¹⁴ Forma articulada de concepção de mundo. Também podemos aproximar esta categoria da Análise Institucional quando ela trata da categoria agente: produtor de subjetivação, pode gerar um dispositivo transformador na realidade.

¹⁵ Caracterizado pela concepção de mundo não crítica e incoerente; é normalmente empurrado, sem vontade crítica e pertencente à uma multiplicidade de homens-massa. Podemos comparar esta categoria à grupo sujeito da Análise Institucional.

produção, no conteúdo do trabalho, nas relações de poder e nas relações sociais globais do início do século XX, além da importância da educação escolar na organização cultural. Percebemos em suas obras o quanto essas contribuições mostram-se atuais neste início do século XXI.

Como dizia Gramsci (1978), toda relação de hegemonia – a supremacia e a capacidade de direção política e cultural de um grupo ou classe social sobre as demais classes sociais ou suas frações - é necessariamente, uma relação pedagógica a qual não pode ser entendida como aquela que se dá na instituição escolar, mas se verifica em todas as instâncias das relações entre os homens.

Na perspectiva da práxis, o objetivo da educação é a articulação entre teoria e prática, rumo à formação integral de cada ser humano, capaz de governar a si próprio e àqueles que, transitoriamente, são dirigidos por ele.

...a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais para poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar. (GRAMSCI, 1982, p. 137)

Considera que a educação das massas é realizada, sobretudo, através da mediação dos intelectuais, ou seja, aqueles que organizam e difundem a concepção de mundo de uma classe social sobre a outra. Portanto, para pensar a concepção de escola unitária, este autor também discute e apresenta as duas formas mais importantes que assumiu até agora, as formações dos intelectuais: o orgânico e o tradicional¹⁷ - o que não significa ser letrado.

¹⁶ Aqueles que já atingiram uma elaboração crítica, consciente daquilo que é realmente, como produto do processo histórico o qual herdou uma infinidade de traços. Na análise Institucional, podemos comparar esta categoria ao principal requisito para que o grupo sujeito possa emergir.

¹⁷ Distinguindo os intelectuais tradicionais (cristalizados como casta no processo histórico) dos intelectuais orgânicos (representantes das classes fundamentais que se apresentam no atual momento histórico), Gramsci propõe que a relação entre intelectuais e mundo da produção não é imediata, mas é “imediatizada” em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, das quais os intelectuais são precisamente os “funcionários”.

Vale ressaltar que os conceitos, intelectuais, bloco histórico¹⁸ e hegemonia estão diretamente interligados. Para se construir a hegemonia é necessário que se conquiste os elaboradores do projeto político que, por sua vez, atrairá adeptos e permitirá a constituição do bloco histórico, o qual encaminhará o próprio processo da criação do consenso (ou hegemonia). Estes elaboradores são os intelectuais que trabalham como “funcionário”, ou seja, como “persuasores permanentes”, fazendo a soldagem das bases de um novo projeto de regime econômico e social, ou trabalhando para a reprodução do projeto dominante já existente. Desta forma, pensando sobre o nosso objeto de estudo, fica explícito o grande desafio que se coloca aos educadores das ITCP`s e aos trabalhadores e trabalhadoras das cooperativas populares “incubadas” – estão a serviço da transformação ou da reprodução do sistema dominante?

Para ele, todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem a função de intelectual. Os grupos sociais criam subgrupos de intelectuais e dentro desses grupos, um, ou alguns de seus componentes se caracteriza como “quadro”, tendo em vista sua capacidade de liderança. Este “intelectual orgânico” dá sentido e organicidade a classe, seja esta burguesa ou proletária. Ele tem a tarefa de organizar e manter a confiança dos que estão ao seu redor. Ou seja, gerar consciência de classe transformando uma classe em si em uma classe para si. Este intelectual não é um indivíduo isolado, e sim, a consciência de uma classe, como, por exemplo, o sindicato, o partido político, entre outros.

Com isso podemos reafirmar o pensamento de Gramsci, “cada classe tem seu intelectual orgânico” (ibid). Intelectuais organicamente daquela classe, que elaboram e tornam coerentes os seus princípios e problemas de acordo com a sua atividade prática (função dirigente). Dão homogeneidade e consciência econômica, social e política, constituindo um bloco cultural e social. Este intelectual tem um vínculo com a classe o qual representa, mas este vínculo, é constituído por uma autonomia relativa. Assim sendo, esta autonomia relativa pode representar algum risco quando há uma crise na hegemonia, pois pode haver um transformismo – a cooptação deste intelectual para atuar no plano hegemônico, caso este represente o grupo não hegemônico até então.

¹⁸ Bloco Histórico: é um conceito que busca dar conta da totalidade da sociedade, formada pela articulação entre infra-estrutura e as superestruturas. Esta articulação resulta da ação histórica de determinada forma de aliança de

Portanto, o intelectual está sempre ligado a um grupo, não está isolado e não existe intelectual neutro. A conquista ideológica se constitui numa das mais importantes características dos grupos sociais em relação a seus intelectuais.

Para Gramsci, é fundamental que o real possa se tornar inteligível às classes subalternas, e o intelectual orgânico do proletariado, tem um determinante papel nesse processo, pois não há dúvidas quanto à competência do intelectual orgânico do capitalismo. É necessário a descoberta dos nexos existentes entre as condições desumanas em que o proletariado vive, e a estruturação injusta da sociedade, como ponto de partida à liberdade. Para tanto, é necessário fazer uma avaliação crítica das opiniões e das “crenças” disseminadas no “senso comum”, ao mesmo tempo em que se estabelece uma relação dialética com o “bom senso” presente no saber popular. É também necessário aprender a criar um distanciamento crítico do saber “acumulado” e “repassado” oficialmente, visto não como óbvio e natural, mas descoberto como organizado e administrado por uma classe que visa a dominação. A partir desta consciência, as camadas populares e seus intelectuais orgânicos, passam a demarcar os elementos de ruptura e de superação em relação às concepções dominantes. O intelectual orgânico do proletariado - que nunca é um indivíduo isolado, mas um inteiro grupo social, enquanto trabalha para analisar criticamente e desorganizar os projetos dominantes, se dedica para promover uma “nova inteligência social” capaz de pensar a produção, a ciência, a cultura, a sociedade na ótica das classes trabalhadoras. Para o socialismo, a luta pela hegemonia passa pela desarticulação da classe hegemônica burguesa e a articulação do proletariado, levando em conta a classe antagônica e tentando conquistá-la, pelo menos em parte.

Desta forma, considerando as educadoras das ITCP's e as lideranças das cooperativas populares “incubadas” enquanto, intelectuais orgânicos em potencial da classe-que-vive-do-trabalho, confirma-se a relevância e a necessidade de projetos educativos coerentes com o projeto societário de novo tipo.

Para a crítica ao modelo de educação ele analisa também o conformismo e o americanismo, constatando que estes representavam a divisão da sociedade em intelectuais e camadas subalternas - instrumentais, concretizada pela duplicidade de escolas humanísticas e de profissionais manuais. Ou seja, para poucos - leia-se, a burguesia - era reservada a formação intelectual “desinteressada” com embasamento na cultura humanística tradicional; e

classes e a supremacia de um dado projeto, que liga um longo período do desenvolvimento social que é cimentado através de intelectuais que estão organicamente ligados.

para muitos - leia-se o proletariado - era implementada a escola profissional manual, sedimentando a perspectiva subalterna desta camada. Infelizmente, esta realidade ainda remonta os dias de hoje, principalmente nos países periféricos e semiperiféricos como o Brasil.

Refletindo sobre essa dualidade, Gramsci busca uma solução delineando uma nova organização e um novo princípio educativo, explicitamente contrário ao que estava emergindo. Ele constrói uma proposta de formação para a capacidade de agir ao mesmo tempo, intelectualmente e manualmente, a partir de uma educação unitária, buscando assim romper com a referida dualidade.

Manacorda (1990) enfatiza que:

O trabalho industrial, que implica, do ponto de vista intelectual, o conhecimento das leis da natureza e da sociedade e, do ponto de vista moral o hábito de um sistema de vida harmonicamente equilibrado, é, portanto, em última instância, o princípio educativo unitário que, marxianamente, Gramsci aponta. (...) Em sua grande criptografia pedagógica, nos deu aquilo que, com razão, reprovava às modernas filosofias não ter sabido dar: um programa educativo em acordo com sua concepção do mundo.

Assim, Gramsci propõe a organização de uma escola única inicial de cultura geral¹⁹, humanista e formativa, que equilibre o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente, tecnicamente e industrialmente, e o desenvolvimento das capacidades intelectuais.

Gramsci esboçou mais que uma crítica à educação burguesa. Acima de tudo, esboçou um projeto de educação socialista, nascendo no processo de trabalho, o princípio educativo. Para ele, “no mundo moderno, a educação técnica, estritamente ligada ao mundo industrial, deve constituir a base do novo tipo de intelectual” (1982, p.8).

¹⁹ Esta deve respeitar a idade e o desenvolvimento intelectual-moral dos alunos, inserindo os jovens na atividade social, somente depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. A fixação da idade escolar obrigatória depende das condições econômicas gerais, já que estes podem obrigar os jovens a uma certa colaboração produtiva imediata. A inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim poderá envolver todas as gerações, sem divisões de grupo ou castas, buscando romper com a dualidade. Ver: Gramsci (1978, 1982); Coutinho (1981); Manacorda (1990); Nosela (2000).

Podemos apreender da obra Gramsciana que a idéia do “trabalho como princípio educativo” não é só um pressuposto referente à educação escolar, mas também está presente no processo do próprio trabalho na medida em que, o produto plasma-se como resultado da ação humana na transformação da matéria-prima – ação essa representativa do resultado do movimento dialético entre o atuar e o pensar - considerando que, por mais mecânico e desgastante que seja o trabalho, existe um mínimo de qualificação e criatividade intelectual do trabalhador. Ainda mais se tratando de uma nova organização do trabalho pautada na autogestão, como nas cooperativas populares. Assim, a concepção que Gramsci formulou sobre a educação, só vem fortalecer e respaldar os projetos educativos para a classe-que-vive-do-trabalho, como no caso das ITCP’s aqui pesquisadas.

Além da produção de bens materiais, o trabalho também produz bens espirituais, entre eles, as habilidades técnicas, o saber sobre o trabalho e sobre as relações que produz o trabalho. Para uma melhor ilustração, podemos recorrer à discussão de trabalho real e trabalho prescrito. Por mais que haja o trabalho prescrito numa empresa, ou seja, as etapas e formas previamente e rigorosamente definidas por um “especialista”, de como deverá ser executado o trabalho, este mesmo trabalho nunca é executado da maneira exata como foi definido anteriormente. O trabalho executado de fato, chama-se trabalho real. E é nesse espaço entre o trabalho prescrito e o trabalho real que o trabalhador pode produzir um saber diferente do prescrito, configurando, dessa forma, o processo de trabalho como instância educativa. Vale ressaltar que, sem dúvida, este processo é intensamente vivido em uma ITCP’s e/ou numa cooperativa popular, pois, a estes trabalhadores e trabalhadoras, fica colocado o desafio da mudança, o re-criar de uma nova cultura do trabalho e de uma nova sociedade.

Partindo dessa concepção de trabalho e educação, Gramsci reconhece que os discentes devem ter uma relação ativa com o que estão estudando. O aluno não é um recipiente passivo e mecânico; da mesma forma que não é passiva e mecânica, e sim, ativa e criadora a relação entre o operário e seus utensílios de trabalho. Nenhuma profissão está privada de conteúdos e exigências intelectuais e culturais, pois a vida moderna implica num novo e ágil entrelaçamento entre ciência e trabalho. Desta forma, para as ITCP’s, superar a imediatidade da técnica por conta da sobrevivência, parece ser um desafio central para que um projeto educativo emancipador possa emergir e se consolidar.

Gramsci aponta também que, se quisermos criar uma nova camada de intelectuais orgânicos do proletariado, precisamos considerar que, tradicionalmente não foram desenvolvidas as aptidões adequadas para isto, o que significa, termos que superar grandes dificuldades. Faz-se necessário viabilizar a educação unitária e humanista para a classe-que-vive-do-trabalho – colocada como instrumental e subordinada - para um papel de dirigente na sociedade, trabalhando coletivamente, e não, enfatizando o individualismo, como ocorre no ideário capitalista.

Gramsci descarta a escola tradicional, questionando os modelos autoritários, metafísicos e doutrinários. Por outro lado, também discorda das escolas modernas²⁰ que fazem do industrialismo seu princípio pedagógico, atuando de forma “imediatamente interessada”, ou seja, sua intencionalidade se situa no plano instrumental, no “saber fazer” uma determinada atividade produtiva, mantendo a hegemonia do capital, em detrimento de uma educação integral / omnilateral – “mediatamente interessada” ou “imediatamente desinteressada para o trabalho”. Esta perspectiva de educação proposta por Gramsci conjuga a politecnia, a apropriação técnica e humanística com plena expansão das individualidades intelectuais, afetivas, estéticas e físicas, pois, são estas as verdadeiras bases para uma real emancipação humana.

Para a viabilização desta perspectiva de educação, propõe uma educação pública e gratuita em todos os níveis, buscando nos planos éticos, políticos e pedagógicos, a sua implementação. Enfatiza ser necessário também, a ampliação dos vínculos da escola com a sociedade, além da manutenção de relações democráticas entre os grupos que constituem a comunidade, tendo por base a cooperação e o apoio mútuo, em contraposição à competição e a disputa das relações ancoradas no capitalismo.

Como nos adverte Tiriba (2001, p.199 - 200):

...não podemos confundir a qualificação politécnica proposta por Gramsci com a qualificação polivalente, hoje requerida pelas mudanças na base técnica da produção capitalista fundada na microeletrônica. A politecnia não se confunde com a capacidade de operar com várias técnicas, mas representa a capacidade de compreender a ciência que a maquinaria incorpora. A qualificação polivalente representa o novo em termos de formação técnica, requerendo do trabalhador que ele saiba manipular instrumentos básicos em um amplo leque de tarefas, transferindo e

²⁰ Escola básica única, de cultura geral, que incorpora um conjunto sempre mais amplo das classes instrumentais, que acentua a histórica dualidade escolar por origem de classe.

utilizando seus conhecimentos e experiências, de maneira versátil, em diferentes situações. (...) isso não implica numa mudança qualitativa das tarefas, (...) permanecendo a ciência como algo que lhe é externo e alheio.

Considerando o caráter transformador de toda a construção teórica gramsciana, não podemos esperar que a proposta educacional para a emancipação da classe trabalhadora, seja uma bandeira da classe dominante (burguesa). Como bem pontuou Neves (2001):

...o controle democrático das políticas educacionais, a elaboração de propostas educacionais construídas a partir da ótica do trabalho, bem como a sua difusão em espaços cada vez mais amplos da aparelhagem estatal e da sociedade civil, constituem-se hoje, em práticas político-educacionais que contribuem para a introdução gradativa dos elementos gramscianos da escola unitária nos sistemas educacionais contemporâneos. (...) o binômio industrialismo/democracia constitui-se, certamente, em ferramenta de grande utilidade para ler, com Gramsci, a realidade educacional hoje.

Assim, as circunstâncias atuais nos coloca como desafio, a necessidade de uma luta de classes processual e contínua, articulada e disciplinada, onde a consciência política é pré-requisito, entre outros, para conquistarmos um outro modelo de sociedade – o socialismo pautado na democracia.

Podemos visualizar nas propostas educativas de Gramsci que, por mais que ele remeta em maior escala, as suas concepções ao ensino formal quando pensa a escola unitária – pois, faz-se urgente até hoje uma transformação institucional em nível macro - todas as suas perspectivas e concepções orientam todas as práticas pedagógicas. Isto vale, inclusive, para a educação comunitária e popular, como por exemplo, das ITCP's. Portanto, não devemos esperar a escola formal se transformar para as demais ações pedagógicas irem se transformando. Deverá ser um processo de construção de todos aqueles que na sua práxis, priorizam a luta por uma nova sociedade.

Afirmamos, portanto, o trabalho como princípio educativo, que dá direção teórica, metodológica e organizacional à educação, com a finalidade de superar a dualidade do trabalho intelectual e trabalho manual. Isso significa promover o estreitamento dos vínculos da educação com a vida real, do fazer e do pensar, da teoria e da prática, do ensino com o trabalho socialmente útil e produtivo. Para tanto, cabe recorrer a formas organizativas que valorize o trabalho coletivo, organizando a experiência empírica e pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras para a assimilação crítica do conhecimento, tendo em vista elevar a sua

compreensão teórico-conceitual. Mais que o desenvolvimento físico, intelectual e a formação das habilidades para utilizar os conhecimentos na prática concreta, esse princípio busca a superação da divisão social do trabalho e das contradições que impedem o processo de expansão das potencialidades do gênero humano.

Podemos então concluir que, esta concepção de educação se contrapõe à educação instrumental, especializada, tecnicista, polivalente e discriminatória que a pedagogia do capital nos convida o tempo todo a abraçar de forma cega e despolitizada, acentuando cada vez mais o discurso único, o fim das utopias, as diferenças de classes e a condenação à miséria em todos os seus aspectos, para a maior parte dos seres humanos.

Conforme anunciamos na apresentação dessa dissertação de mestrado, o objetivo da nossa pesquisa é, refletir sobre as potencialidades e contradições entre o projeto educativo e o projeto societário de caráter socialista perseguido pelas Incubadoras filiadas à Rede Universitária. Isto requer, como diria Gramsci, fazer um inventário resgatando a gênese do processo de constituição da Rede Universitária de ITCP's, refletindo sobre as dimensões ético-políticas e técnico-científicas dos projetos educativos das Incubadoras.

- Quais os objetivos das Incubadoras no processo de educação dos trabalhadores e trabalhadoras cooperativadas?
- Qual é o projeto educativo das Incubadoras? Quais seus horizontes?
- Os processos educativos chamados de “incubagem” se estruturam no sentido de um novo projeto societário – de caráter socialista?
- As práticas educativas das Incubadoras se constituem em educação comunitária?
- Qual é o papel da comunidade no processo educativo? É construir coletivamente seu saber ou, “receber” passivamente o saber universitário?
- Qual é o papel educativo da Incubadora? Capacitar para o trabalho específico/técnico ou educar para a emancipação?
- Como buscar uma formação humana integral, que não a formação técnica “imediatamente interessada” para o trabalho”, considerando a imediata sobrevivência?

CAPÍTULO 3 REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES: GÊNESE E METODOLOGIA DE “INCUBAGEM”

O contexto da crise do emprego engendrado pela globalização neoliberal onde predomina o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho, entre outras conseqüências que apresentamos no Capítulo I, é o triste cenário que dá origem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Estas se apresentam enquanto alternativa de trabalho e renda para os trabalhadores e trabalhadoras historicamente excluídos(as), os precarizados(as) e os(as) mais recentemente expulsos(as) do trabalho assalariado.

Somado a isto, a educação fragmentária e “imediatamente interessada” da pedagogia do capital - que vem corroborando com os interesses das classes dominantes, acirrando cada vez mais as desigualdades sociais - dissemina o seu constructo ideológico a todas as camadas sociais. O maior objetivo desta pedagogia é manter a hegemonia do perverso projeto societário, como apresentamos nos Capítulos I e II.

Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 24-25) ressalta a necessidade da superação do capitalismo neoliberal sinalizando também, a não repetição do socialismo centralizado.

Uma vez que a globalização neoliberal foi eficazmente posta em causa por múltiplos movimentos e organizações, uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica. Em segundo lugar, a reinvenção de formas econômicas alternativas é urgente porque, em contraste com os séculos XIX e XX, no início do novo milênio a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável.

Partimos do pressuposto que as Incubadoras pesquisadas configuram uma possível perspectiva socialista de viés emancipatório, pois, buscam formas de organização econômica e social baseadas na igualdade e na solidariedade. Assim, nos pareceu relevante tecer um resumo sobre:

- a retrospectiva histórica da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares implantada no Brasil, na Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ITCP/Coppe/UFRJ, e a sua *metodologia de incubagem*.
- a implantação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - originada pela adesão de novas universidades à proposta de incubagem de cooperativas populares - citando as principais parcerias que viabilizaram sua formação, assim como os princípios e objetivos que orientam as suas atividades.

Para tanto, lançaremos mão de grande parte do material coletado no trabalho de campo (Referências: Fontes Primárias¹): dados dos relatórios técnicos das Incubadoras; publicação da ITCP/Coppe/UFRJ; as entrevistas realizadas com os coordenadores das Incubadoras; nossas observações em eventos da Rede de ITCP's, além do material coletado durante a nossa experiência profissional na ITCP/Coppe/UFRJ.

Queremos ressaltar desde já que, trabalhar com esses dados, foi se revelando um desafio que nos instigou a cada passo. Além do citado material coletado para esta pesquisa, recorremos a algumas informações inéditas que só foram possíveis por fazerem parte da nossa trajetória profissional: alguns documentos de nosso arquivo pessoal e da nossa memória. Grande parte da documentação relativa aos cinco anos de atividades desta Incubadora (projetos, trabalhos, relatórios, entre outros), foram destruídos e/ou perdidos durante uma grave crise política na ITCP/Coppe/UFRJ no final do ano 2000.

Com diferente proporção, o recorte da *metodologia de incubagem* também representou uma grande responsabilidade para nós, pois, se encontra ainda pouco sistematizada². Portanto, a nossa experiência profissional na ITCP/Coppe/UFRJ, somada às entrevistas com os coordenadores das Incubadoras e o acesso aos seus respectivos relatórios e projetos, foram

¹ Ver pós-texto da dissertação: Referências.

fundamentais para identificarmos as primeiras pistas que apontam para as potencialidades e contradições dos seus projetos educativos, tendo em vista um novo projeto societário.

Sentimo-nos privilegiados em poder registrar nesta dissertação de mestrado, uma pequena parcela dessa memória que, em grande parte, está interiorizada em cada um de nós, que um dia integrou a equipe da ITCP/Coppe/UFRJ.

3.1 O NASCIMENTO “*DESINCUBADO*” DA PRIMEIRA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP/COPPE/UFRJ

Apresentaremos sinteticamente o surgimento da ITCP/Coppe/UFRJ, considerando ser esta a Incubadora pioneira e responsável pelas primeiras transferências³ de *metodologia de incubagem* para outras universidades.

Na breve retrospectiva deste histórico de nascimento da primeira Incubadora que se auto-define⁴ como “...um projeto de extensão universitária que busca alternativa de geração de trabalho e renda para comunidades excluídas econômica e socialmente”, não podemos deixar de lembrar a realidade do desemprego, da pobreza e da fome com suas drásticas conseqüências, que ocupam grandes territórios no mundo, e que compõem as principais motivações para o surgimento de incubadoras de cooperativas populares. Esta realidade mostra-se cruelmente nos estados brasileiros, incomodando e mobilizando de forma diferente autoridades, instituições, empresas e pessoas de diferentes classes. Dentre estas pessoas, queremos destacar o sociólogo Betinho, líder em 1992 da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, mobilizou grande parte do nosso país com a campanha por um “Natal sem fome”. Em 1993, a Ação da Cidadania reconheceu que a distribuição de alimentos não bastava. Foi então que o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), desde o início de seus trabalhos, firmou parcerias e deu prioridade a projetos de geração de trabalho e renda, entre eles, a experiência da FIOCRUZ - organização de comunidades para geração de trabalho e renda, no qual a Coppe/UFRJ começou a fazer parte.

² Não encontramos publicações específicas que reunissem informações sistematizadas sobre a metodologia de incubagem, e sim, três publicações (livros) que apresentam algumas experiências pontuais: Singer (2000); Guimarães (1999a; 1999b).

³ Termo utilizado pela coordenação da ITCP/Coppe/UFRJ para configurar a relação de assessoria às novas ITCP's.

⁴ Relatório Final. Projeto Favela Bairro / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / SMT – 2000.

3.1.1 Nadando a favor da Maré: Os Primeiros “ Sinais de Vida” para a Incubagem

Nessa nova frente de luta contra a fome e a miséria, uma das primeiras ações aconteceu na Faculdade Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro / Fundação Oswaldo Cruz / FIOCRUZ⁵, localizada na vizinhança das favelas da região da Maré, maior bolsão de miséria do Rio de Janeiro, onde as balas perdidas da guerra do narcotráfico atingiam com frequência a faculdade. Uma pesquisa desta mesma faculdade no complexo de favelas da Maré identificou uma das raízes sociais da violência: cerca de 80% dos(as) chefes de família estavam sem emprego.

Partindo desta realidade, a faculdade da FIOCRUZ pediu ajuda a Universidade de Santa Maria, localizada no Rio Grande do Sul, onde havia desde 1975 o Curso Superior de Tecnólogos de Cooperativismo, para assim tentar ajudar na criação de uma cooperativa de trabalho que envolvesse parte dos desempregados desta região, prestando serviços inicialmente à própria FIOCRUZ, e depois, ao mercado em geral. Desta iniciativa, surgiu a Cooperativa de Manguinhos (COOTRAM – Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos), que hoje congrega cerca de 1.200 (mil e duzentas) famílias dedicando-se a prestação de serviços, produção industrial de louças sanitárias, entre outras atividades. A Coppe/UFRJ, que também já tinha iniciado alguns contatos com a Universidade de Santa Maria com vistas à implantação de uma Incubadora de Cooperativas, foi chamada pela FIOCRUZ para dar continuidade ao Curso de Cooperativismo.

Além desse primeiro momento (curso de cooperativismo) para a formação da COOTRAM, a Coppe/UFRJ orientou a legalização e a formação das instâncias administrativas (Diretoria e Conselhos) desta cooperativa.

A experiência exitosa da Cooperativa de Manguinhos - COOTRAM mobilizou professores e alunos de pós-graduação da Coppe/UFRJ a formarem, de fato, uma Incubadora de Cooperativas na UFRJ. Esta mobilização não foi apenas porque a Coppe/UFRJ também está localizada na região da Maré, mas, sobretudo, porque as mazelas sociais com sua dura realidade, em especial, nos cinturões de pobreza expostas em cada canto do mundo, como no

⁵ Ver entre outras publicações, Singer (2000; 2002).

Rio de Janeiro, já era uma problemática que ocupava um grupo de docentes⁶ e discentes deste Programa – Coppe/UFRJ, na busca por uma intervenção da universidade na realidade social.

A implantação de uma Incubadora de Cooperativas criava um diferencial na Coppe/UFRJ, já que a mesma havia implementado, com sucesso, uma *Incubadora de Empresas*, onde os pequenos empresários procuravam a universidade para assessoria. Agora, o processo deveria ser inverso - a universidade deveria, mais que abrir suas portas e muros, se deslocar até as comunidades em situação de extrema pobreza e identificar o potencial de organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras. Como ponto de partida, o requisito fundamental seria o desejo da comunidade em se lançar num desafio que envolveria principalmente a organização coletiva, a autogestão e a cooperação enquanto alternativa de trabalho e renda, ou seja, uma “desconhecida” tentativa de organização para o trabalho – o cooperativismo popular.

Diferente da *Incubadora de Empresas* que sempre contou com um público de nível sócio-econômico e educacional mais elevado, facilitando a constituição de micro-empresas de cunho capitalista, era explícito os desafios, sob todos os ângulos, que este grupo de alunos e professores, desde então chamados de “*assessores*”, enfrentaria diante do aspecto intra-organizacional e de financiamento, bem como os de ordem macro-econômica, cultural, educacional, política e metodológica.

“*Nadar contra a maré*”, ou melhor, “*a favor da região da Maré*”, foi o primeiro impulso que proporcionou uma nova frente de luta contra a miséria e o desemprego na Coppe/UFRJ. Parecia difícil, mas não impossível, para os servidores e alunos da universidade que abraçavam a idéia, e para os trabalhadores e trabalhadoras das comunidades que se engajavam no projeto. Foi necessário potencializar a garra e apostar na esperança por uma vida mais digna diante de tantas exclusões sociais, que com certeza, geram demandas que extrapolam a geração de trabalho e renda.

Assim, de forma preliminar, em julho de 1995, se iniciaram as atividades da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, localizada na Coordenação dos

⁶ Vale destacar a marcante presença do prof. Roberto dos Santos Bartholo, atual Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ; Coordenador do Espaço Coppe Miguel de Simoni Tecnologia e Desenvolvimento Humano, que participou ativamente da implantação do projeto na Coppe.

Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/Coppe/UFRJ), constituindo-se como projeto de extensão universitária.

A cada ano de trabalho da Incubadora, o galopante processo de desemprego e empobrecimento da classe-que-vive-do-trabalho, ampliava a demanda e o desafio para a incubagem de grupos e cooperativas populares. Tanto qualitativamente quanto quantitativamente, pois, na medida em que o trabalho da ITCP/Coppe/UFRJ tomava forma e divulgação, outras comunidades procuravam a referida incubadora solicitando “incubagem” – a formação de novas cooperativas populares.

Reconhecer o limite para atender às demandas de vários grupos e comunidades que chegavam à Incubadora, não era um processo simples. Isso gerava angústia e um certo sentimento de impotência na equipe da ITCP/Coppe/UFRJ. As comunidades e cooperativas que já se encontravam em processo de incubagem suscitavam ações imediatas da referida equipe com relação a várias questões, ou seja, o compromisso já assumido pela Incubadora com as cooperativas incubadas, absorvia a equipe por completo.

Foram importantes vários debates no interior desta equipe, principalmente os que buscaram refletir sobre a responsabilidade deste trabalho pioneiro frente às políticas públicas, pois, o crescente número de desempregados não poderia ser absorvido por nenhum projeto de extensão universitária. Para atender a essa grande demanda de trabalhadores e trabalhadoras, tornava-se cada vez mais urgente a implementação de políticas públicas transformadoras e contínuas que atuassem nesta realidade de ordem ética-político-econômica e educacional. Além do limite de intervenção que uma Incubadora sempre enfrentaria, ficou acenado para a ITCP/Coppe/UFRJ o viés sócio-político que deveria ser incluído na formação dos cooperativados e cooperativadas, reconhecendo-os enquanto agentes organizativos e reivindicativos de seus direitos e de sua cidadania plena, não só no campo do trabalho e da renda.

O trabalho da Incubadora frente às diversas necessidades das comunidades e ao rescente número de desempregados era “*uma agulha no palheiro*”⁷, porém, tinha sua validade.

⁷ Como podemos verificar, só o censo Maré 2000 mapeou 38.083 (trinta e oito mil e oitenta e três) barracos na região, onde 90% dos moradores, em condições sub-humanas, encontravam-se desempregados. Garda, Cynthia; Navarro, Luciana. Relatório de Desenvolvimento Humano. *Jornal do Brasil*, 24 de julho de 2002, p.25.

Não só para aqueles que estavam trabalhando nas cooperativas já incubadas e recebendo sua remuneração, como também para a reflexão, mobilização e articulação política e social de forças que pudessem se somar em busca de uma sociedade mais reivindicativa, justa e cidadã, como freqüentemente ocorreu no fórum de cooperativismo popular, envolvendo diversas organizações.

3.1.2 Assessoria para Incubagem de Cooperativas Populares: Em Busca de Consenso, Identidade e Metodologia

No momento de sua implantação, a equipe da ITCP/Coppe/UFRJ contava com um núcleo básico de estudantes e profissionais de diferentes formações⁸, onde predominavam os discentes em Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ. Com o tempo e a necessidade esse quadro foi gradativamente se ampliando e diversificando.

Não podemos negar que esta incubadora teve que construir e reconstruir vários caminhos para a incubagem de cooperativas populares, justificando ser considerada uma experiência pioneira. Portanto, teve um “*nascimento desincubado*” - sem assessoria ou troca de metodologia com outras experiências similares (outras Incubadoras de Cooperativas).

O único contato muito inicial, como já citado, foi com a Universidade de Santa Maria (sobre o tema Cooperativismo), sendo a construção de sua relação com as comunidades e a necessidade de viabilidade econômica e autogestionária da cooperativa, a principal mola propulsora para a busca das estratégias metodológicas a serem implementadas.

Cabe ressaltar que a inserção de alguns ex-integrantes de movimentos sociais e populares na equipe da ITCP/Coppe/UFRJ favoreceu muito os primeiros passos para a implementação do curso de cooperativismo popular⁹, que dava início a incubagem. Estes novos integrantes da Incubadora carregavam consigo, além da garra para a transformação, uma linguagem mais apropriada para o estabelecimento de uma relação de confiança e proximidade com as comunidades, o que talvez os exclusivamente acadêmicos encontrassem

⁸ Administração, Contabilidade, Economia, Sociologia, Psicologia e Direito. Fonte de Consulta: Relatório de Atividades da ITCP/Coppe/UFRJ, 1996-1997 enviado à FINEP.

⁹ A cartilha - O cooperativismo Popular. ITCP/Coppe/UFRJ Rio de Janeiro, 1998 - elaborada pela equipe da referida Incubadora, era um dos principais instrumentais do curso de cooperativismo ministrado nas comunidades para a formação de cooperativas populares.

alguma dificuldade.

Infelizmente, ainda é comum alguns segmentos da academia se relacionarem com as comunidades de uma forma perversa, ou seja, “usam” as comunidades como fonte de pesquisas sem um compromisso ético-político-social, e acima de tudo humano, reduzindo os grupos pesquisados a “objetos de pesquisas”: filmam, fotografam, entrevistam, observam, etc., sem gerar uma relação de contrapartida que potencialize a comunidade pesquisada a intervir em sua própria realidade. Normalmente, as produções acadêmicas ficam disponíveis e a serviço das titulações acadêmicas e dos seus pares, sem ao menos serem apresentadas aos atores desse processo (a comunidade). Desconstruir essa representação de academia nas comunidades também era um desafio para o trabalho da ITCP/Coppe/UFRJ.

Contudo, vale sinalizar também que muitos conflitos teórico-políticos e metodológicos foram vividos nessa composição mista da equipe - acadêmicos e militantes¹⁰. Em alguns momentos, positivamente, pois os conflitos significavam mudanças fecundas envolvendo a falência do instituído-organizado e o surgimento do instituinte-organizante, num movimento dialético. Em outros momentos, nem tanto, já que muitos integrantes ligados à academia decidiram sair do projeto por discordâncias radicais. A diversidade de formações, somadas às diferentes concepções de mundo e de humano, fazia emergir constantemente debates e disputas conceituais, metodológicas e de projeto societário. Isto possibilitava ao grupo amadurecer em diferentes aspectos. Acreditamos que nesse processo dialético tenha surgido um embrião para a construção de um trabalho transdisciplinar¹¹.

Mas, infelizmente, esse processo foi sufocado pela força instituída da Incubadora, ou seja, a força que se caracteriza pela resistência e pela tendência em conservar estática e imutável suas concepções e ações, na medida em que conserva a relação hegemônica de poder.

Para o desenvolvimento do trabalho de incubagem de cooperativas populares, a ITCP/Coppe/UFRJ recebeu apoio de diversas entidades ligadas à Ação da Cidadania, como também o financiamento a fundo perdido da FINEP e da Fundação Banco do Brasil para

¹⁰ Muitos sem terem iniciado o ensino superior, carregavam grande bagagem de militância política.

¹¹ No sentido da apropriação de conceitos e metodologias de outras áreas de conhecimento, fazendo uma transposição destes referenciais de um campo disciplinar para o outro.

construir uma inédita metodologia de assessoria, chamada de “incubagem de cooperativas”. Contudo, não se limitou a isto, buscou também algumas bases para se refletir o cooperativismo no Brasil. Não aquele velho e conhecido, camuflado e desgastado perante a classe trabalhadora - o cooperativismo difundido pelas chamadas “*cooperगतos*” cujo objetivo é driblar os encargos sociais e fomentar a precarização das relações de trabalho, desrespeitando completamente a classe-que-vive-do-trabalho e os princípios universais do autêntico cooperativismo. Buscava-se um cooperativismo que pudesse ser chamado de “*popular*” na visão da Incubadora e dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidas, na medida em que seu público prioritário seria composto pelos historicamente excluídos do mercado de trabalho, os desempregados, os precarizados e os inseridos no plano da economia popular. Seria um investimento nos princípios originais do cooperativismo, com vistas a dignificação da classe-que-vive-do-trabalho.

Em janeiro de 1996, o projeto se desenvolveu de forma mais dinâmica e mais abrangente, prestando assessoria através de sua *metodologia de incubagem* a três novas cooperativas na Baixada Fluminense, no Município de Duque de Caxias, e mais duas cooperativas em favelas cariocas (Parque Royal, na Ilha do Governador e Ladeira dos Funcionários, no bairro do Caju)¹².

3.1.3 A Utopia Interrompida: O Poder do Capitalismo Desconstruindo as Primeiras Conquistas

Segundo os relatórios de atividades¹³ da ITCP/Coppe/UFRJ, em sua trajetória até o ano de 2000 teve a oportunidade de “incubar” vinte e três cooperativas populares de diversas comunidades do Município do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, usuários do Sistema de Saúde Mental (Instituto de Psiquiatria da UFRJ e o Instituto Phillippe Pinel), bem como comunidades de Catadores de Lixo (convênio – Programa de Despoluição da Baía de Guanabara). Além disso, ministrou cursos básicos de cooperativismo popular para grupos organizados em situação de desemprego e/ou subemprego; para o Sindicato dos Urbanitários, dos Bancários e de Telecomunicações.

¹² Conforme o Relatório FINEP da ITCP/Coppe/UFRJ. 1996-1997.

¹³ Relatório FINEP 1996-1997; Relatório Final – Projeto Favela Bairro 2000; Resumo de Atividades da ITCP/Coppe/UFRJ, enviado ao BNDES em 2000.

Quatro grandes contratos foram conquistados: Serviços Gerais na *UFRJ*; Lavanderia no *Hospital Pedro Ernesto/UERJ*; Eletricidade na *LIGHT*; Construção Civil no *Grupo Sendas/Casa Show*. Esses contratos envolveram as seguintes cooperativas incubadas: NOVO HORIZONTE, COMEICE, COOTRAVIGE, ROYAL FLASH, ARCO-ÍRIS, COOPMANGA, COOPLUZ, COOPERAN, CAJCOOP, ESPERANÇA, COOPERBON e COOPERDEL, totalizando aproximadamente 819 (oitocentos e dezenove) postos de trabalho diretos. Já a cooperativa PRAIA VERMELHA (especial – usuários do serviço de saúde mental da UFRJ), trabalha com beneficiamento de frutos da amazônia / atividade alimentícia; e a Cooperativa FERNÃO CARDIM, trabalha na atividade de costura, totalizando, as duas cooperativas, aproximadamente 40 (quarenta) postos de trabalho.

Quanto à remuneração, para a maioria das cooperativas, significava em média, 50% a 80% de acréscimo se comparada as anteriores que tinham como referência, o piso sindical de cada categoria e/ou o valor pago pelo mercado. Além desta remuneração líquida, a cooperativa viabilizava vale-transporte para o deslocamento diário (casa / trabalho), descanso remunerado (equivalente a férias na CLT), auxílio-natalino (equivalente ao 13º salário da CLT), auxílio-doença, recolhimento automático do INSS (como autônomo), uniformes, equipamentos de segurança no trabalho, equipamentos para a realização do trabalho, e as possíveis sobras do final de exercício (ano) que seria discutida e votada em Assembléia Geral, para a decisão coletiva quanto à sua utilização. Para que todos esses benefícios fossem garantidos aos cooperativados e cooperativadas, era fundamental uma planilha financeira bem elaborada que embutisse no preço final dos serviços a serem prestados, e/ou dos produtos a serem comercializados, os percentuais mínimos necessários.

Além da formação em cooperativismo popular, os postos de trabalho então conquistados pelas cooperativas mobilizaram a Incubadora a ministrar cursos de capacitação profissional¹⁴ que correspondessem às áreas específicas de atuação da cooperativa: limpeza geral, limpeza hospitalar, costura, lavanderia, alimentação, eletricidade e construção civil.

Com os cursos de capacitação profissional em andamento, financiados pelo FAT, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria de Trabalho/Projeto Favela Bairro, e pelo convênio com o Grupo SENDAS/Casa Show, a ITCP/Coppe/UFRJ também firmou parceria

¹⁴ O setor de capacitação profissional que integrávamos viabilizou o convênio com o SENAI e o Grupo SENDAS/Casa Show, para qualificação: costura, construção civil e eletricidade.

com a ICCO (Instituição Holandesa) para o financiamento do Curso de Formação de Dirigentes de Cooperativas Populares. Este curso com 420 horas teórico-práticas contou, em sua primeira e única turma, com vinte participantes: um(a) cooperativado(a) integrante da diretoria e um(a) cooperativado(a) que trabalhava na atividade fim de cada cooperativa incubada. As disciplinas ministradas foram¹⁵: Autogestão e Cooperativismo; Informática I; Relações Humanas no Trabalho Coletivo; Legalização, Tributos e Contratos; Planejamento Financeiro e de Mercado; Comunicação e Expressão; Conselhos de Ética e Disciplina; Contabilidade I, Conselho Fiscal, Administração Social na Autogestão; Marketing; Economia Política e Análise de Conjuntura; Redes de Comunicação e Relações com Fóruns; Matemática I, Redação Oficial; e, Educadores em Autogestão.

Já em convênio com o Programa Comunidade Solidária, foi realizado o Curso de Capacitação Profissional de Jovens – Pintando e Criando o Futuro¹⁶: pintura básica, decorativa e artística (paredes) com 650 horas teórico-práticas. Este curso foi oferecido para jovens em situação de risco social, que tinham algum vínculo / parentesco com os cooperativados e cooperativadas.

Contudo, esta “*era de ouro*” para a ITCP/Coppe/UFRJ e para a maioria das cooperativas incubadas chegou ao fim no ano 2000¹⁷, quando durante o processo licitatório da UFRJ, e em seguida, no da LIGHT, as cooperativas perderam o contrato para empresas de terceirização. Estas empresas vencedoras, apenas com capital de giro e sem mão-de-obra selecionada e qualificada para exercerem as funções previstas nos contratos, “arrebanharam” grande parte dos cooperativados e cooperativadas que retornaram ao vínculo empregatício da exploração capitalista, inclusive com redução da remuneração, se comparada àquela retirada pela cooperativa.

Em algumas reuniões para avaliação desse processo de “desmonte” das cooperativas, foi perceptível nas falas dos cooperativados e cooperativadas a revolta em terem que voltar a trabalhar para o empresariado, mas a necessidade da sobrevivência era real e falou mais alto. Alguns ainda recusaram o “convite” da empresa por algum tempo, e se lançaram na busca de alternativas solidárias de sobrevivência entre eles. Contudo, este fato gerou uma grande

¹⁵ De acordo com projeto aprovado pela ICCO e a grade curricular implementada.

¹⁶ Este projeto também foi elaborado e coordenado pelo setor de capacitação profissional, o qual integrávamos.

desarticulação na maioria das cooperativas, já que a conquista de novos postos de trabalho e/ou contratos, tornou-se inexistente por muito tempo. Somente três cooperativas, as que atuavam na área da construção civil, costura e alimentação, foram se mantendo com muita dificuldade.

O momento de crise extrapolou o âmbito interno das cooperativas incubadas e se implantou também no interior da própria ITCP/Coppe/UFRJ. Só que o motivo foi de ordem política-institucional que culminou na demissão de toda a equipe.

Após alguns meses, a coordenação geral da Incubadora iniciou a recomposição de uma nova equipe, que se encontra hoje (2003/1) bastante reduzida e com pouco acesso ao que já fora implementado, devido a grande perda de documentos, relatórios e arquivos, além do afastamento de grande parte das cooperativas anteriormente incubadas, que encontram-se, até então, desestruturadas.

No relatório de devolução das entrevistas, realizadas com a nova equipe da ITCP/Coppe/UFRJ, a qual ainda integrávamos, Dubeux¹⁸ (2001) ressalta que,

...existem elementos do passado cujos fragmentos ainda encontramos nas pessoas que fazem a Incubadora hoje, que precisam ser resgatados para que o trabalho de reestruturação não recomece da estaca zero. (...) na minha opinião devem ser buscados não só como registro de memória da Incubadora, mas como ponto de partida do processo de reestruturação do trabalho atual: a proximidade com as cooperativas incubadas e mesmo com as consideradas “desincubadas”; o processo de acompanhamento contínuo que era feito com as cooperativas que mantinham um vínculo com a Incubadora; um **delinear de processo educativo** [grifo nosso] que possa apontar caminhos mínimos para a formação profissional dos cooperativados; o estabelecimento de parcerias com outras instituições que trabalhem direta ou indiretamente com o objetivo da Incubadora; uma relação mais horizontal nos processos de comunicação interna; a rotina de trabalho diário que existiam, principalmente com as cooperativas...

Todas as seis cooperativas atualmente incubadas, conforme tabela a seguir, já estavam em processo de incubação com a antiga equipe, o que nos indica que não há um novo grupo/cooperativa assessorada pela atual equipe da ITCP/Coppe/UFRJ, sinalizando também, o reduzido número de postos de trabalho (aproximadamente 104).

¹⁷ Conforme o Manifesto das Cooperativas Populares da ITCP/Coppe/UFRJ. Rio de Janeiro, julho de 2000, Anexo C.

¹⁸ Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e doutoranda em Sociologia da Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne – Instituto de Estudos em Desenvolvimento Econômico e Social (IEDES), sob a orientação do Professor Máxime Haubert.

TABELA 1 - Cooperativas Incubadas pela ITCP / Coppe/UFRJ em 2003

COOPERATIVAS INCUBADAS	RAMO DE ATIVIDADE	ASSOCIADOS	POSTOS DE TRABALHO
COMEICE	Manutenção industrial	120	24
COOPESPERANÇA*	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	15	0
RECEBA EXPRESS	Entrega/motoboy	70	50
LONA VIVA	Catadores de lixo / reciclagem	15	0
MOTRIZ CURUMIM	Baby Sitter	20	0
PRAIA VERMELHA	Artesanato e alimentação	37	30
TOTAL		277	104

Fonte: Entrevista com uma educadora da atual equipe para esta pesquisa - março de 2003.

* Cooperativa re-incubada desde 02/2002.

3.2 “TRANSFERINDO” PARA OUTRAS UNIVERSIDADES A SUA METODOLOGIA DE INCUBAGEM

A partir da experiência da ITCP/Coppe/UFRJ, outras universidades e alguns governos municipais e estaduais a contactaram vislumbrando a possibilidade de montagem de projetos similares de incubagem de cooperativas populares, tendo em vista a sua repercussão e o seu objetivo: “produção e disseminação do conhecimento como instrumentos à organização autogestionária dos trabalhadores historicamente excluídos”¹⁹. Assim, começou-se amadurecer a idéia de implantação de Incubadoras em outras universidades, o que logo ganhou proporção. O intercâmbio com as universidades interessadas foi parcial, pois não havia na Incubadora da Coppe/UFRJ recursos humanos suficiente e material didático-pedagógico sistematizado para atender à tamanha demanda de outras universidades, além do trabalho com as cooperativas que a mesma já realizava. Mesmo com essas limitações, algumas universidades contaram com a chamada “transferência” de metodologia da ITCP/Coppe/UFRJ, e outras, fundaram suas Incubadoras independentemente desta “transferência” direta.

Queremos ressaltar que a *metodologia de incubagem* da ITCP/Coppe/UFRJ, ao longo desses seis anos, passou por vários processos de questionamentos e reformulações. No ano de 2000, a então equipe, durante o processo de avaliação interna, sistematizou e (re)fundou algumas fases da assessoria (incubagem) na busca de uma (re)formulação metodológica que

¹⁹ Fonte: Projeto Incubadoras de Cooperativas Populares. UNITRABALHO. Apresentado à União Européia 2000.

além de respaldar o trabalho da ITCP/Coppe/UFRJ, pudesse ser um referencial para as outras Incubadoras que já estavam desenvolvendo seus trabalhos e/ou iniciavam suas atividades.

Para nós, enquanto integrante da ITCP/Coppe/UFRJ, era perceptível que o processo acelerado de desassalariamento dos trabalhadores e trabalhadoras, somado àqueles(as) historicamente excluídos(as), aumentava numa escala impossível de ser contida com ações isoladas, mesmo que essas ações ganhassem adeptos/Incubadoras em outras universidades. Contudo, havia muita força de vontade para intervir na realidade local com a qual se trabalhava, e um compromisso em desencadear uma mobilização nacional/internacional para debater e buscar alternativas de um projeto societário que rompesse com o massacre da maior parte da classe-que-vive-do-trabalho.

Como podemos ver, nada trivial e muito menos simples. Os questionamentos e as demandas foram apontando que uma nova ordem político-econômica e cultural teria que ir se desenhando em nível macro, para que as ações das Incubadoras, que na maioria das vezes eram constituídas de mais perguntas que respostas pudessem, de fato, gerar um diferencial no mundo do trabalho.

Assim, apresentaremos em seguida a **proposta de incubagem** - a bússola e o leme das ações da ITCP/Coppe/UFRJ - que, ainda hoje, pelas pesquisas²⁰ que desenvolvemos para esta dissertação com as incubadoras filiadas à Rede, se mostra atual e implementada pela maioria delas.

É importante esclarecer que a *metodologia de incubagem* que será apresentada a seguir foi revisada no ano de 2000/1 pela então equipe geral da ITCP/Coppe/UFRJ, antes de sua demissão que ocorreu em novembro/dezembro do mesmo ano, por incompatibilidade de trabalho com o coordenador geral da Incubadora. Vale acrescentar que, este coordenador ficou afastado diretamente das atividades da ITCP/Coppe/UFRJ durante um ano para viabilizar o início da formação da Rede de ITCP's pela UNITRABALHO em São Paulo. Com o seu retorno, os meses que antecederam a referida demissão foram conflituosos, pois a equipe, junto com o coordenador em exercício, buscava implantar uma estrutura interna mais horizontal na Incubadora, onde a autogestão, a participação e a democracia não se limitasse aos discursos para as cooperativas, e sim, perpassasse o cotidiano da própria equipe de

²⁰ Principalmente nas entrevistas com os coordenadores das ITCP's, isto ficou bastante explícito.

incubagem, buscando diminuir parte das contradições político-ideológicas.

A *metodologia de incubagem* elaborada pela referida equipe está dividida em duas grandes fases: pré-incubagem e assessoria. Considerando-se, como metodologia, um “conjunto de procedimentos, instrumentos e análises, passíveis de adaptações com flexibilidade e dinamismo²¹”, vale enfatizar que:

...as etapas de incubagem podem parecer um movimento linear mas, é apenas aparente, já que, para fins de descrição e análise, faz-se necessário enfatizar cada etapa e procedimento. Espera que seja superada pelo leitor uma possível visão estanque das referidas fases, considerando o processo de incubagem, um movimento de interação que busca um trabalho criador, pois assim, espera dar concretude à criação dos Indicadores de Avaliação do Processo de Incubagem e das próprias Cooperativas incubadas, favorecendo a construção de metas a serem atingidas pelos membros da Incubadora e pelos grupos/cooperativas incubadas”. (Relatório da ITCP/Coppe/UFRJ – 2000)

FASE I – Pré-incubagem <i>(da sensibilização do grupo até a constituição da cooperativa)</i>	
Diagnóstico	Verificar se a demanda é espontânea de alguma instituição e/ou parceria; como chegou à incubadora; qual o objetivo do grupo; qual a inserção dessas lideranças no grupo; existência de apoio de outros segmentos; e outros itens que a equipe julgar necessário para a composição de um banco de dados e a avaliação prévia sobre o potencial de organização do grupo.
Apresentação do Projeto de Incubadora	Dependências físicas; apresentação da equipe; maiores esclarecimentos sobre a assessoria que será implementada.
Avaliação I – Diagnóstico e Reunião na Incubadora/ITCP	Após a verificação da viabilidade de incubagem, será estabelecido um cronograma de atividades junto ao grupo, contendo: datas e local (is) do Curso de Introdução ao Cooperativismo; a definição dos materiais didáticos; atividades necessárias para a constituição de um fundo para os gastos com a legalização da futura cooperativa. Estabelecimento de um contrato de responsabilidades durante o processo de incubagem, que a Incubadora e a Cooperativa vão assumir em comum acordo, ou seja, o papel de cada um no processo.
Curso de Introdução ao Cooperativismo (30 horas)	Curso que aborda as principais questões sobre o cooperativismo: a história, os princípios, os símbolos, as instâncias administrativas, a autogestão como princípio, a participação/democracia, as formas de remuneração, a divisão das sobras, as relações intercooperativas, etc. (uma compreensão ampla sobre a proposta cooperativista)
Curso de Elaboração do Estatuto Social da Cooperativa Popular	Construção coletiva (equipe da Incubadora com todos os cooperativados e cooperativadas) do Estatuto Social, respeitando a Lei do Cooperativismo (5764/71) e a Constituição do Brasil; simulações de assembléias e da eleição da Diretoria e dos Conselhos da Cooperativa.

²¹ Projeto de Metodologia de Incubagem. ITCP/Coppe/UFRJ, 2000.

FASE I – Pré-incubagem <i>(da sensibilização do grupo até a constituição da cooperativa)</i>	
Elaboração do Projeto do Grupo	Paralelamente ao processo de elaboração do Estatuto Social e do Regimento Interno da cooperativa, inicia-se com os cooperativados e cooperativas a elaboração do projeto político-econômico da cooperativa, visualizando-se os principais concorrentes, preços de mercado, clientes potenciais, nichos de mercado, etc., até se chegar ao Planejamento Geral da Cooperativa Popular.
Fundação da Cooperativa	Ao final do Curso de Elaboração do Estatuto Social e do Regimento Interno, deverá ocorrer à fundação da cooperativa com sua respectiva Ata de Fundação, e a eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética.
Legalização da Cooperativa	Após a aprovação da eleição da Diretoria e dos Conselhos pelos associados em Assembléia Geral (que é soberana), inicia-se o levantamento dos documentos necessários dos cooperativados e cooperativas para o registro da Cooperativa na Junta Comercial, que demarca o início da data de legalização.
FASE II – Assessoria <i>(inicia-se com a entrada de registro na Junta Comercial com assessoria específica de alguns profissionais)</i>	
Estratégias de inserção da cooperativa no mercado	Assessoria de comunicação e marketing que buscarão estratégias de mercado para a Cooperativa além da elaboração de folder's, cartões de visita, cartazes, etc.
Cursos de capacitação	Levantar as principais demandas de cursos específicos que deverão ser disponibilizados para a Cooperativa através de parcerias/convênios com instituições credenciadas.
Elaboração de rotinas	Fiscais, administrativas, contábeis e capacitação da Diretoria da cooperativa e dos demais cooperativados nessas áreas, buscando os princípios da autogestão.
Assessoria jurídica-contábil	Acompanhamento, monitoramento e formação dos cooperados, principalmente Diretoria e Conselhos, para elaboração de balancetes, recolhimento de tributos e etc.

Quadro 1 - Metodologia de Incubagem da ITCP/Coppe/UFRJ – Fase I e II

Fonte: Para elaboração do Quadro, foram retirados dados do Roteiro elaborado pela equipe da ITCP/Coppe/UFRJ – 2000,

A proposta da ITCP/Coppe/UFRJ, é que esta metodologia (etapas) de incubagem, possa, se possível, ser desenvolvida em três espaços sociais de acordo com a etapa e as necessidades do grupo/cooperativa assessorada:

- 1 na comunidade: de origem do grupo ou na sede, mesmo que provisória, da cooperativa;
- 2 na incubadora: formação administrativa, contábil, jurídica e a educação para a cidadania;
- 3 no próprio local de trabalho da cooperativa: organização do trabalho e o

acompanhamento das atividades, considerando que o processo de autogestão se dá, durante as várias etapas da incubagem, e se consolida, efetivamente, no processo de trabalho da cooperativa, na participação dos cooperativados nas assembléias e na efetiva atuação da Comissão de Ética, do Conselho Fiscal e da Diretoria, que formam as instâncias administrativas da cooperativa popular.

Como indica o nosso trabalho de campo, algumas ITCP's chegaram a (re)nomear algumas fases e/ou atividades, mas, na essência, permanecem espelhadas nas experiências da ITCP/Coppe/UFRJ até hoje. Podemos verificar esta tendência no Quadro abaixo, de acordo com mais de 50% das ITCP's entrevistadas para esta pesquisa.

INCUBADORAS ENTREVISTADAS	INCUBAGEM DE COOPERATIVAS POPULARES
UFC	Geração de trabalho e renda, envolvendo: diagnóstico social seguido de um processo pedagógico com capacitação profissional, viabilidade econômica e inserção no mercado.
UFJF	Após identificar desejos e necessidades do grupo, indicar procedimentos e encaminhamentos para a cooperativa funcionar, gerando atividade econômica para a sobrevivência, além do desenvolvimento de todo o processo de trabalho de forma participativa.
UFRPE	Não usamos INCUBAGEM, e sim, INCUBAÇÃO. Acompanhamento sistemático que conta com: orientação, assessoria, informação e capacitação profissional.
UNEB	Mobilização, aprendizagem e solidariedade. Fazer o acompanhamento do grupo em todas as fases da cooperativa.
USP	São etapas: sensibilização e organização dos grupos – Curso de formação segundo os princípios do cooperativismo e da economia solidária. Suporte à estruturação legal e à org. administrativa, contábil e jurídica. Investigar a viabilidade econômica e buscar oportunidade de treinamento técnico relacionado à atividade econômica da cooperativa.
UFSCar	Estamos pensando em fazer primeiro um diagnóstico. Discutir com o grupo a atividade viável, orientar a legalização e fazer o acompanhamento para ela se consolidar. Isso envolve parcerias políticas locais.
FURB	Pré-incubagem: expectativas do grupo; Incubagem: processo de qualificação, conhecimento do cooperativismo, das assessorias em diversas áreas/interdisciplinar. Estamos discutindo na ITCP como será a desincubagem.

Quadro 2 - O Significado de Incubagem para algumas ITCP's

Fonte: Entrevista transcrita para esta pesquisa em: janeiro/2002

De acordo com a nossa pesquisa de campo e a nossa experiência profissional, a construção de uma *metodologia de incubagem* que atenda às diferentes demandas dos grupos incubados e norteie a própria práxis das Incubadoras, sempre foi um grande foco de atenção desde a implantação da primeira Incubadora, sendo ainda hoje para a Rede Universitária de

ITCP's²², inclusive para a ITCP/Coppe/UFRJ, um dos desafios para discussão e sistematização que tem permeado constantemente os debates regionais e nacionais²³.

Durante as nossas participações em encontros, seminários e reuniões, bem como nas entrevistas para esta pesquisa, percebemos a existência de dois eixos que impulsionam as discussões acerca da *metodologia de incubagem*, por mais que nunca tenham sido explicitados de forma sistematizada: DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO.

Assim, buscamos relacionar os subitens que parecem compor as principais preocupações das ITCP's em torno da *metodologia de incubagem*, por acreditarmos que, desta forma, poderemos dar alguma contribuição.

1- *DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES.*

Metodologia para:

- a implantação e formação de novas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares;
- o processo de incubagem propriamente dito, que geralmente se constitui em: pré-incubagem, incubagem e, para algumas Incubadoras, desincubagem;
- a realização de intercâmbio / transferência de metodologia para a formação de outras ITCP's.

2- *AVALIAÇÃO.*

Metodologia para:

- avaliar a assessoria - o trabalho de incubagem desenvolvido pela(s) ITCP(s);
- avaliar o desenvolvimento da cooperativa popular incubada sob dois principais aspectos:
 - a) autonomia: legalização, aquisição de SICAF, sede, relação com outros atores sociais, relação com a comunidade, relação com outras instituições/fomento, relação com o cliente, relação intercooperativa / fóruns / redes, conquista e manutenção de mercado;

²² Como podemos confirmar no Projeto Incubadoras de Cooperativas Populares. UNITRABALHO. Apresentado à União Européia em 2000, um dos objetivos da Rede para o triênio (2000-2003) era, "consolidar metodologia específica para incubação de cooperativas populares".

²³ Confirmamos essa demanda nos programas de vários encontros, entre eles: 1- Encontro Universitário para a Criação de ITCP's - RJ, 1999 -1ª mesa: Princípios do Cooperativismo Popular, Metodologias de Incubagem e a Interdisciplinaridade; 2ª mesa: Metodologia de Incubagem: formação de equipe e de cooperativados. 2- Simpósio Nacional da Rede Universitária de ITCP's, Bahia, 2000 - objetivo: "aprofundar a metodologia de incubação que vem sendo utilizada nas 14 universidades que atualmente desenvolvem o referido programa...". 3- 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária da Rede Unitrabalho, São Paulo - 2002 - Painel 1: Metodologia

- b) autogestão: gestão administrativa e financeira, organização do trabalho, socialização de informações, relações de liderança, espaço e opção por educação (formal, profissional, cooperativista e política).

Recorrendo à nossa formação na área da psicologia institucional (sócio-análise) e ao materialismo histórico como apresentamos na Introdução da dissertação, pensamos que um tema tão recorrente (*metodologia de incubagem*), revestido de contradições e conteúdos latentes e manifestos, depositário de grande parte da ansiedade dos agentes educativos (assessores de incubagem), se revela um potencial analisador para o nosso trabalho. Todavia, concentraremos esta tarefa no capítulo IV desta dissertação.

3.2.1 Aprendendo com a ITCP/Coppe/UFRJ: desafios para a formação de uma equipe

A equipe da ITCP/Coppe/UFRJ, a qual integramos durante quatro anos, acumulava algumas reflexões a partir de sua experiência, que apontava para diversos desafios com relação à implantação e à consolidação de uma Incubadora. Considerando que em nenhum estado existiam quadros formados, ou seja, pesquisadores e profissionais com formação cooperativista para a realização das atividades a serem implementadas junto às cooperativas populares, a equipe da ITCP/Coppe/UFRJ relacionou alguns eixos que deveriam receber atenção especial por parte de qualquer universidade/Incubadora que se propusesse a atuar enquanto assessoria para cooperativas populares. Cabe sinalizar que, a formação de qualquer equipe se daria, concomitantemente, durante o próprio processo de incubagem das cooperativas populares.

As questões relacionadas a seguir, sequer, chegaram a ser devidamente trabalhadas e saciadas no interior desta equipe que as levantou. Como já citado no Capítulo I desta dissertação, “*quem tem fome tem pressa*”. O trabalho de *assessoria* às cooperativas populares com extensa carga horária, inclusive nos finais de semana, não permitia que os espaços de estudos/debates/formação da equipe fossem priorizados. Mas consideramos um grande avanço e, uma grande contribuição, os temas apontados.

Por se tratar de um projeto de extensão universitária tão inovador, queremos ressaltar

que, a prática é permeada por temáticas e questionamentos que, como poderemos ver em seguida, não são triviais. Muitos desses questionamentos nascidos durante a relação com os grupos nas comunidades tiveram voz e reflexão em alguns encontros, seminários, fóruns, debates internos, estudos na equipe, etc. Porém, outras questões, ainda hoje, são centrais nos grupos de trabalhos da própria Rede Universitária.

Portanto, não pretendemos uma mera citação de temáticas. Queremos refletir em seguida, sobre a importância que elas assumem para um projeto educativo que busca a transformação social.

<p>a) Necessidade de definição da referência teórico-política para os seguintes temas: globalização; neoliberalismo; reestruturação produtiva; concepções de formação profissional; discurso da “empregabilidade”; estratégias do sindicalismo; políticas compensatórias; economia solidária; as diferentes concepções das instituições que atuam com fomento/assessoria/formação em programas de geração de trabalho e renda; mapeamento das iniciativas de educação popular; aproximação do debate sobre as ações e questões de gênero e etnia no campo dos movimentos sindical e popular; concepção sobre o papel da Universidade e suas diretrizes para a política de extensão.</p>
<p>b) Participação e relações político-institucionais da equipe de uma incubadora: participação em debates e apresentação de trabalhos (fóruns acadêmico, do movimento sindical e popular); elaboração; negociação; acompanhamento e avaliação de projetos.</p>
<p>c) Atividades de formação / assessoria direta às cooperativas: legislação cooperativista (contexto histórico da elaboração da lei e os seus aspectos superados); definições sobre pontos que constituem a essência da identidade cooperativista (princípios, conceituação de ato cooperativo, procedimentos básicos para a formação de uma cooperativa); orientação ao processo de legalização (registro, etapas, exigências, órgãos) e outros procedimentos legais (cadastramento na administração pública – SICAF, certidões, formalização de balanços, declaração de rendimentos, etc); orientação na elaboração / implantação dos estatutos e regimentos internos (compreensão sobre o papel das instâncias e suas eleições, os principais procedimentos para Assembléia Geral Ordinária e Assembléia Geral Extraordinária, orientação sobre capital social, fundos, registros administrativos e contábeis, etc); estratégias de inserção no mercado, estudos de viabilidade econômica, formação de preços, elaboração de planilhas, programas de investimento, aspectos tributários (impostos federais, estaduais e municipais, base de incidência, alíquotas, apuração, lançamentos, instrumentais para controle/planejamento financeiro, balanços contábeis, licitações (habilitação, recursos e elaboração de propostas), implantação de programas de formação, organização do processo de trabalho (identificação das atividades, elaboração de rotinas e definição de papéis, considerando a autonomia e a autogestão do grupo), condução de reuniões, elaboração de diagnóstico e planejamento participativo, etc;</p>
<p>d) Atividades de formação geral relacionadas à metodologia de incubagem: conhecimento sistemático das metodologias utilizadas em programas de educação popular; conhecimento/sistematização de reflexão teórico-metodológica sobre o processo de incubagem; capacidade de trabalhar conteúdos utilizando-se de linguagem e técnicas/dinâmicas que permitam ou facilitem a construção do conhecimento; elaboração de material didático, etc.</p>

Quadro 3 - Temas para a Formação da Equipe de uma ITCP

Fonte: Relatório de Sistematização da Equipe ITCP/COPPE- 2000 (Quadro elaborado para esta pesquisa).

Cada item relacionado no quadro traria aqui uma extensa discussão, mas optamos em nos posicionar de forma sintética, já que iremos retornar à grande parte destas questões, quando fizermos a apresentação e análise dos dados que foram coletados em entrevistas com as coordenações das ITCP’s para esta pesquisa.

Quanto aos itens da letra (a), queremos desde já assinalar que, a necessidade da “*definição de referência teórico-política*” sobre os principais temas e questões do mundo do trabalho, pode apontar para a ausência de referencial educativo mínimo para que as ações de “*incubagem*” e/ou “*assessoria*”, possam ganhar identidade, diretriz, consistência, coerência e respaldo, inclusive para a construção de parâmetros que propicie sistematicamente a sua própria auto-avaliação. A presença de um referencial poderia mobilizar os educadores(as) e os trabalhadores(as) cooperativados(as) para um olhar mais crítico sob as ações desenvolvidas, podendo desencadear as reformulações necessárias, de acordo com as demandas locais e grupais.

Com relação aos itens das letras (b) e (c) queremos destacar a grande demanda que há por “*formação da equipe*” de qualquer Incubadora. Esta formação não é oferecida formalmente, pela grande maioria das universidades ou das próprias ITCP’s, de acordo com a nossa pesquisa. Exceto a USP e a UFRPE que, na sua pós-graduação, ministra cursos diretamente ligados ao mundo do cooperativismo. Contudo, existe uma demanda geral por uma formação que é bem específica, de caráter transdisciplinar, que remete ao cotidiano das Incubadoras e, principalmente, das cooperativas populares incubadas. Este não é um pequeno desafio para os educadores, ainda mais por se verem e serem vistos pelas cooperativas como “*assessores*”. Isto os colocam num nível de responsabilidade e de necessidade de acertos, que qualquer deslize compromete a confiança estabelecida com o grupo incubado. Este “*lugar do saber também tem ônus irreparáveis*” quando os chamados “*assessores*” não correspondem às expectativas das cooperativas. É bom lembrar que normalmente essas expectativas estão no plano da renda, da sobrevivência de forma imediata, o que gera angústia em ambas as partes, já que as dificuldades encontradas para os primeiros passos da cooperativa esbarram na obtenção de crédito e mercado, o que foge da alçada dos ditos “*assessores*” – por mais “*especialistas*” que eles sejam em economia solidária ou qualquer outra área.

O último item, letra (d), ganha ainda mais destaque para a nossa reflexão. Além de confirmar a grande demanda por *formação da equipe* de uma ITCP, ressalta o tipo de formação - “*formação geral relacionada à metodologia de incubagem*”. Acreditamos que este destaque dado à formação em *metodologia de incubagem* não é por acaso. A ausência de um referencial teórico-político que pode estar impedindo e/ou dificultando a construção de um projeto político-pedagógico, coloca o processo de *metodologia de incubagem* restrito ao

plano das técnicas, “*do como fazer*”, sem os necessários embasamentos que sustentarão as atividades educativas, gerando contradições entre o que se deseja alcançar e os métodos utilizados.

Vale lembrar que todos os itens relacionados convergem em uma primeira demanda para nós, ou seja, a priorização da discussão em torno de uma concepção educativa que contemple as dimensões ético-políticas e técnico-científicas com vistas ao projeto societário de caráter socialista, perseguido pelas ITCP’s da Rede Universitária.

3.3 O NASCIMENTO “*INCUBADO*” DA REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES

A Rede de ITCP’s nasceu, de certa forma, “*incubada*” pela ITCP/Coppe/UFRJ, que desde o início de suas atividades foi reconhecida como uma experiência piloto passível de multiplicação para outras universidades, assumindo, a partir 1998, o compromisso de transferir a *metodologia de incubagem* que estava construindo e implementando, além de mobilizar forças que dessem origem a formação da Rede de ITCP’s.

A FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) que já financiava parte do projeto da ITCP/Coppe/UFRJ, na comemoração dos seus 30 (trinta) anos, lançou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), no âmbito do COEP (Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida), em parceria com a FBB (Fundação Banco do Brasil), BB (Banco do Brasil) e COPPE/UFRJ, estabelecendo que cinco Incubadoras seriam criadas no Brasil.

Para que todas as universidades tivessem acesso às informações e a possibilidade de acompanhar o debate da experiência já realizada, foi promovido pela ITCP/Coppe/UFRJ um Seminário Nacional em maio de 1998, no Rio de Janeiro – Centro Cultural Banco do Brasil. Além do lançamento do livro “*Ossos do Ofício: cooperativas em cena aberta*” e o respectivo vídeo, organizados pela ITCP/Coppe/UFRJ, o Encontro deu centralidade à conferência do Prof. Paul Singer/USP sobre Economia Solidária.

Além de lançar o programa de Incubadoras a todas às universidades brasileiras, na verdade, este seminário consolidou o projeto pioneiro da ITCP/Coppe/UFRJ como diretriz

nacional para as demais universidades. Portanto, mesmo sem o caráter de Rede ainda nesse momento, as Incubadoras recebiam a transferência metodológica da ITCP/Coppe/UFRJ que se iniciou com a UFC - Universidade Federal do Ceará, seguida de outras universidades.

Em seguida, uma parceria de grande peso e importância foi com a UNITRABALHO. Esta Rede agrega atualmente 86 universidades e instituições de ensino superior em todo o país, ligadas a estudos e pesquisas na área do trabalho, com articulações nacionais e internacionais. A força da UNITRABALHO possibilitou, nacionalmente, a reunião de esforços para a implementação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, lançada em março de 1999 que, em seis meses, registrou a adesão de novas IES / Instituições de Ensino Superior para implantação de ITCP's.

A UNITRABALHO é uma rede que articula as universidades a ela agregadas por meio de núcleos de estudos e pesquisas sobre o trabalho – já existentes ou que são criados. São núcleos multidisciplinares, denominados Núcleos Locais. Esses Núcleos Locais agrupam-se em sete regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Sul. (...) além de contribuir para o fortalecimento das organizações sociais relacionadas com o Mundo do Trabalho, a UNITRABALHO também busca o fortalecimento das instituições de ensino superior a ela agregadas. (...) desenvolve parcerias com todas as organizações dos trabalhadores, desde que as mesmas tenham idoneidade moral e representatividade social de fato, não levando em consideração as diferenças político-ideológicas existentes entre elas. A UNITRABALHO respeita a autonomia de pensamento destas instituições e, com elas, desenvolve projetos que beneficiem os trabalhadores, por meio de produtos deles resultantes. ({HYPERLINK "http://www.unitrabalho.org.br "}, 2002)

Contudo, esta parceria sofreu muitos descompassos políticos e a relação orgânica até então construída, inclusive com obtenção de financiamento da ICCO para a sistematização das atividades das ITCP's e a criação de um banco de dados, foi rompida em novembro de 2001 em uma reunião do Conselho Técnico na USP, por votação apertada. Até então, a Rede de ITCP's tinha integrado um dos nove programas permanentes da UNITRABALHO. Hoje, apenas algumas Incubadoras vinculadas à Rede de ITCP's mantêm alguma relação/contato com a UNITRABALHO, como podemos confirmar durante a I Conferência Nacional de Economia Solidária da UNITRABALHO, realizada em dezembro/2002 -São Paulo, onde a ausência dos representantes das Incubadoras filiadas à Rede nos chamou a atenção. Vale sinalizar que neste encontro só identificamos a presença de três Incubadoras da Rede Universitária: FURB, USP e UFC.

Esses programas da UNITRABALHO que a Rede de ITCP's integrava, foram

concebidos para articular projetos que materializassem a missão no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão entre a Universidade e os atores sociais, conforme podemos verificar no quadro a seguir :

PROGRAMAS / UNITRABALHO
1. Sistema de Informação e Banco de Dados (SI&BD)
2. Fundo de Miniprojetos
3. Reestruturação Produtiva, Desemprego e Relações de Trabalho
4. Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Economia Solidária e Autogestionária (grifo nosso)
5. Trabalho Rural e Reforma Agrária: Trabalho e Cidadania – Direitos e Participação
6. Programa de Educação e Formação Profissional
7. Trabalho Infantil e Adolescente
8. Saúde e Trabalho: levantamento da produção acadêmica – contribuição para o exercício da cidadania
9. Discriminação no Mundo do Trabalho

Quadro 4 - Programas Permanentes da UNITRABALHO / 2002

Fonte: Site da UNITRABALHO. Acesso em: outubro de 2002.

Vale apontar que, com este rompimento, atualmente a UNITRABALHO está desenvolvendo o Programa de Economia Solidária que reúne várias universidades que fundaram *Incubadoras de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários*, um trabalho similar ao da Rede de ITCP's, mas que envolve, além de cooperativas populares, clube de trocas, associações e empresas autogestionárias, não se restringindo, portanto, a formação de cooperativas populares como a Rede de ITCP's.

Nos parece um grande paradoxo imaginar um movimento que se pretende solidário - já que busca uma economia de solidariedade, com bases em outros valores, como por exemplo, a cooperação – mas que ainda encontra dificuldade em convergir solidariamente entre os seus próprios pares. De certo que as contradições fazem parte do ser humano, mas um limite torna-se necessário para que não inviabilize as forças que possam tornar viável um projeto societário transformador. Com isto, não significa romantizar as relações de poder e muito menos abrir mão da democracia, da multiplicidade, da liberdade de pensamentos e opiniões, mas, qual será o lugar de diálogo em busca de um novo projeto societário?

3.3.1 Rede de ITCP's: uma primeira aproximação

A Rede de ITCP's está atualmente formada por quatorze ITCP's, localizadas em dez

estados brasileiros, envolvendo as regiões nordeste, sudeste e sul, conforme o quadro abaixo.

ITCP's FILIADAS À REDE UNIVERSITÁRIA (por ordem de fundação)	ESTADO	REGIÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	COORDENAÇÃO COLEGIADA DA REDE
1. Univ. Federal do Rio de Janeiro*	Rio de Janeiro	Sudeste	Janeiro -1996	Coord. Geral até 2002/2
2. Univ. Federal do Ceará	Ceará	Nordeste	Maio -1997	
3. Univ. Federal de Juiz de Fora	Minas Gerais	Sudeste	Março - 1998	Coord. Regional Sudeste
4. Univ.Federal Rural de Pernambuco	Pernambuco	Nordeste	Outubro-1998	
5. Univ. Estadual da Bahia	Bahia	Nordeste	Outubro - 1998	
6. Univ. de São Paulo	São Paulo	Sudeste	Outubro - 1998	Atual Coord. Geral 2003
7. Univ. Federal do Paraná* *	Paraná	Sul	Março - 1999	Coord. Regional Sul
8. Fund. Ens. Sup. S. João Del Rei* *	Minas Gerais	Sudeste	Maio - 1999	
9. Univ. Federal de São Carlos	São Paulo	Sudeste	Maio - 1999	
10. Univ. Regional de Blumenau	Santa Catarina	Sul	Junho - 1999	
11. Univ. do Vale do Rio dos Sinos*** *	Rio G. do Sul	Sul	Novembro - 1998	
12. Univ. Católica de Pelotas* *	Rio G. do Sul	Sul	Outubro - 1999	
13.Univ. Federal do Rio G. do Norte****	Rio G. do Norte	Nordeste	Outubro - 2001	Coord. Regional Nordeste
14.Univ. Estadual de Campinas* * * *	São Paulo	Sudeste	Outubro - 2001	

Quadro 5 – Rede Universitária de ITCP's (Quadro atualizado para esta pesquisa)

Fontes: Projeto Incubadoras de Cooperativas Populares/UNITRABALHO (2000); entrevistas realizadas com as ITCP's; relatório de sistematização-UNITRABALHO/ICCO.

(*) coordenação reeleita em 2001;

(**) ITCP não entrevistada, dados coletados através do relatório de sistematização UNITRABALHO/ICCO;

(***) ITCP não localizada para a entrevista e sem relatório de sistematização;

(****) ITCP recém filiada à Rede Universitária.

Esta Rede mantém uma estrutura de Coordenação Colegiada, com mandato de dois anos, composta por um Coordenador Geral e três Coordenadores Regionais das regiões (nordeste, sudeste e sul). Essa coordenação é eleita pelo Conselho Deliberativo que, por sua vez, é formado por um representante de cada Incubadora filiada. Além da estrutura de Coordenação há também os Núcleos Temáticos de caráter permanente, composto por, no mínimo, três representantes de diferentes Incubadoras filiadas, aprovados pelo Conselho Deliberativo e pelos Grupos de Trabalho de caráter eventual, compostos por pessoas indicadas

pelo Conselho Deliberativo.

O Regimento Interno da Rede Universitária de ITCP's define as atribuições das Incubadoras, do Conselho Deliberativo, da Coordenação Colegiada, da Coordenação Geral, do Secretário Geral, dos Núcleos Temáticos e dos Grupos de Trabalho, além de estabelecer a periodicidade e o caráter ordinário e extraordinário das reuniões. As reuniões do Conselho Deliberativo deverão ser realizadas trimestralmente, e da Coordenação Colegiada, quando o Coordenador Geral julgar necessário, ou quando algum membro da Coordenação solicitar.

A Rede Universitária conta com um informativo eletrônico semanal – o REDEINFORMA²⁴ (Anexo B)- para a socialização de informações. Divulga debates, agendas e notícias das ITCP's e do mundo do cooperativismo. Assim como, projetos autogestionários e economia solidária.

Quanto ao financiamento de projetos, cabe à Coordenação Colegiada administrar as receitas e despesas, prestando contas anualmente ao Conselho Deliberativo, através de relatório.

Com relação à sua identidade, verificamos no seu Estatuto²⁵ que:

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares é constituída por um conjunto de Incubadoras vinculadas de forma interativa e dinâmica, favorecendo a transferência de tecnologias e de conhecimentos, sendo **agentes de processos educativos para a cooperação e a autogestão** [grifo nosso], constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das Universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares (aquelas criadas por iniciativa de grupos de desempregados ou que se encontram em situação de trabalho precarizado). (Art.1º e 2º)

Podemos observar que, se por um lado as ITCP's se auto definem enquanto “assessoria” na maioria dos seus documentos e publicações, por outro lado, a Rede Universitária as apresenta enquanto agentes educativos. Acreditamos que entre assessoria e agente educativo há uma diferença qualitativa e determinante na prática pedagógica. Na medida em que se desloca da aparência para a essência do objeto de pesquisa, nossos objetivos vão ganhando cada vez mais relevância.

²⁴ Contato pelo e-mail: { HYPERLINK "mailto:Redeinfo@incubcoop.coppe.ufrj.br" }.

Como agentes educativos as ITCP's assumem uma responsabilidade para além da orientação técnica "imediatamente interessada", ou seja, assumem a responsabilidade de um processo educativo que possa potencializar os cooperativados e cooperativadas nas suas dimensões ético-políticas e técnico-científicas.

Podemos constatar também pela nossa pesquisa que as Incubadoras filiadas à Rede Universitária já incubaram e/ou incubam, aproximadamente, 137 (cento e trinta e sete) cooperativas populares, e formaram 8.686 (oito mil, seiscentos e oitenta e seis) trabalhadores e trabalhadoras, tendo viabilizado, em média, 5.677 (cinco mil, seiscentos e setenta e sete) postos de trabalho²⁶. Estes números, por mais que sejam modestos frente ao desemprego estrutural, expressam o esforço das ITCP's em construir bases para que o trabalho autogestionário se edifique.

3.3.2 Princípios e Critérios para a Filiação de ITCP's

De acordo com o Estatuto da Rede Universitária, o papel da Rede bem como os seus princípios são:

Reafirmar os princípios da Aliança Cooperativista Internacional; conceber a Universidade como uma instituição a ser respeitada como *lócus* de produção e socialização de conhecimento, com autonomia crítica e produtiva; desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da **economia solidária** [grifo nosso]; estimular a intercooperação promovendo a produção e a socialização dos conhecimentos entre Incubadoras, e destas com o meio universitário, outras redes afins e a sociedade; estimular a criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares promovendo, disseminando e orientando a aplicação de seus princípios e sua inserção na Rede; organizar-se autonomamente e se relacionar com outras Redes, que conjuguem objetivos convergentes; trabalhar na constituição, consolidação e integração das cooperativas populares, fortalecendo, subsidiando e respeitando a autonomia dos Fóruns e Redes que estão integradas. (Art. 3º)

Quanto à filiação de outras Incubadoras, o Art. 6º do Estatuto estabelece que,

Poderão se filiar à Rede, as Incubadoras de Instituições de Ensino Superior que demonstrarem coerência com os princípios já citados, apresentando uma manifestação por escrito à Coordenação Geral da Rede, acompanhada de memorial, além de programar uma visita de representantes de uma Incubadora da região, proporcionando o conhecimento *in loco* de suas atividades. A decisão sobre a filiação será de competência do Conselho Deliberativo da Rede Universitária.

²⁵ Documento em Anexo aprovado em reunião do dia 29/04/1999 por oito Incubadoras presentes.

²⁶ Vale lembrar que este levantamento foi realizado em 2003/1.

Com relação ao trabalho que a Rede Universitária vem desenvolvendo, a sua então Coordenação Geral no período de 2000-2002 avalia positivamente.

...o contínuo desenvolvimento desse processo e da metodologia de incubação por parte das universidades vêm gerando inúmeros **subprodutos** inovadores como: **metodologia de formação em gestão, contabilidade, administração, marketing e qualidade total** para a população com **baixa escolaridade**; **metodologia de cursos de capacitação profissional** para serviços considerando as variantes tecnológicas; **metodologias de pesquisa de mercado** [grifos nossos] voltada a pequenos empreendimentos, etc. (...) Esta Rede tem entre seus principais objetivos o intercâmbio de experiências entre técnicos e cooperativados; a produção de conhecimento e metodologia; independência; e fomento de uma Rede Nacional (...) busca articular as experiências acumuladas pelas universidades no suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares. (...) promover a inserção e a melhoria de qualidade de vida de comunidades marginalizadas, e a produção e socialização dos conhecimentos. (GUIMARÃES, 2000, p. 112-115).

Queremos destacar que, o viés produtivista disseminado pela pedagogia do capital parece que foi, pelo menos em parte, incorporado pelo discurso desta coordenação. Além de denominar os processos educativos de “subprodutos” – qualificando-os segundo a lógica de mercado e reduzindo-os a “sub” – considerou a vertente da “qualidade total” uma conquista no trabalho educativo das ITCP’s. Podemos assim conjecturar que, a lógica mercadológica “imediatamente interessada” na produção e na reprodução do capital, pode estar perpassando as ações das Incubadoras, nos deixando importantes pistas para a análise que será realizada no Capítulo IV.

CAPÍTULO 4 O BRASIL DE MUITAS “INCUBAGENS”



Mapa elaborado para esta pesquisa

4.1 “MAPEANDO” AS ITCP’S

Antes de fazer referência especificamente às Incubadoras filiadas à Rede Universitária de ITCP’s, será apresentado o levantamento elaborado para esta pesquisa, de todas as Incubadoras Universitárias no Brasil, sejam elas, de *cooperativas populares* ou de *empreendimentos econômicos solidários*. A ITCP da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN e da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, no momento do primeiro levantamento de dados para a pesquisa, ainda não haviam se filiado à Rede Universitária de ITCP’s. Contudo, posteriormente houve acesso aos respectivos relatórios de sistematização (Projeto Incubadores – UNITRABALHO / ICCO), o que possibilitou a inclusão destas ITCP’s, bem como a coleta e a atualização de importantes dados.

Como Gaiger (2003, p. 135-142), entendemos por *empreendimentos econômicos solidários*, “...as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade”. Esta perspectiva de organização envolve, grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão que combinam suas atividades econômicas com ações educativas e culturais, partindo de uma nova racionalidade produtiva que se diferencia do capitalismo, através do seu viés solidário. Certamente, as *cooperativas populares* também poderiam ser consideradas *empreendimentos econômicos solidários*.

Quanto à denominação, *cooperativas populares* utilizada pela maioria das ITCP’s, construímos sua significação a partir da nossa experiência profissional e das entrevistas realizadas com as mesmas, já que esta definição não se encontra ainda sistematizada. Qual seria a diferença entre as cooperativas populares e as demais?

Como revelaram algumas entrevistas:

...é o cooperativismo [popular] que realmente consegue ter como meta central a autogestão, a cooperação e os princípios do cooperativismo como desafio. Viver a democracia e a solidariedade, privilegiando o meio popular e lutando por uma legislação justa. (Informação verbal)¹

¹ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/FURB.

É um “movimento” envolvendo cooperativas formadas por população de setores excluídos e que se diferenciam das cooperativas convencionais, buscando serem cooperativas legítimas. (Informação verbal)².

O popular é pelo público alvo que trabalhamos, o que implica um enfoque específico – crédito especial, formação, legislação, etc... Trabalhar diferente os desiguais. (Informação verbal)³

Não pode ser omitido que, por mais que a maioria das ITCP's tenha expressado uma compreensão “afinada” acerca da denominação *popular*, isso ainda não é consenso na Rede Universitária. Como também foi verificado nas entrevistas:

Diferencia-se do cooperativismo “tradicional”, e não é só por uma questão de baixa renda, pois, há “cooperativas fraude” até dentro das comunidades. Tivemos uma discussão com o pessoal da ITCP/Coppe/UFRJ e dissemos que esse termo seria inadequado. Em termos pedagógicos ele não aponta uma diferenciação por si só, a diferenciação está na autogestão, na distribuição de renda, na inserção do trabalho sem a subordinação. Cooperativismo e Autogestão marca mais esse lugar do que o termo *popular*. (Informação verbal)⁴

Não usamos muito o termo popular, optamos mais por cooperativismo somente (...) Não nos preocupamos em criar um novo termo para o cooperativismo, e sim, resgatar a sua essência. O público também faz um diferencial, pois não é uma UNIMED! Essa discussão na Rede é... algumas ITCP's não querem usar o termo popular, outras fazem questão, ainda não está resolvido. (Informação verbal)⁵

As controvérsias sobre a denominação *popular* não provocam surpresa. Partindo do princípio que a proposta de *cooperativas populares* é relativamente nova, é natural que haja debates e estudos, além da construção democrática, processual e responsável da sua identidade. Identidade esta, que possa refletir a intencionalidade do seu projeto educativo e societário.

Em síntese, consideramos que as *cooperativas populares* se diferenciam das demais cooperativas - chamadas de “tradicional” ou “convencionais” – pelo perfil dos trabalhadores envolvidos nas mesmas, os quais são prioritariamente trabalhadores e trabalhadoras de comunidades de baixa renda, com pouca qualificação profissional, baixa escolaridade, em situação de desemprego ou trabalho precarizado. Partindo desse contexto, as ITCP's buscam assegurar junto a essas *cooperativas populares*, a autogestão e os princípios universais do cooperativismo, além de lutarem por mudanças na legislação cooperativista que possam reforçar a viabilidade econômica desses grupos que se encontram em desigualdade social.

² Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFSCar.

³ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UNEB.

⁴ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFC.

⁵ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFJF.

Quanto ao mapeamento geral, identificamos vinte e cinco⁶ Incubadoras, apresentadas aqui pela ordem cronológica de fundação. Deste universo, onze (11) delas *não* estão filiadas à Rede Universitária de ITCP's, não integrando assim, o nosso campo de pesquisa. Como já apresentado no Capítulo III, a Rede Universitária está atualmente composta por quatorze (14) Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que se encontram demarcadas em azul no quadro a seguir.

UNIVERSIDADE	Fundação da Incubadora	UNIVERSIDADE	Fundação da Incubadora
1- UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro	janeiro de 1996	13- UNOCHAPECÓ	agosto de 1999
2- UFS Universidade Federal de Sergipe	1997	14- UCPel Universidade Católica de Pelotas	outubro de 1999
3- UFC Universidade Federal do Ceará	maio de 1997	15- FURB Fundação Universidade Regional de Blumenau	novembro de 1999
4- UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora	março de 1998	16- UA Universidade Federal do Amazonas	outubro de 2000
5- UNEMAT Universidade do Estado de Mato Grosso	maio de 1998	17- UFPA Universidade Federal do Pará	março de 2001
6- UNEB Universidade da Bahia	outubro de 1998	18- UNISO Universidade de Sorocaba	maio de 2001
7- UEM Universidade Estadual de Maringá	outubro de 1998	19- UFPB Universidade Federal da Paraíba	setembro 2001
8- FUNREI Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei	março de 1999	20- UFRN Universidade Federal do Rio G. do Norte	outubro de 2001
9- UFPR Universidade Federal do Paraná	março de 1999	21- UNICAMP Universidade Estadual de Campinas	outubro de 2001
10- UFSCar Universidade Federal de São Carlos	abril de 1999	22- UNIMEP	abril de 2002
11- USP Universidade de São Paulo	abril de 1999	23- UFAL Universidade Federal de Alagoas	
12- UFRPE Universidade Federal Rural de Pernambuco	maio de 1999	24- UFSC Universidade Federal de Santa Catarina	
		25- UNISINOS Universidade do Vale do Rio dos Sinos	

Quadro 06 - Relação das Incubadoras no Brasil (Quadro elaborado para esta pesquisa).

Fonte: Projeto Incubadores 2001-Relatórios de Sistematização. Convênio: UNITRABALHO/ICCO/Junho de 2002.

ITCP filiada à Rede Universitária

⁶ Cabe ressaltar que esse número cresce rapidamente, e este levantamento foi realizado no mês outubro/2002. Em anexo, consta endereço e contato de cada uma delas.

Com este mapeamento geral objetivamos ressaltar o grande número de Incubadoras implantadas em universidades⁷, sejam elas de *cooperativas populares*, ou de *empreendimentos econômicos solidários*. Isto nos indica o aumento da responsabilidade das universidades quanto aos aspectos éticos-políticos e técnico-científicos dos projetos de educação de trabalhadores. Diferentemente de outras organizações, a universidade enquanto *locus* de produção do conhecimento no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, assume uma crucial tarefa no que diz respeito à elaboração teórico-prática dos processos de “incubagem”.

Quanto às ITCP’s da Rede Universitária, importantes informações deste universo foram organizadas. A relevância deste mapeamento cresceu, quando percebemos durante a pesquisa, que estas informações não se encontravam sistematizadas pelas ITCP’s ou pela Rede Universitária. Portanto, o referido mapeamento poderá dar algumas contribuições para a própria Rede e para futuras pesquisas.

Conforme a Tabela abaixo, poderá ser identificado o número de *cooperativas populares* incubadas; o número de trabalhadoras e trabalhadores envolvidos; as atividades econômicas realizadas e o número de postos de trabalho viabilizados.

Tabela 2 - Mapeamento da Incubagem na Rede Universitária de ITCP’S

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES filiadas à REDE UNIVERSITÁRIA	Cooperativas legalizadas	Atividades econômicas desenvolvidas	Trabalhadores cooperativados	Postos de trabalho
1. Univ. Federal do Rio de Janeiro	23	Serv. gerais, lavanderia, eletricidade, construção civil, alimentação, costura, portaria e segurança, baby sitter e manutenção.	1.300	859
2. Univ. Federal do Ceará	20	Portaria, limpeza geral e hospitalar, eletricista, culinária, telefonia, setor energético, artesanato, contabilidade, educação popular, turismo, pesca, produção agrícola (café), farmácia, mecânica, costura, constr. civil e apicultura.	1800	1.298

⁷ Não foi incluído neste levantamento, Incubadoras que atuam com outro tipo de empreendimento. Ou seja, que não se afinam com os princípios e ideais das *cooperativas populares* e/ou dos *empreendimentos econômicos solidários*, como por exemplo, as Incubadoras de Empresas.

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES filiadas à REDE UNIVERSITÁRIA	Cooperativas legalizadas	Atividades econômicas desenvolvidas	Trabalhadores cooperativados	Postos de trabalho
3. Univ. Federal de Juiz de Fora	10	Conser. e limpeza, vigia, porteiro, construção civil, apoio adm., recepcionista, auxiliar de biblioteca, instalação e manutenção de softwares / hardwares / redes locais, desenvolvimento de sistemas, curso de computação, consult. em inform., entrega rápida (motos), assistência à saúde, técnicos em enfermagem, baby sitter, garçons, gerenc. de eventos, serviços de cozinha, motoristas de caminhão, artesanato, catad. de papéis e latas.	349	200
4. Univ. Federal Rural de Pernambuco	05	Peq. agricult., costura, turismo, serv. gerais, manut. e inst. de equip.	150	75
5. Univ. Estadual da Bahia	06	Produção, panificação e buffet, reciclagem e artefatos de papel, artesanato em sisal e couro, serviços setor elétrico, alimentação e artesanato geral.	258	93
6. Univ. de São Paulo	15	Reciclagem de materiais inorgânicos, psicologia, engenharia, arquitetura, alimentação, jardinagem, construção civil, telefonia, informática, indústria química e sociologia.	1775	575
7. Univ. Federal do Paraná	16	Embalagens e artefatos em madeira, serviços gerais, agroindústria, confecção de acolchoados em lã de carneiro, artesanato, apicultura, taxistas, comercialização de carne de siri e babaçu, telecomunicações e informática, costura, turismo, portaria, reciclagem inorgânica e panificação.	502	502
8. Fund. Ens. Sup. de S. João Del Rei	14	Vigilância, constr. civil, mototaxi, transp. alternativo (Vans), serviços Gerais, mineração, fiação textil, turismo, manutenção ferroviária, artesanato, transporte de cargas, produção de alimentos, olaria e apicultura.	594	472

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES filiadas à REDE UNIVERSITÁRIA	Cooperativas legalizadas	Atividades econômicas desenvolvidas	Trabalhadores cooperativados	Postos de trabalho
09. Univ. Federal de São Carlos	13	Limpeza, reciclagem, costura, artesanato, fabricação de blocos de concreto, panfletagem, serviços rurais, alimentação e horta orgânica.	266	266
10. Univ. Regional de Blumenau	07	Música, transporte, terraplanagem e pavimentação, alimentação, artesanato, confecção de cordões e cadarços, e costura.	302	302
11. Univ. do Vale do Rio dos Sinos	-----	-----	-----	-----
12. Univ. Católica de Pelotas	05	Limpeza e portaria, laticínios, metal mecânica e reciclagem.	790	790
13. Univ. Federal do R. G. do Norte	03	Agricultura, teatro.	245	245
14. Univ. Estadual de Campinas	0	Limpeza geral e hospitalar, seleção de resíduos sólidos, produção de alimentos, construção civil e conservação.	355	0
TOTAL	137		8.686	5.677

Tabela elaborada para esta pesquisa.

Fonte: Entrevistas com as ITCP's e Relatórios de sistematização/UNITRABALHO/ICCO – Projeto Incubadores

Foi verificado através dos dados coletados que atualmente a Rede Universitária de ITCP's viabiliza a incubagem de, aproximadamente, cento e trinta e sete (137) *cooperativas populares* envolvendo, oito mil, seiscentos e oitenta e seis (8.686) trabalhadores e trabalhadoras⁸. Com certeza, esses números são modestos se comparados com os números do desemprego e da precarização do trabalho no Brasil (conforme o cenário apresentado no Capítulo I). Contudo, o movimento do cooperativismo *popular*, tendo a economia solidária como perspectiva, vem crescendo rapidamente e já aponta para a possibilidade de consistentes interferências nas políticas públicas. Entre outras ações, vale lembrar a intenção do atual Presidente da República – Luiz Inácio Lula da Silva – em criar a Secretaria de Economia Solidária.

⁸ Este universo sofre constante variações, as quais se devem a adesões e saídas de trabalhadores e trabalhadoras das cooperativas por diversos motivos.

Com relação à Tabela 2, também pode ser observado que o número de trabalhadores e trabalhadoras (5.677) que já conquistaram postos de trabalho representa (65,35 %) do total de trabalhadores e trabalhadoras que, apesar de estarem participando do processo de formação cooperativista, ainda não conseguiram trabalho e, conseqüentemente, remuneração através da cooperativa. O fato destes postos de trabalho estarem relacionados à prestação de serviços (conforme o Gráfico abaixo), a remuneração mensal dos trabalhadores e trabalhadoras fica garantida em contrato. Diferente das cooperativas que trabalham no ramo da produção que além de dependerem de capital para a produção, dependem também do escoamento da mesma.

Essa realidade é preocupante, pois sabemos que sem trabalho e renda os trabalhadores e trabalhadoras se distanciam do processo de formação. Com isto, cabe ressaltar que o tempo da sobrevivência é diferente do tempo da formação e da inserção da *cooperativa popular* no mercado, colocando para as ITCP's desafios de grande ordem, principalmente com relação ao seu projeto educativo.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), as atividades econômicas das cooperativas no Brasil estão distribuídas em treze (13) ramos: Agropecuário; consumo; crédito; educacional; especial; habitacional; infraestrutura; mineral; produção; saúde; trabalho; turismo e lazer; transporte. Seguindo este mesmo critério, pode ser visualizado no Gráfico a seguir, uma grande concentração de *cooperativas populares* nos ramos⁹ TRABALHO e PRODUÇÃO.

⁹ Disponível na Internet: { HYPERLINK "<http://www.ocb.org.br>" }. Acesso em: 15/05/2003.

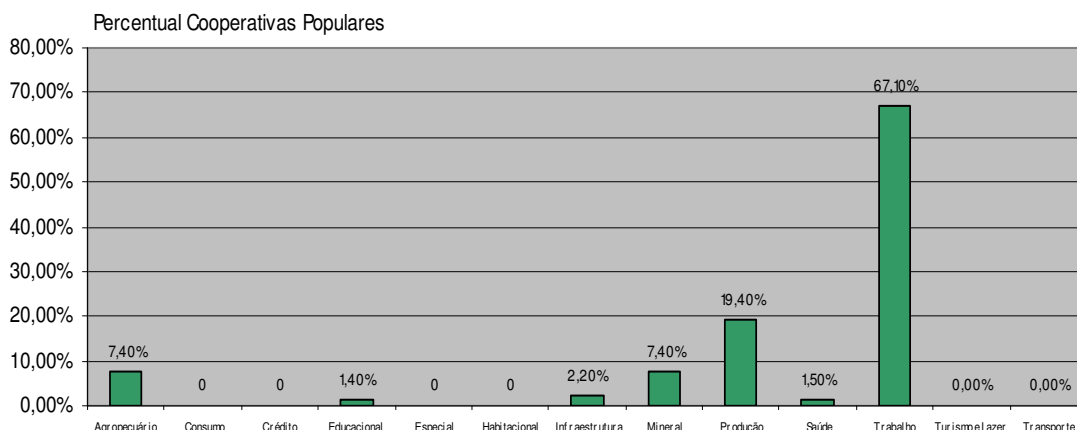


Gráfico 1 - Atividades Econômicas Desenvolvidas pelas Cooperativas Populares da Rede Universitária de ITCP's

Comparando as atividades das *cooperativas populares* da Rede Universitária com o levantamento da OCB¹⁰ quanto às atividades das cooperativas no Brasil, percebemos que tanto na Rede Universitária quanto no levantamento da OCB, existe uma grande concentração de atividades no ramo TRABALHO. Isto nos leva a concluir que o cooperativismo está realmente ancorado nas atividades deste ramo, o que se deve à reestruturação produtiva em curso, implementada pelo modelo neoliberal de acumulação de capital.

Existem polêmicas que cercam os ramos de atividades (PRODUÇÃO e TRABALHO), devido ao crescente número de “cooperगतos”, ou seja, as falsas cooperativas que surgem para atender aos interesses dos empresários capitalistas que precarizam as relações de trabalho. Essa precarização se dá, principalmente, através dos direitos trabalhistas que são eliminados, e do exercício do autoritarismo das “chefias” de caráter e intencionalidade capitalista. É na verdade, um debate que caminha no fio da navalha, pois, há os que defendem a propagação das cooperativas de trabalho e de produção, por terem outro entendimento quanto à sua verdadeira potencialidade, além de defenderem que as mesmas devam ser diferenciadas das “cooperगतos”.

As necessárias considerações acerca dos riscos em torno desses ramos de atividades apontam para alguns desafios a serem discutidos e superados, ou seja, a garantia da autenticidade e da autonomia das cooperativas que buscam um novo projeto societário.

4.2 ALGUNS REFERENCIAIS PARA A ANÁLISE DO PROJETO EDUCATIVO

Nosso trabalho de campo teve como base as entrevistas realizadas com os coordenadores e membros das equipes das ITCP's¹¹ durante o IV Seminário Internacional da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo. Além disso, analisamos parte dos relatórios elaborados pelas Incubadoras, relativos ao Projeto Incubadores (Convênio UNITRABALHO / ICCO).

Quanto ao roteiro de entrevistas¹², organizamos sete blocos de questões buscando conhecer alguns elementos ético-políticos e técnico-científicos fundamentais para a identificação das potencialidades e contradições existentes entre o projeto educativo e o projeto societário de viés socialista anunciado pelas ITCP's da Rede Universitária. Conforme apresentado na introdução deste trabalho, dentre muitos, elegemos os seguintes elementos:

1- Sobre a composição da equipe da ITCP:

Os procedimentos, critérios e a preparação da equipe de “assessores-educadores”, desde a seleção até a formação, podem ser um indício do projeto educativo das ITCP's, expressando os atributos desejáveis para um educador popular. A predominância de “assessores-educadores” oriundos de uma determinada área de conhecimento (tecnológica ou humana) pode indicar a perspectiva - tecnicista ou integral - de formação de trabalhadores. Considerando que o processo de “assessoria” implementado pelas ITCP's seja eminentemente educativo, também está em questão as potencialidades de uma ação educativa interdisciplinar ou transdisciplinar que favoreça a formação omnilateral.

2- Sobre a estrutura interna da ITCP:

Verificar em que medida a organização interna das ITCP's assume uma perspectiva mais verticalizada ou horizontalizada, através dos cargos, setores, hierarquias, divisão do trabalho, instâncias de decisões, entre outros. Isto poderá apontar para a existência de contradições entre a *filosofia/cultura* cooperativista - ancorada na autogestão - e a *cultura* que é, de fato, implementada no interior das ITCP's, o que, conseqüentemente, comprometeria o trabalho educativo implementado, tendo em vista uma nova cultura do trabalho.

¹⁰ Disponível na Internet: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: 15/05/2003.

¹¹ No período de 26 a 29 de setembro de 2001 – Curitiba – Paraná – Brasil, atualizadas e validadas em 2002/2.

¹² Ver Apêndice A.

Ao buscar no materialismo histórico e na sócio-análise, a metodologia dialética que permita uma maior aproximação da essência do objeto de estudo; conhecer a estruturação interna das ITCP's ganha um lugar de relevância. Contudo, é importante lembrar que, não há a pretensão de tecer aqui um diagnóstico institucional das mesmas, por mais que seja um trabalho de suma importância. Para um diagnóstico institucional deveriam ser percorridos outros caminhos na investigação, o que não caberia a uma dissertação de mestrado que envolve quatorze (14) organizações/ITCP's. Todavia, acreditamos que a pesquisa por nós realizada – um inédito mapeamento da Rede Universitária de ITCP's, buscando conhecer as potencialidades e contradições entre o seu projeto societário e educativo - poderá favorecer o desenvolvimento de novos trabalhos e, posteriormente, o aprofundamento deste.

3- Sobre os vínculos sociais da ITCP e da cooperativa popular incubada:

Mesmo levando em conta que as ITCP's filiadas à Rede já configuram uma articulação - a Rede em si - parece fundamental uma articulação para além da própria Rede, ou seja, junto aos diversos movimentos sociais que corroborem com a perspectiva ética, política, educativa e econômica das ITCP's e das cooperativas incubadas.

4- Sobre as parcerias estabelecidas pela ITCP:

Conhecer as parcerias de financiamento das ITCP's, pois toda parceria pressupõe algum nível de intervenção e/ou compromisso conjunto. Assim, dependendo da perspectiva político-ideológica da parceria firmada, é possível inferir acerca de alguns riscos, potencialidades e contradições entre o projeto educativo e societário das Incubadoras.

5- Sobre o papel educativo das ITCP's e as principais ações implementadas:

Conhecer o entendimento das ITCP's quanto ao seu papel educativo, suas opções teórico-metodológicas, as atividades educativas realizadas, a existência de projetos político-pedagógicos e que tipo de ser humano buscam formar, possibilita uma maior aproximação das tendências, opções e concepções do seu projeto educativo. Cabe a esta pesquisa, em especial, analisar se estes elementos educativos potencializam esforços com vistas a um novo projeto societário – de caráter socialista, anunciado pela Rede Universitária.

6- Sobre a economia solidária no processo de incubagem da ITCP:

Sendo a economia solidária a perspectiva econômico-social anunciada pelas ITCP's e, conseqüentemente pela Rede Universitária, buscaremos apreender em que medida a mesma

encontra-se no plano teórico e/ou no plano prático. Parece fundamental também, conhecer se entre as ITCP's há uma compreensão comum, ou se há forte divergência quanto à definição e perspectiva societária da economia solidária.

7- Sobre a representação da Rede Universitária para a ITCP:

Finalmente, buscaremos conhecer algumas expectativas das ITCP's com relação à Rede Universitária, além do papel que é atribuído a ela.

Essas informações e reflexões cumprem uma função importante para nós, bem como para futuras pesquisas, na medida em que as mesmas não se encontravam sistematizadas e/ou divulgadas. Desta forma, tendo como principal fonte a nossa experiência na ITCP/Coppe/UFRJ e as informações coletadas nas entrevistas, um dos grandes desafios é relativizar as análises, reconhecendo a provisoriedade das mesmas. Como apontou Gramsci (1978, p. 118), "...uma fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada após ter superado todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo, a não ser por hipóteses (declaradamente)".

4.3 PROJETO EDUCATIVO E PROJETO SOCIETÁRIO: ALGUNS ELEMENTOS INDICATIVOS

Para diferenciar as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares filiadas à Rede Universitária (nosso campo de pesquisa) das demais Incubadoras, será adotado deste ponto em diante, a sigla ITCP ou ITCP's para a referência.

Das quatorze ITCP's filiadas à Rede até 2003/1, entrevistamos oito e coletamos informações das demais a partir da coletânea dos relatórios que nos referimos acima. Exceto, da ITCP da UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) que não disponibilizou até a data desta pesquisa, o seu relatório para o Projeto Incubadores - UNITRABALHO / ICCO.

A pesquisa de campo revelou que nenhuma ITCP havia sistematizado critérios para a seleção da sua equipe de "assessores-educadores". Como pode ser percebido nas falas abaixo, por unanimidade, o único pré-requisito para que um "assessor-educador" possa integrar a equipe de uma ITCP, é a sua afinidade com trabalho comunitário.

A afinidade do interessado com o trabalho e com o público alvo... (Informação verbal)¹³

Selecionamos quem se identificou com o trabalho da Incubadora... (Informação Verbal)¹⁴

Até agora, foi aberto às pessoas que tinham interesse nesse tipo de trabalho, mas estamos repensando essa questão. (Informação verbal)¹⁵

A maioria das ITCP's revelou também que existe um alto nível de rotatividade nas equipes. Isto se deve, pelo fato das mesmas contarem, em grande escala, com alunos bolsistas dos mais diversos cursos. Estes se desligam das ITCP's por vários motivos: conclusão do curso, outro estágio com melhor remuneração, interesse em diversificar a experiência, entre outros.

Com esses dados, podemos inferir que, na composição das equipes, há um perfil que se define predominantemente por um viés pragmático e voluntarista. Acreditamos que a inserção dos componentes da equipe em um trabalho de campo pode favorecer a articulação entre teoria e prática. Afinal, tanto para os trabalhadores das *cooperativas populares*, como para os trabalhadores “assessores-educadores” que terão a co-responsabilidade no processo educativo, político e econômico de *cooperativas populares*, vale a contribuição de Gramsci (1982, p. 08):

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador, “persuasor permanente” já que não, apenas orador puro – e superior - todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a “dirigente” (especialista mais político).

Quanto à predominância de uma determinada área de conhecimento, foi verificado que, 52% dos “assessores-educadores” das ITCP's são oriundos da área das ciências humanas e sociais¹⁶ e, 48% das ciências exatas e tecnológicas¹⁷, como mostra o Gráfico a seguir:

¹³ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFRPE.

¹⁴ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UNEB

¹⁵ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFSCar

¹⁶ Serviço social, Psicologia, Filosofia, Sociologia, Direito, Ciências Sociais, entre outras.

¹⁷ Contabilidade, Administração, Engenharia, Programação Visual, Informática, entre outras.

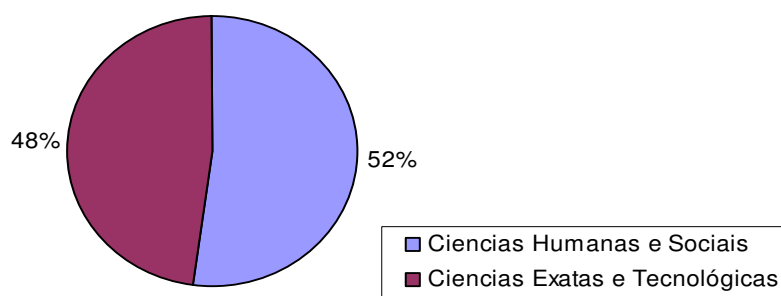


Gráfico 2 - Áreas Científicas na Rede Universitária de ITCP's

Se, por um lado este equilíbrio entre as áreas pode indicar uma perspectiva interdisciplinar que favoreça a formação omnilateral de trabalhadores, por outro, causa estranheza a ausência do profissional de educação na maioria delas. Num total de aproximadamente cento e trinta e um (131) profissionais em toda a Rede Universitária entre, alunos, professores e técnicos, somente nove (09) são da área de educação, representando assim (6,87 %) do total geral, conforme o Gráfico abaixo:

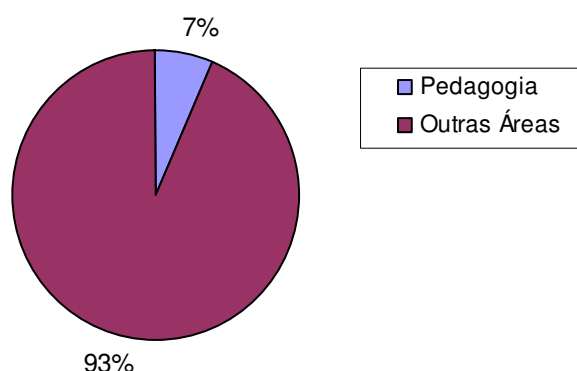


Gráfico 3 - Profissionais de Pedagogia na Rede Universitária de ITCP's

Vale ressaltar que a educação não se restringe ao espaço escolar, na verdade, ela ultrapassa os muros da escola. Como afirma Paulo Freire (1987, p. 68), “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Todavia, isso não significa dizer que a educação é “terra de ninguém”. É importante que as equipes das ITCP's também sejam formadas por educadores que se dediquem ao estudo da educação.

Quanto à coerência entre a organização interna das ITCP's (divisão do trabalho, instâncias de decisão, entre outros) e a filosofia cooperativista ancorada na autogestão, foi identificado uma contraditória verticalização na grande maioria (80%). Contudo, vale destacar o esforço da ITCP da Universidade de São Paulo (USP), a qual define sua estruturação interna como "circular", coerentemente com a estrutura democrática de uma *cooperativa popular*. Esta estrutura é composta pelos Conselhos: Orientador¹⁸ e Acadêmico¹⁹ além da Coordenação Geral eleita por um período pré-determinado, com rotatividade de um ano. Durante a entrevista com a ITCP/USP, a coordenação ressaltou ainda que:

...os coordenadores em nenhum momento deixam de ser formadores e continuam trabalhando junto às comunidades/grupos. Este modelo de gestão democrática - com rodízio na coordenação - possibilita a outros integrantes da equipe [alunos e professores] esta importante vivência e responsabilidade, independente se o vínculo institucional é docente ou discente.

Segundo os tradicionais modelos de coordenação - característicos do modelo taylorista-fordista de produção - na maioria das ITCP's, as equipes são organizadas de forma compartimentada, hierarquizada e com o poder de decisão centralizado na coordenação que, normalmente, é exercida exclusivamente pelos professores da universidade. São também constituídas segundo a lógica das "etapas de incubagem", lembrando uma "linha de montagem": equipe de mobilização, equipe de capacitação, equipe de gestão, equipe de legalização, equipe de viabilização econômica, equipe de crédito e mercado, equipe de administração e contabilidade, entre outras. Esta fragmentação somada à estrutura verticalizada pode ser o indicativo de uma concepção fragmentária de ser humano. Portanto, parece que além do distanciamento da perspectiva integral de educação, há também uma possível fragilização do princípio da autogestão. Princípio este, tão caro *ao cooperativismo popular*.

Ter a autogestão como horizonte ético, político, ideológico, educativo e econômico requer novos comportamentos e novas estruturas organizativas não apenas na *cooperativa popular* a ser incubada, como também na própria ITCP. Nascimento (2003, p. 226), quando elabora o verbete "socialismo autogestionário" para o Dicionário A OUTRA ECONOMIA nos lembra que:

¹⁸ Que conta com a participação de alunos, professores, funcionários, comunidade e cooperativados.

¹⁹ Conta com a participação de 04 professores, 02 alunos de pós-graduação, 02 alunos de graduação oriundos do Conselho Orientador. Vale acrescentar que o Conselho Acadêmico é eleito pela ITCP e ratificado pelo Reitor da universidade.

A autogestão é a construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centro de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontrem nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos. (1ª Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário. Lisboa, maio de 1978)

Quanto à dinâmica que a mesma assume nos grupos autogeridos, tendo em vista a sua perspectiva plena, Baremblytt (2002, p. 139) traz importantes observações no glossário da análise institucional. Para ele,

...todo processo instituinte-organizante implica em uma certa divisão técnica do trabalho, assim como alguma especialização nas operações de planejamento, decisão e execução. Essas diferenças podem implicar hierarquias, mas as mesmas não envolvem escalas de poder. Os conhecimentos essenciais são compartilhados e as decisões importantes tomadas coletivamente. As hierarquias correspondem a diferenças de potência, capacidades produtivas que visam a vontade comunitária.

Assim, dois fatores, dentre tantos outros, revelam-se centrais nesse perfil contraditório da maioria das ITCP's. O primeiro parece estar relacionado com a rígida estrutura hierárquica instituída nas universidades. Sendo as universidades – organização máxima do poder do saber e ao mesmo tempo lócus de desenvolvimento das ITCP's e das *cooperativas populares* – romper com este modelo hierárquico, principalmente no que diz respeito à democratização do poder decisório, torna-se uma tarefa quase inaudita para as ITCP's, gerando inúmeras ambigüidades e conflitos para as equipes dos “assessores-educadores”. O segundo é que, mesmo que as ITCP's não estivessem organicamente ligadas à academia/universidade, ainda assim os seus “assessores-educadores” estariam atravessados pela lógica das relações sociais capitalista que é fortemente alimentada pela pedagogia do capital - mesmo sob outra roupagem - como apresentamos no Capítulo II. No entanto, não se trata de abandonar a utopia ativa, e sim, reunir esforços para que as forças contra-hegemônicas e instituintes possam inaugurar novas relações sociais pautadas na autogestão, na cidadania e na solidariedade.

Todos nós, inevitavelmente, em alguma medida, carregamos as crostas desse sistema hegemônico que tentamos superar. Talvez, o primeiro grande passo seja nos darmos conta das contradições, pois, segundo a análise institucional, só poderemos romper com a adaptação, a

partir dos analisadores que explicitam os conflitos instituídos e dos dispositivos que buscam a transformação dos mesmos.

Quanto aos vínculos sociais estabelecidos pelas ITCP's, a pesquisa revelou que cada uma se articula, de alguma forma, com algum movimento como, por exemplo, o movimento de moradia, o movimento pela reforma agrária, o movimento estudantil, o movimento pelos direitos humanos, os fóruns de cooperativismo popular, os fóruns de economia solidária e a pastoral da criança e da terra. Em especial, para a maioria, as articulações se estabelecem com o movimento sindical da CUT, como pode ser observado no Gráfico a seguir:

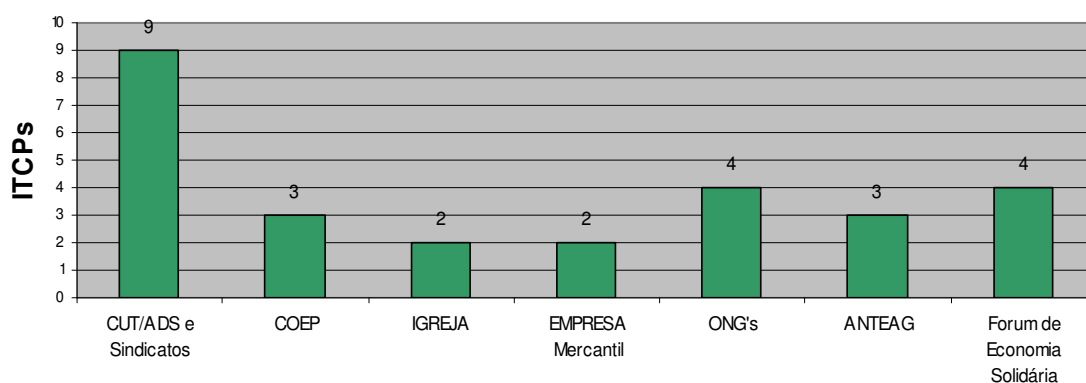


Gráfico 4 - Vínculos Sociais das ITCP's

Entretanto, são visíveis as polêmicas geradas no interior do movimento sindical. Muitos sindicalistas não concordam com o envolvimento do movimento sindical nos debates e ações da economia solidária, bem como na criação de cooperativas e empresas autogestionárias. Como aponta Singer (2002, p. 124):

...o apoio a cooperativas autogestionárias formadas por ex-assalariados sofreu resistência de sindicalistas, que identificavam o processo com a terceirização da mão-de-obra, que acontecia cada vez mais mediante a formação de pseudocooperativas, com a única finalidade de roubar dos trabalhadores os seus direitos trabalhistas (...) Surgiu uma outra oposição à economia solidária, de natureza ideológica, que apontava a necessidade de reforçar o trabalho assalariado por ser a base social dos sindicatos e porque só a classe operária assalariada teria por missão histórica derrubar o capitalismo e instaurar o socialismo.

Os vínculos com os movimentos sociais ainda estão circunscritos às ITCP's, ou seja, não se estenderam às *cooperativas populares* por elas incubadas. Vale então ressaltar a importância desses vínculos para as ITCP's, como também para as *cooperativas populares*. Para as ITCP's, devido à sua própria gênese e o seu objetivo de potencializar a classe-que-

vive-do-trabalho para o exercício da cidadania, da democracia e da solidariedade. Para as *cooperativas populares*, por serem fundamentais na constituição da autonomia plena e da sustentabilidade política e econômica, que visa à consolidação do seu projeto educativo e societário, pautados na emancipação social.

Vale lembrar que o período de “incubagem” previsto pelas ITCP’s é, em média, de três anos. Portanto, para as *cooperativas populares* a ação militante e a formação de outros vínculos e parcerias para além da ITCP - coerentemente com os princípios da economia solidária - tornam-se elementos fundamentais para a sua emancipação social. Isto porque, de acordo com o verbete elaborado por Cattani (2003, p. 130) a emancipação social:

...designa o processo ideológico e histórico de liberação de comunidades políticas ou de grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. (...) significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito...

Conforme o Gráfico a seguir, é possível verificar que o FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador tem sido o maior financiador das ações educativas das ITCP’s, ou seja, da formação cooperativista, da capacitação profissional e da elaboração de materiais didáticos. Desta forma, alguns riscos para o projeto educativo das ITCP’s devem ser considerados na referida parceria.

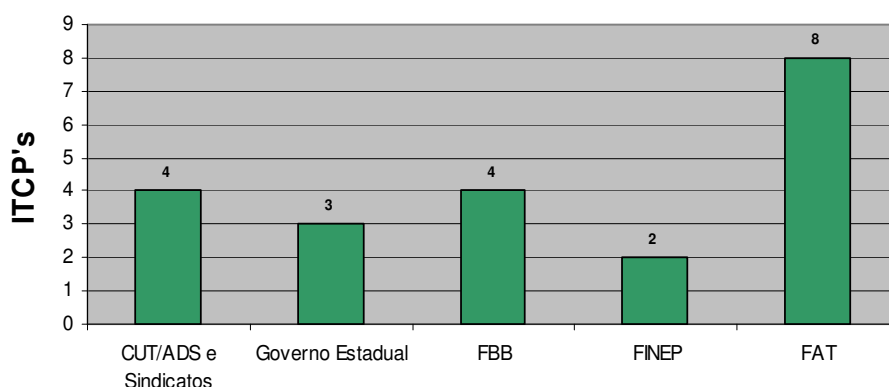


Gráfico 5 - Financiamento das Ações Educativas das ITCP’s

Vale dizer que são reais as dificuldades para a obtenção de financiamento dos projetos de incubagem de *cooperativas populares*, fazendo com que as ITCP’s busquem as mais variadas parcerias e se concentrem na maior possibilidade que lhes é apresentada. Contudo, o

rígido e homogêneo modelo educativo imposto pelo FAT para todos projetos – habilidades básicas, específicas e de gestão, bem como a limitação de carga horária, além da necessidade de um grande número de trabalhadores e trabalhadoras por turma (nem sempre das cooperativas incubadas) – colocam barreiras para a perspectiva da educação integral, politécnica e emancipatória. Num momento histórico como este, em que o governo federal parece sensível e comprometido com a economia solidária e o cooperativismo - haja vista a intenção de criar a Secretaria da Economia Solidária - faz-se necessário uma avaliação do tipo de financiamento e sob quais condições ele se efetivará. Portanto, uma análise qualitativa das ações educativas, respeitando as especificidades dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras torna-se fundamental.

Os cursos ministrados pelas ITCP's se agrupam basicamente em dois eixos complementares, tendo como característica comum, uma carga horária bastante reduzida. O primeiro eixo - o curso de cooperativismo - trata da mobilização e formação da cooperativa (filosofia cooperativista, instâncias administrativas, estatuto e regulamento interno). O segundo eixo - os cursos de capacitação profissional e de gestão da cooperativa (Administração, contabilidade, Legislação básica cooperativista, Conselho Fiscal, entre outros) – trata da viabilização da mesma. Vale ressaltar, como revelou a maioria das ITCP's, que os cursos de capacitação profissional²⁰ são realizados de acordo com “o perfil da inserção econômica da cooperativa no mercado”, além do processo de incubagem não se articular com a escolarização formal dos trabalhadores e trabalhadoras. Mesmo reconhecendo a baixa escolaridade dos mesmos, apesar de não haver um levantamento formal (sistemizado), a intervenção da maioria das ITCP's se limita a lembrá-los quanto à importância da continuidade da formação escolar, exceto a ITCP/USP e a ITCP/FURB que mobilizam alguns recursos possíveis, como mostram respectivamente as entrevistas:

Percebemos nos cooperados um movimento de retorno à escola por conta própria. Conseguimos vagas para alfabetização de adultos com a Faculdade de Educação da USP. Buscamos também fomentar e sensibilizar a Secretaria de Educação. (Informação verbal)

Temos isso como meta também, não como função da Incubadora, mas de discutir com as cooperativas [incubadas] as possibilidades que existem na cidade... os serviços de educação de adultos, além do estímulo para que voltem a estudar e a se qualificarem. (Informação verbal)

²⁰ Cursos de capacitação citados: limpeza e conservação, limpeza hospitalar, portaria, WLL telefonia celular fixa, eletricista, bombeiro hidráulico, jardinagem, arte culinária, apicultura, reciclagem de resíduos, costura e pintura.

Considerando o relato da maioria das ITCP's, isso sinaliza uma perspectiva educativa alavancada pelo mercado, ancorada nas habilidades específicas (com pequena carga horária), expressando um projeto educativo “imediatamente interessado” e restrito ao trabalho (ao saber fazer), como busca disseminar a pedagogia do capital. Mesmo reconhecendo a urgência da sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras, parece que o grande desafio para o projeto educativo das ITCP's é conjugar as condições básicas para a sobrevivência, com a formação humana integral, amparada pela politecnicidade e pela emancipação. Principalmente, porque a maioria das ITCP's entende que além da geração de trabalho e renda, o seu papel educativo é a “formação para a emancipação”, como mostram as entrevistas:

...ter a consciência que trabalhamos com geração de trabalho e renda e inserção social das pessoas no mundo do trabalho (...) nós daremos algumas pistas mas, na verdade, serão os próprios sujeitos reais que vão efetivamente descobrir esses caminhos. (Informação verbal)²¹.

...é o papel de articuladora, um agente de ligação. Em alguns momentos ela tem a competência de ser formadora, em outros, vai ter que buscar o apoio de outros parceiros (...) tentar contribuir para que as pessoas [trabalhadores e trabalhadoras] possam entender essa dinâmica das relações de produção, as relações sociais. (...) sobretudo, a questão da formação do cidadão crítico, capaz de ser propositivo/próativo e não um instrumento do capital – esse é o grande papel! (Informação verbal)²².

...essencialmente educativo e constante com vistas à autogestão. (Informação verbal)²³

Ser coerente dentro da linha de Paulo Freire, não falamos de autonomia, vivenciamos a autonomia com os grupos. Procuramos ser um local, um trabalho muito próximo aos princípios do cooperativismo, vivenciamos o que falamos. (Informação verbal)²⁴.

Promover uma educação mais ampla, na formação da cidadania... (Informação verbal)²⁵

...uma atuação contínua, uma prática que estamos construindo, pois o que temos é uma sociedade extremamente individualista e agente está na contra-mão em busca de processos coletivos, desconstruir muita coisa para se construir isso. Mas há questões bem pontuais: educação formal, certificação, qualificação técnica. (...) discutir com as cooperativas as possibilidades que existem na cidade, os serviços de educação de adultos e o estímulo para que voltem a estudar e se qualificarem.²⁶(Informação verbal).

Dois eixos: 1- Garantia econômica e se perceberem [trabalhadores e trabalhadoras] como pessoa/cidadão, além do resgate da auto-estima, um reencontro consigo mesmo e perceberem essa lógica da exclusão; 2- formação de profissionais

²¹ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFC.

²² Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFRPE.

²³ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UNEB.

²⁴ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/USP

²⁵ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFScar

²⁶ Comunicação pessoal à autora em entrevista - (ITCP/FURB

socialmente engajados [alunos e professores da universidade]. (Informação verbal)²⁷.

O projeto²⁸ elaborado pela coordenação da Rede Universitária para as Incubadoras revela uma forte contradição, se for considerada a compreensão do papel educativo e da concepção de ser humano que as ITCP's manifestam.

A Incubadora é um **instrumento de transferência do saber acumulado na universidade** para grupos de trabalhadores que buscam alternativas para alcançar o mercado formal de trabalho. A Incubadora tem por **objetivo formar e assessorar cooperativas** desde a constituição do grupo até sua inserção no mercado. É uma equipe **interdisciplinar** constituída por professores, pesquisadores e estudantes universitários, que dá suporte às cooperativas nas áreas de planejamento, gestão, qualificação profissional, e assessoria jurídica e contábil [grifos nossos].

É apontada uma equipe “interdisciplinar”, mas parece que o conhecimento só é reconhecido quando ele está organizado em disciplinas. Ou seja, o saber dos trabalhadores e trabalhadoras, por não estar organizado em disciplinas como na academia, parece não ser considerado e valorizado, na medida em que a “transferência” de saber é o objetivo das ITCP's. Mesmo que seja reconhecida as múltiplas dimensões da realidade, ao “convidar” diferentes profissionais para compor uma equipe, não está apenas na diversidade de áreas científicas a possibilidade da interdisciplinaridade. Sua verdadeira manifestação está na transversalidade construída entre as áreas, ou seja, a interpenetração e o entrelaçamento de saberes e forças que deflagra efeitos transversais, inventivos e transformadores.

Essas ambigüidades entre - as ações educativas implementadas (imediatamente interessadas), a compreensão do seu papel educativo (educação para a emancipação), o tipo de ser humano que buscam formar (crítico, solidário, autoconfiante, sujeito da superação do atual projeto societário-capitalista), e o objetivo das ITCP's (“transferência” de saber) - pode estar sendo também alimentada pela ausência de um projeto político-pedagógico coerente e sistematizado nas ITCP's, pois as ITCP's revelaram nas entrevistas a ausência do mesmo:

Não tem projeto pedagógico, escrito não. Esse é um grande desafio que a gente tem. Embora exista na prática, ele não está sistematizado. Um dos nossos objetivos agora é colocar parte do nosso recurso [financeiro] para sistematizar: projeto político-pedagógico, as experiências da Incubadora, o acompanhamento das cooperativas [incubadas] para a inserção no mercado... (Informação verbal)

Escrito ainda não. (Informação verbal)

²⁷ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFJF

²⁸ Projeto Incubadoras de Cooperativas Populares. UNITRABALHO. Apresentado à União Européia.(2000).

Estamos construindo. Queremos trocar com as outras ITCP's. Essa discussão surgiu a partir da discussão de mercado. (Informação verbal)

Não sei se definido ou em construção, mas o ato pedagógico em si é político.(...) Não transportamos nenhum modelo de outra ITCP, temos nossas diretrizes metodológicas e eixos temáticos, mas respeitamos o perfil do grupo (...) não temos um modelo fixo – isso já é uma proposta político-pedagógica. (Informação verbal)

Diria que existe uma “intenção”, alguns nortes, mas não claramente definido, nem discutidos especificamente. Temos trabalhado no “aprender-fazendo” construindo o conhecimento, aperfeiçoando a prática a partir de situações reais. (Informação verbal)

Não temos um projeto sistematizado. A diversidade na formação da equipe complica, reproduzimos muitas vezes o sistema que está aí... (Informação verbal)²⁹.

Vale destacar também que, dentre todos os documentos examinados para a pesquisa, inclusive as entrevistas, somente no Estatuto da Rede foi encontrado algum registro que expressa a intencionalidade da educação integral: “...*valorização da educação integral do ser humano como direito fundamental de todo cidadão*”. Se por um lado isto pode significar um certo avanço para a discussão educativa no âmbito da Rede Universitária, ainda fica bastante vaga essa “*valorização*”, já que não esclarecem o que entendem por “*educação integral*”, como não explicitam se haverá alguma ação concreta, ou o compromisso por parte das ITCP's e da própria Rede que viabilize esse direito.

Somando-se às contradições explicitadas, a chamada *metodologia de incubagem* ganha continuamente um lugar de preocupação e destaque na Rede de ITCP's. Desta forma, a análise a seguir se sustenta em diversas fontes: a) na nossa participação em eventos das ITCP's e da Rede Universitária onde este tema ganhou centralidade; b) nas entrevistas para esta pesquisa; c) nos relatórios produzidos pelas Incubadoras durante os vários encontros e seminários sobre metodologia; d) na relevância de um GT (Grupo de Trabalho) sobre *metodologia de incubagem* na Rede, como consta do seu Estatuto.

Este constante desafio – construção de uma *metodologia de incubagem* - para as ITCP's gera discussões amplas e recorrentes, mas, até hoje, continua no âmbito da troca de experiências (o como fazer), sem o amparo de um projeto político-pedagógico em consonância com o seu projeto societário.

²⁹ Comunicação pessoal à autora em entrevista – ITCP,UFC,UFRPE,UNEB,USP,UFSCar,UFJF, respectivamente.

Pode ser verificado no Capítulo III desta dissertação, na apresentação da *metodologia de incubagem*³⁰ da ITCP/Coppe/UFRJ, a ausência das palavras: *educação, educadores populares e projeto político-pedagógico*, ganhando destaque a palavra “*assessoria*” em todas as etapas. Como já explicitado no Capítulo I, as palavras não são vazias, elas carregam concepções. Nesse caso, a referida ausência pode reforçar também a contradição já sinalizada entre o projeto societário e o projeto educativo na Rede de ITCP’s.

Toda metodologia pressupõe um projeto de mundo e uma concepção de ser humano baseada em um conjunto de pressupostos econômicos, filosóficos, sociológicos, psicológicos e epistemológicos. Metodologia não é apenas um conjunto de métodos, mas uma reflexão sobre os mesmos. O “*como fazer*” vem acompanhado do “*o que fazer*”, “*para que fazer*”, “*por que fazer*”. A *metodologia de incubagem*, da maneira que se apresenta, mostra uma seqüência de passos “imediatamente interessados” (Gramsci) que devem ser percorridos para que a cooperativa seja “lançada” no mercado. Como pode ser verificado no projeto³¹ elaborado pela Rede de ITCP’s:

Metodologia de Incubagem

1- Assessoria para a organização do grupo, investigação dos seus objetivos e da sua qualificação;

2- cursos de **treinamento/formação profissional** – cursos específicos ministrados na universidade ou em entidades que mantenham parceria com as ITCP’s (**SENAC, SENAI, SEBRAE** e as Escolas Técnicas Federais);

3- legalização da cooperativa;

4- com contrato já firmado, há o acompanhamento e **reciclagem** no local de trabalho. A autogestão faz parte das quatro etapas e se **consolida na prática das Assembléias e no trabalho das Comissões de Ética e do Conselho Fiscal.** (...)

O detalhamento da estratégia pedagógica está em constante reavaliação, englobando as dimensões das **competências, habilidades, atitudes e mecanismos de avaliação do ensino/aprendizagem e efetividade do papel esperado do cooperado** frente ao grupo e no local de trabalho [grifos nossos].

Os grifos acima corroboram com as análises anteriores apontando o viés educativo da pedagogia do capital na Rede de ITCP’s. Somado a isto, quando as ITCP’s se colocam enquanto “assessoria” para a formação de *cooperativas populares*, reforçam junto aos trabalhadores e trabalhadoras, uma relação pautada no “especialismo”. Esta por sua vez, alimenta o “poder do saber” sobre os mesmos, que em sua maioria, não atingiram a escolaridade mínima. Este fato se agrava por esta equipe ser oriunda de uma instituição

³⁰ Conforme vários documentos examinados, entre eles: “*Ossos do Ofício: cooperativas em cena aberta.* (1998); Relatórios de auto-avaliação das ITCP’s - FINEP (Coppe/UFRJ, UFRPE, UNEB, UFJF, USP e UFC); Projeto Incubadoras de Cooperativas Populares/UNITRABALHO/apresentado à União Européia, s/d; entre outros.

³¹ Projeto Incubadoras de Cooperativas Populares. UNITRABALHO. Apresentado à União Européia, 2000.

acadêmica de nível superior, demarcando ainda mais no imaginário popular, essa representação. Não se trata aqui de fazer apologia ao populismo, e sim, ressaltar a importância da troca de saberes entre os “assessores-educadores” e os “trabalhadores-educadores”. Como formar um ser humano crítico se “depositamos” nele o saber? Bourdet e Guillermin (1976, p. 198) ressaltam que,

O combate pela libertação da autonomia dos produtores deve ser travado em todas as frentes e direções; se “a prática” é necessária e fundamental, convém não esquecer de forma alguma que não ocorre desenvolvimento da ação revolucionária sem um desenvolvimento da teoria revolucionária. Mas, conforme acentuou Marx, a teoria continua abstrata (e quase vã) enquanto existir apenas nos cérebros de alguns pensadores; em compensação, ela se torna uma força prática quando compreendida e aceita pelas massas.

Quando a ITCP/Coppe/UFRJ - uma das maiores responsáveis pela “transferência” metodológica a outras ITCP’s - define a *metodologia de incubagem* como “um conjunto de procedimentos, instrumentos e análises, passíveis de adaptações com flexibilidade e dinamismo”, indica que a principal preocupação das ITCP’s se situa no plano da técnica, do como fazer (*metodologia de incubagem*), sem a elaboração de um referencial teórico-político-educacional comum e coerente entre elas. A existência desse referencial poderia sustentar a construção da metodologia e dos materiais didáticos (os meios) com respaldo na educação emancipadora e comprometida com o projeto societário de novo tipo - de caráter socialista, anunciado por elas.

A *metodologia de incubagem* discutida na Rede - restrita ao plano da técnica (procedimentos) - como verificado na pesquisa, aponta novamente para uma perspectiva educativa “imediatamente interessada”. Ou seja, segundo a concepção Gramsciana de educação, é aquela onde todo o processo de conhecimento é voltado para a execução de tarefas, sem possibilitar ao ser humano uma formação integral / omnilateral que desenvolva uma consciência crítica e transformadora para que possa atuar e mudar a sua realidade, se elevando do senso comum para o bom senso, da categoria de homem-massa para homem-coletivo. Um, dentre outros desafios, é a criação de condições sociais para que este imediato seja superado, partindo de uma prática educativa humanizadora - para além do instrumental.

Considerando que a perspectiva educativa não deve ser descolada da perspectiva ética, política e econômica, buscamos conhecer também as atividades de economia solidária das ITCP's, já que seu projeto³² anuncia tal perspectiva, como podemos ver na citação abaixo.

A proposta – além da inserção no mercado – é promover, sempre através do trabalho, a organização popular, tendo como perspectiva uma grande articulação nacional das cooperativas e, por consequência, dos cooperativados, **embasada em um outro modelo de economia que não o modelo de exploração, apropriação ou concentração de renda, e sim na economia solidária** [grifos nossos] e nos princípios de solidariedade, igualdade e oportunidade.

De acordo com as entrevistas realizadas, 58% das ITCP's ainda não estabeleceram nenhuma articulação que viabilizasse a economia solidária, e 8% encontra-se em fase de inicial de discussão e/ou articulação com redes solidárias. Esses 66% das ITCP's que ainda não estão articuladas em redes solidárias parecem apontar que esse processo não é simples.

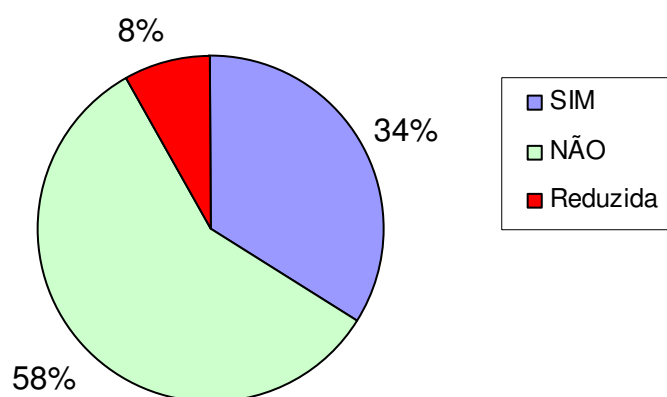


Gráfico 06 - As ITCP's na Rede Solidária

Nas entrevistas com os coordenadores das ITCP's, quando questionados acerca dos desafios da economia solidária, muitos sinalizaram que:

...é difícil entender a dinâmica de produção, consumo e apropriação diferentemente da prática capitalista. (Informação verbal)³³

...a questão cultural – na prática há disputa de mercado e de poder; o acesso ao crédito e aos meios de produção, além das afinidades entre as parcerias – há muitos conflitos e disputa de poder. (Informação verbal)³⁴

³² Fonte: Projeto Incubadoras de Cooperativas Populares. UNITRABALHO. Apresentado à União Européia, s/d.

³³ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFRPE.

³⁴ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UNEB.

...o problema é que ela se insere numa economia e num mercado que não é solidário. (Informação verbal)³⁵

...a própria implementação da economia solidária pois, há um desconhecimento da sociedade sobre isso, o que dá margem à diferentes concepções. A comercialização, o crédito e a organização de consumidores também é uma grande dificuldade. (Informação verbal)³⁶

É possível que essa dificuldade de implementação, em parte, esteja relacionada à própria compreensão que cada ITCP ainda está construindo sobre a economia solidária. A grande maioria ainda não tem clara a concepção de economia solidária, assim como as estratégias para a sua viabilização. Desta forma, como já esperado, as *cooperativas populares* incubadas pelas mesmas ainda não iniciaram nenhuma ação econômica solidária, já que necessitam da “assessoria” das ITCP’s.

Partindo das dificuldades apontadas pelas ITCP’s, a discussão acerca da economia solidária realmente exige destaque na Rede Universitária. Parece necessário que as diferentes concepções e dificuldades das ITCP’s sejam compartilhadas para que possam construir diretrizes coletivas, no sentido de viabilizar ações solidárias concretas. Considerando os inúmeros desafios que se colocam na atual materialidade, sabemos que não é simples tal tarefa. Contudo, a universidade enquanto o *locus* da sistematização do saber e da assessoria às *cooperativas populares* tem um relevante papel. Como apontou Singer (2003, p. 125):

O movimento pela economia solidária tem sido guiado, sobretudo, por necessidades imediatas. Agora ele precisa ser analisado criticamente para que teorias bem fundamentadas permitam delinear sua possível trajetória futura e a transformação social e econômica que poderá induzir. (...) há necessidade de uma teoria de “transição à economia solidária” como modo de produção dominante. Para essa tarefa, a contribuição das universidades poderá ser inestimável.

Vale lembrar também que, as articulações com alguns pares, como os órgãos ligados à Igreja (Cáritas e a FASE), aos movimentos pela reforma agrária (MST e CONTAG) e ao movimento sindical urbano (ANTEAG e ADS/CUT), é também uma via de fortalecimento do movimento, conforme sinalizou Singer (2003:124), “a revivência da economia solidária só se torna possível pelo apoio de instituições governamentais e da sociedade civil”.

Não podemos também perder de vista que um dos pressupostos para a efetivação da economia solidária é o consumo solidário, como reforça Mance (2003, p. 47);

³⁵ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFC.

A difusão do consumo solidário é um dos elementos centrais na estratégia de expansão das redes de colaboração solidária ou de certa parcela das redes de economia solidária. A difusão desse consumo possibilitaria aos empreendimentos a venda de toda a sua produção e a geração de excedentes que, reinvestidos coletivamente, permitiriam montar novos empreendimentos autogeridos, remontando as cadeias produtivas e expandindo as redes, diversificando as ofertas e ampliando o seu número de consumidores.

Entendemos por consumo solidário, aquele praticado não apenas para o próprio bem-viver pessoal, mas também para o bem-viver coletivo. Trata-se do consumo em que se dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária em vez de consumir produtos de empresas que exploram os trabalhadores e degradam os ecossistemas. Para que esse consumo solidário se concretize, o papel das redes torna-se fundamental.

Vale registrar que a maioria das ITCP's atribui à Rede Universitária um reduzido papel, muito mais interno que externo. Ou seja, a "troca de experiências entre as ITCP's" assume uma grande relevância para as mesmas. Talvez isso se deva também à lacuna deixada pela ausência de um projeto político-pedagógico que proporcione diretrizes comuns.

A Rede é uma articulação que tem um papel importante de disseminar cooperativas e ITCP's no Brasil. (...) Ela tem que buscar resolver os problemas das ITCP's. (Informação verbal)³⁷

A Rede dá um caráter bem mais amplo de identidade para a ITCP e isso dentro da própria universidade tem sido um fator muito importante. (Informação verbal)³⁸

Possibilidade imensa de troca de experiências para vencermos os obstáculos: crédito, metodologia, parcerias. (Informação verbal)³⁹

Espaço importante de socialização de práticas. Valorizamos bastante a Rede na Incubadora. (Informação verbal)⁴⁰

Um espaço de troca de experiências, de reflexão, de fortalecimento das ITCP's, de articulação com atores da **economia solidária**, de incentivo à formação de novas ITCP's, de discussão da **economia solidária** [grifos nossos]. (Informação verbal)⁴¹

Quanto aos desafios para a Rede, as ITCP's apontam a necessidade de democratização, melhor fluxo de informações, a troca de experiências, a sistematização da

³⁶ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFSCar.

³⁷ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFC.

³⁸ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFRPE.

³⁹ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UNEB.

⁴⁰ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/USP.

⁴¹ Comunicação pessoal à autora em entrevista - ITCP/UFSCar.

metodologia de incubagem, obtenção de financiamento e, principalmente, no que diz respeito às relações políticas - superar conflitos internos e com as parcerias.

Mance (2003, p. 219-225), quando elabora o verbete “redes de colaboração solidária” para o Dicionário A OUTRA ECONOMIA, ressalta características importantes para qualquer rede que se pretenda emancipadora:

A noção de rede é peculiar à teoria da complexidade, guardando traços advenientes da cibernética, da ecologia e de outras elaborações sistêmicas em diferentes áreas. A noção de rede coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de autopoiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto da rede.

Desta forma, entendemos que a Rede Universitária de ITCP’s, ancorada na economia solidária, tem a crucial tarefa de buscar suas contradições e potencializar suas dimensões ético-políticas e técnico-científicas realimentada pelas transversalidades, rompendo com os padrões hegemonicamente instituídos pelo capitalismo neoliberal.

À GUIA DE CONCLUSÃO: PARA REPENSAR A RELAÇÃO ENTRE PROJETO SOCIETÁRIO E PROJETO EDUCATIVO

(...) a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais para poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar. (GRAMSCI, 1982, p.137).

Foram analisadas neste trabalho, algumas dimensões ético-políticas e técnico-científicas dos projetos educativos das Incubadoras filiadas à Rede Universitária de ITCP's, a partir dos seguintes analisadores: a composição das equipes; as instâncias de decisão; os vínculos sociais; as parcerias financeiras; a compreensão do seu papel educativo; seu projeto político-pedagógico; as principais ações implementadas; a *metodologia de incubagem*; a relação com a economia solidária e as expectativas das ITCP's quanto à Rede que integram. Para isso, além do trabalho de campo realizado, foi fundamental a nossa experiência profissional na ITCP/Coppe/UFRJ.

O objetivo principal desta pesquisa consistiu em identificar algumas potencialidades e contradições entre o projeto societário de caráter socialista (por elas anunciado) e o projeto educativo das mesmas. Cabe destacar que o universo pesquisado é composto por doze (12) ITCP's, apesar da Rede Universitária contar atualmente com quatorze (14) ITCP's filiadas. Foi elaborado também um inédito levantamento, assim como, a sistematização de alguns dados: breve histórico da constituição da primeira ITCP; a catalogação de Incubadoras Universitárias que atuam no sentido da autogestão (*cooperativas populares e/ou empreendimentos econômicos solidários*); a gênese e o processo de constituição da Rede Universitária e um levantamento sobre as cooperativas incubadas em toda a Rede.

A metodologia da pesquisa e a concepção de mundo aqui adotada se sustentou no materialismo histórico, tendo como complemento analítico, alguns conceitos da Análise Institucional. Estas opções, necessariamente, refletem a nossa formação acadêmica em Psicologia e em Educação, como também, nossas experiências profissionais.

Toda conclusão é relativa e provisória. Neste caso, por se tratar de um primeiro estudo sistemático sobre a Rede Universitária de ITCP's, a partir de um universo repleto de especificidades, esse caráter é ainda mais contundente. Entretanto, nem por isso nos eximimos de trazer alguns pontos síntese da nossa investigação e das nossas análises quanto ao horizonte educativo que se desenha na Rede Universitária. Mesmo considerando que alguns dados já possam estar superados, devido ao processo permanente de construção das atividades nas ITCP's, a maior parte do que foi coletado e analisado coincide com o que foi observado durante os 05 anos de atuação profissional na ITCP/Coppe/UFRJ.

As ITCP's da Rede Universitária, enquanto responsáveis pela assessoria técnica a *cooperativas populares*, além de geradoras de pesquisas no ensino universitário assumem lugar polêmico, revestido de ambigüidades e contradições inerentes à sua própria proposta de trabalho ancorada no *cooperativismo popular*. A organização em cooperativas constitui-se em riscos e possibilidades. Os riscos são os de produzir um cooperativismo funcional ao capital e processos educativos adaptativos. As possibilidades se situam no desenvolvimento de processos educativos que desenvolvam a autonomia e eleve o senso comum a uma visão unitária e crítica da realidade e a constituição de laços de solidariedade e igualdade e uma nova cultura do trabalho, centrada na utopia de novas relações sociais de caráter socialista. Esta relação, riscos e possibilidades, movem-se no terreno da contradição, e este estudo na sua singeleza, busca enfatizar esse aspecto.

Enquanto sinal de potencialidades explicitou-se: a coerência entre a concepção do papel educativo das ITCP's e a concepção de ser humano – ambos na perspectiva da emancipação; a forte articulação com movimentos sociais, em especial, com o movimento sindical da CUT; e a composição multidisciplinar das equipes – um dos elementos que podem favorecer a construção da transdisciplinaridade. No entanto, a implementação das ações educativas apontou para várias contradições e ambigüidades, como por exemplo: equipes compartimentadas lembrando uma “linha de montagem” taylorista-fordista, evidenciando uma alta rotatividade e um perfil predominantemente pragmático e voluntarista; estrutura interna

verticalizada; centralização do poder decisório; ausência de projeto político-pedagógico; *metodologia de incubagem* restrita ao plano do “como fazer”; articulação com movimentos sociais restrita às ITCP’s; maior volume de financiamento oriundo do FAT – reproduzindo a perspectiva “imediatamente interessada” para o trabalho, sem articulação com a escolarização formal; parcerias e convênios com organismos que não compartilham o mesmo projeto educativo e societário; a não compreensão acerca da economia solidária, assim como as estratégias para sua viabilização, apesar da mesma ser anunciada como a opção econômica e social das ITCP’s e da própria Rede Universitária de ITCP’s.

É importante ressaltar novamente o atravessamento da linguagem, pois ela estará presente nas principais análises. Assim, vale recorrer a Gramsci (1978) quando assinalou que toda linguagem, mesmo denominada científica, é ideológica – “as palavras não são vazias”. Elas carregam consigo uma concepção de mundo e, portanto, buscam uma significação de acordo com os interesses de determinados grupos ou classes. Neste sentido, há vários desafios para as ITCP’s na atual materialidade, entre eles, o de desvelar categorias e conceitos metamorfoseados pela pedagogia do capital e substituí-los por outros que apontem para um projeto societário de novo tipo que tenham como meta principal a dignificação dos seres humanos em todas as suas dimensões ético-políticas e técnico-científicas.

A pedagogia do capital é muito “eficiente”, tem todos os aparatos a sua disposição e vai se moldando de acordo com as suas necessidades para a manutenção da hegemonia da classe dominante. Para isso, não só se apropria de categorias como: cooperação, trabalho em equipe, participação, solidariedade, etc., - que antes eram impensáveis segundo a sua lógica de exploração e extração de mais-valia - como também, omitem suas atuais e verdadeiras intencionalidades quando dissemina os conceitos de competências, habilidades, polivalência, empregabilidade, qualidade total, inteligência emocional, empreendedorismo, sociedade do conhecimento, entre outros, para prosseguir com seu ideário.

Como foi apontado em todos os Capítulos desta dissertação, as palavras não são vazias e carregam consigo, sentidos, representações e intencionalidades. A construção de uma “outra economia”, bem como o projeto educativo que possa fundamentar esta nova forma de reprodução ampliada da vida, não é tarefa fácil e, muito menos, supérflua.

Sob os mais diversos olhares e matizes, os primeiros movimentos teórico-práticos para esta “nova economia” vão ganhando diferentes denominações: economia popular; economia social; economia popular solidária; economia solidária; economia autogestionária; economia popular, associativa e autogestionária; entre outras. Ganham também novos agentes, atores, interlocutores e projetos de sociedade que expressam, por sua vez, que esta luta precisa ganhar cada vez mais articulação, força e coesão dos intelectuais orgânicos da classe-que-vive-do-trabalho, para que não sejam desviados ou “engolidos” pelo sistema ainda dominante – o capitalismo neoliberal.

Os desafios para a constituição dessa “nova economia” que se pretende solidária e almeja um novo projeto societário, são de diversas ordens. Contudo, nos debates mais recentes, algumas questões ganham maior destaque: *metodologia de incubagem de cooperativas populares* e/ou de empreendimentos solidários; mercado; políticas públicas; redes solidárias de produção/comercialização/consumo; parcerias; crédito; marco legal/legislação; organização social, entre outras.

De certo que essas temáticas são imprescindíveis para se pensar uma economia de novo tipo, mas vale destacar que, se essa economia realmente pretende se pautar na solidariedade e na autogestão - em outras bases que se diferenciem do capitalismo, com vistas à emancipação humana - é fundamental potencializar elementos educativos que possam fomentar uma nova cultura do trabalho e novas relações sociais.

Como disse Betinho: “Quem tem fome tem pressa”. A urgência da sobrevivência, além de legítima, é o primeiro elemento mobilizador da classe-que-vive-do-trabalho. Contudo, faz-se necessário não perder de vista a intencionalidade de saciar também, a “fome” cultural, política, afetiva, ética e educativa, ou seja, material e espiritual.

Se, já é consenso que uma economia de novo tipo não se estabelece sem a constituição de redes, é fato que ela também não se estabelece sem uma processual mudança de cultura, ancorada em projetos educativos emancipadores. Pois, a cultura capitalista, consumista, individualista e opressora que está incutida em todos nós, torna-se a principal vilã para corroer, em um curto espaço de tempo, pequenas conquistas adquiridas, como exemplificado no Capítulo III deste trabalho.

Portanto, um outro, grande e concomitante desafio, tanto quanto a viabilidade econômica das *cooperativas populares*, é a construção de bases para que uma educação emancipadora, não bancária¹ e omnilateral esteja a serviço das transformações pretendidas – uma nova educação para uma nova economia que fomente um novo projeto societário.

Quanto à viabilização da educação emancipadora, cabe destacar que se faz urgente o reconhecimento do saber dos trabalhadores e trabalhadoras, e que todos são educadores como apontou Freire (1987), “*Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão*”. Desta forma, parece fundamental que a identidade de “*assessoria*” tão absorvida pelos “*assessores-educadores*” das ITCP’s seja elevada a uma identidade educativa pautada na emancipação, reconhecendo que a educação se dá em diferentes tempos e espaços para todos os trabalhadores e trabalhadoras, inclusive para os “*assessores-educadores*”. Nesse sentido, uma relação transdisciplinar² entre os “*assessores-educadores*” torna-se também fundamental como um dos requisitos para a superação dos “*especialismos*” que demarca o “*lugar do saber*” colocando os trabalhadores e trabalhadoras como receptores desse saber.

Apostando no momento ímpar, fecundo e desafiador da nossa história, as ações educativas ganham total centralidade, requerendo consistência e coerência com o projeto societário de novo tipo que se almeja. Para isso, os intelectuais orgânicos da classe-que-vive-do-trabalho assumem, mais do que nunca, uma grande responsabilidade em cumprir com o seu papel alavancador de mudanças substanciais para esta classe, deflagrando processualmente um novo bloco histórico. Sair do discurso crítico para proposições e ações concretas não é uma tarefa simples, vai exigir, principalmente, a desconstrução processual da cultura capitalista neoliberal incutida, ou como diria a Análise Institucional - atravessada em todos nós.

Acreditamos que a recorrente discussão da *metodologia de incubagem* seja uma grande armadilha nos processos educativos implementados pelas ITCP’s. Se, “*quem tem fome tem pressa*” - e tem mesmo – fica colocada para os “*assessores-educadores*” a necessidade de descobrir a “*fórmula*” para dar conta dessa demanda tão imediata. O tempo da sobrevivência é

¹ Segundo a concepção de Paulo Freire (1987).

diferente do tempo da formação e da inserção da *cooperativa popular* no mercado, gerando desafios de grande ordem. Essa realidade é preocupante, pois sabemos que sem trabalho e renda os trabalhadores e trabalhadoras se distanciam do processo de formação.

Com isto, vem ganhando centralidade o “como fazer” (metodologia) ao mesmo tempo que se perde de vista a construção de um projeto político-pedagógico sustentado por uma concepção educativa emancipadora, que aponte para um projeto societário de novo tipo. Mesmo quando recorrem aos referenciais teórico-práticos tão caros à utopia ativa e emancipadora – como, por exemplo, as proposições de Paulo Freire e até mesmo de Gramsci, as misturas de termos, instrumentos e concepções promovem uma confusão de tal ordem, que os horizontes educativos das ITCP’s ficam nebulosos. Segundo Nosela (2000), não existe nenhuma “fórmula mágica” ou seqüência metodológica mecânica para o processo educativo do novo cidadão socialista. Entretanto, deve ser possível definir, ao menos, algumas linhas pedagógicas gerais que orientem esse processo educativo, através do projeto político-pedagógico construído coletivamente e coerentemente com o projeto societário.

Uma outra importante armadilha a ser sinalizada, é o fato da maioria das ITCP’s “depositar” na capacitação profissional – segundo o modelo das habilidades e competências disseminado pela pedagogia do capital – a maior parte das expectativas quanto à viabilidade econômica das cooperativas populares e o aumento da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como a sua emancipação. Busca-se muitas vezes, com breves cursos financiados pelo capital ou por políticas públicas³ estritamente imediatistas e/ou assistencialistas, superar as mazelas sociais e educacionais construídas ao longo de tantos anos pelo sistema dominante, ou seja, a não democratização do ensino público, gratuito, laico e de qualidade para todos.

Na ansiedade de responder às demandas de geração de trabalho e renda das comunidades – a sobrevivência imediata, o que é bastante real e justo – são desenvolvidos os processos educativos aligeirados e “imediatamente interessados”, reforçando a perspectiva do “treinamento” (adestramento para o trabalho).

² Diferente da relação interdisciplinar e multidisciplinar, a proposta transdisciplinar exige que o profissional se aproprie de conceitos e metodologias de outra (s) área (s) de conhecimento, fazendo uma transposição destes referenciais de um campo disciplinar para outro. Ver: FIDALGO; MACHADO (2000).

³ Geralmente desvinculadas de um programa geral para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Sem financiamento para as *cooperativas populares* e para as ITCP's, é comum o estabelecimento de convênios e parcerias com instituições que buscam a manutenção da ordem vigente, já que são eles os detentores dos recursos. Por mais que as ITCP's busquem driblar as formatações impostas pelos agentes financiadores, permanece ainda um forte engessamento quanto à carga horária, conteúdos, a qualificação dos educadores, os materiais pedagógicos, além da própria limitação da verba.

É legítima a preocupação com a qualificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras. Contudo, há graves riscos quando uma Incubadora prioriza como ação educativa cursos de capacitação profissional, geralmente desvinculados da escolarização formal, financiados e formatados por organismos da pedagogia do capital. Com isto, há uma corroboração e reprodução da lógica atual do sistema capitalista que, desloca para a formação profissional, toda a responsabilidade do insucesso dos trabalhadores e trabalhadoras. Sabemos que isto é uma falácia diante da economia de mercado excludente que se implementa no sistema capitalista. Para este sistema vigente, a educação profissional não passa de um “bode espiatório”, pois camufla, mais uma vez, a sua perversidade.

Durante a experiência profissional na ITCP/Coppe/UFRJ, compartilhamos com muitos educadores e educadoras, inclusive de outras ITCP's integradas à Rede Universitária, a dificuldade em situar (denominar) as práticas educativas de incubagem. Mesmo reconhecendo que essas práticas são novas e pouco sistematizadas, um outro fator parecia acirrar a referida dificuldade para fazer referência aos projetos educativos pretendidos pelas equipes de educadores – as diversas terminologias existentes: educação à distância, educação baseada no desenvolvimento de competências, educação compensatória, educação comunitária, educação de jovens e adultos, educação do trabalhador, educação em serviço, educação informal, educação não formal, educação no trabalho, educação para o trabalho, educação politécnica, educação polivalente, educação popular, educação prática, educação profissional baseada na demanda, educação profissional baseada na oferta, educação profissional básica, educação profissional complementar à educação básica, educação profissional de base, educação profissional integrada à educação básica, educação profissional técnica, educação profissional tecnológica, educação profissional, entre outras.

Assim, parece relevante que esta dissertação também chame a atenção para esta questão, pois, pensar o projeto societário significa também pensar o projeto educativo. Para pensar o projeto educativo, e, principalmente, para qual horizonte ele aponta, faz-se necessário a identificação dos pares e a construção de uma identidade coerente com os objetivos éticos-políticos e técnicos-científicos. Isto não significa dizer que as ITCP's precisam de um "rótulo". Construir uma identidade é ter um referencial que explicita um conjunto de características e concepções pelas quais as ações educativas das ITCP's possam ser reconhecidas em suas especificidades.

Desta forma, a prática profissional, a revisão de literatura⁴ e grande parte das entrevistas desenvolvidas para esta dissertação, levam a acreditar que a *educação comunitária para a autogestão* pode se apresentar como referência para se refletir as intencionalidades das ações educativas das ITCP's – uma educação para os trabalhadores e trabalhadoras da comunidade, que busca contemplar através da autogestão, um conjunto de pressupostos fundamentais para a emancipação, visando um projeto societário de novo tipo – de caráter socialista.

Vale ressaltar que a compreensão de educação comunitária se diferencia substancialmente da educação informal e da educação não-formal, já que é comum uma certa confusão entre estas perspectivas. Segundo a compreensão aqui em questão, a educação comunitária desenvolvida pelas ITCP's agrega elementos da educação não-formal e da educação profissional, mas sempre buscando resguardar sua característica principal - a perspectiva comunitária ancorada na autogestão e na emancipação, expressando seu forte viés político.

A relação entre a educação comunitária para a autogestão e o mundo da produção, na perspectiva sustentada, não é imediata, mas mediata - ou seja, priorizando a formação integral e não somente a preparação para o trabalho. Esta é uma séria questão para as ITCP's que lidam diariamente com a necessidade imediata da sobrevivência. Se, por um lado cabe uma acirrada crítica ao projeto pedagógico dominante - que vincula a educação ao mercado, a partir da pedagogia das competências e da empregabilidade, visando à formação do cidadão

⁴ Arroyo (1997); Carneiro (1987); Cattani (2002); Duarte (1986); Fidalgo e Machado (2000); Freire (1987); Frigotto (1993, 1998, 1999, 2000); Gadotti e Gutierrez (1999); Gohn (1999); Kuenzer (1995); Ramos (2002), entre outros.

mínimo, fácil de manipular e de explorar – por outro lado, é impossível desenvolver processos educativos desvinculados da produção com os setores populares.

Considerando que a incubagem de *cooperativas populares* seja uma *educação comunitária para a autogestão*, espera-se de todos os trabalhadores e trabalhadoras (das ITCP's e das *cooperativas populares*) o compromisso com a luta pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade, envolvendo todas as fases da escolarização – da educação básica a educação superior.

Não se trata de indicar “fórmulas educativas”, mas acreditamos que o horizonte educativo elaborado por Gramsci partindo dos referenciais marxistas, que propõe a *educação omnilateral* constituída pelo desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas potencialidades - intelectuais, afetivas, estéticas e físicas, seja a base para uma real emancipação humana.

Reafirmamos, portanto, o trabalho como princípio educativo que dá direção teórica, metodológica e organizacional à educação, com a finalidade de superar a dualidade do trabalho intelectual e trabalho manual e alcançar a educação integral, mediante a inserção do processo educativo nas relações sociais, além da participação ativa e consciente dos que nele atuam. Isso significa promover o estreitamento dos vínculos da educação com a vida real, do fazer e do pensar, da teoria e da prática, do ensino com o trabalho socialmente útil e produtivo, das disciplinas escolares entre si, visando articular as necessidades educativas individuais com as demandas sociais.

Por meio de formas organizativas que valorize o trabalho coletivo e autogestionário, parece fundamental a utilização e a organização das experiências empíricas e pessoais dos trabalhadores e trabalhadoras, tendo em vista elevar a sua compreensão teórico-conceitual. Mais que o desenvolvimento físico e intelectual e a formação das habilidades de utilizar os conhecimentos na prática concreta e de aprender pelo exercício de uma atividade, com a aplicação desse princípio, visa-se desenvolver a visão integrada e coerente da realidade natural e social. Ou seja, capacitar a classe-que-vive-do-trabalho a enfrentar crítica e praticamente os desafios colocados pela vida social e pelas formas de organização do trabalho na sociedade, tendo em vista a superação da divisão social do trabalho e das contradições que impedem o processo de expansão das potencialidades do gênero humano.

Portanto, a concepção de educação integral/omnilateral se contrapõe à educação instrumental, especializada, tecnicista, polivalente e discriminatória, que a pedagogia do capital, nos impõe o tempo todo, buscando cegar e despolitizar a classe-que-vive-do-trabalho, acentuando cada vez mais o discurso único, o fim das utopias, as diferenças de classes e a condenação à miséria em todos os seus aspectos, para a maior parte dos seres humanos. Como Neves (2001), acreditamos que as respostas apresentadas por Gramsci quanto à natureza e a direção dos sistemas educacionais nos anos iniciais do século passado mantém a sua atualidade, mesmo levando em consideração as mudanças culturais recentes.

Para finalizar, esperamos com essas reflexões e análises, dar uma contribuição a todos os trabalhadores(as)-educadores(as) das ITCP's e das *cooperativas populares* incubadas, para que possam refletir sobre os indicativos de contradições e potencialidades existentes nas suas práxis educativas, criando dispositivos transformadores que potencializem a construção do projeto societário anunciado - de caráter socialista.

Quanto à necessária utopia para a superação de tantos desafios, Cattani (2003) em *A OUTRA ECONOMIA*, elabora um verbete muito caro à intencionalidade desta dissertação e, com certeza, ao projeto educativo e societário das ITCP's:

Utopia é desejo de alteridade, é convite para a transformação que constrói o novo, é a busca da emancipação social, é a conquista da liberdade. Utopia não é um conceito nem um quadro teórico, mas uma constelação de sentidos e projetos. A verdadeira utopia é a visão crítica do presente e dos seus limites e uma proposta para transformá-lo positivamente.

Para a materialização desta utopia, vale ressaltar que o projeto de uma nova economia é muito mais que geração de trabalho e renda nas franjas do capitalismo, ou seja, é necessário disputar projeto educativo além do controle e manejo do fundo público, pois estes, também são as molas propulsoras e estratégicas da transformação ou da manutenção de hegemonia, ou seja, é o *locus* da disputa de hegemonia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. *Autogestão*. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-25.

ALENCAR, Chico; GENTILI; Pablo. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2ª Ed., São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. *Trabalho e precarização numa ordem neoliberal*. In: FRIGOTTO, G. GENTILI, Pablo. (Org.) *Cidadania Negada – políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP, 1996.

_____. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, p. 134 – 252, 1997.

ARROYO, M. G. *Pedagogia das relações de trabalho*. Trabalho & Educação. Belo Horizonte: NETE, n.2, p. 61-67, ago. – dez., 1997.

_____; BUFFA, Ester; NOSELA, Paolo. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 2000.

ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. *Economia a partir do coração*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. *A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a, p.317.

_____. *Um novo humanismo para uma nova economia*. In: COSTA, B.; KRAYCHETE, G.; LARA, F. *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000b, p. 219.

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. 5ª ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BARROS, Regina Duarte B.; LEITÃO, Ma. Beatriz Sá; RODRIGUES, Heliana de B. Conde. (Org.). *Grupos e Instituições em Análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BARROS, Josiane; PREVOT, Janaína. *Experiências da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ no contexto da extensão universitária*. In: FILHO, Targino de A.; SOARES, Rosa Leonora S.; THIOLENT, Michel. (Org.) *Metodologia e experiências em projetos de extensão*. Niterói: EDUFF, 2000, p.291-295.

BARROS, Josiane; PASSOS, Flávia. *Plano de Trabalho Psicossocial. ITCP/Coppe/UFRJ* (Mimeografado) 1997.

_____; et al (Orgs.). *Projeto de Educação Ambiental na APA Petrópolis - Narrativas das Professoras*. Rio de Janeiro: FURNAS / FRM, 2001.

BOMFIM, Alexandre Maia. *Economia Solidária e o “Fim Das Utopias” : estudo sobre os empreendimentos autogestados pelos trabalhadores, na atual configuração capitalista*. Dissertação (Mestrado). UFF, 2001.

BOURDET, Yvon; G, UILLERM, Alain. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BOURDIEU, P; VACKUANT. *A nova bíblia do Tio San*. Le Mond Diplomatique. Ed. Brasileira, 1, nº. 04, agosto – 2000.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David.(Org.) *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. 4ª ed. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. (Org.) *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHESNAIS, Jean. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado ?* Mímeo: 2002.

7º. CONCURTO. *Construir uma Economia Solidária / Resolução 1: Programa de Educação em Economia Solidária*. São Paulo: Serra Negra, agosto-2000.

CORAGGIO, José Luis. *Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado*. IN: Revista proposta, no. 72, FASE, Rio de Janeiro, março-maio de 1997: 30-38.

CORAGGIO, José Luis. *Da economia dos setores populares à economia do trabalho*. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.) *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Economia do Trabalho*. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 88-96.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1981.

_____. *Contra a Corrente – Ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000, p.169-176.

DUARTE, S. G. *Dicionário Brasileiro de Educação*. São Paulo: Edições Antares, 1986.

DUBEUX, Ana Maria Cunha. *A ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro: impressões que ficaram*. (Mimeografado), 2001.

ECOSOL. Disponível no { HYPERLINK "http://www.ecosol.com.br" }. Acesso em 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa Século XXI*. Ed. Nova fronteira / Lexikon Informática, 2001.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. (Org.) *Dicionário da Educação Profissional*. Belo Horizonte: Fidalgo & Machado Editores, 2000.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antônio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FIORI, José Luís. *Utopias e contradições do capital nos tempos de globalização*. In: *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FORUM Social. Disponível no { HYPERLINK "http://www.forumsocialmundial.org.br" }. Acesso em: 24/01/03.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da Escola improdutiva*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *A base é o que importa*. Jornal do Brasil, Caderno Economia. 28/02/1999.

_____. *Educação, Trabalho e Desenvolvimento: contradições da atual Política Educacional*. In: Revista da DIRENG, Ano 10, n. 18, novembro de 2000, p.44.

FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo. *A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Buenos Aires:CLACSO, 2001a.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria.(Org.) *Teoria e Educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional*. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação*. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1999, 77-108.

_____. Relatório Final do Projeto “*Educação Básica, formação técnico-profissional, empregabilidade e requalificação face aos limites do desenvolvimento e crise do trabalho assalariado*”. Rio de Janeiro, agosto – 1999.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida*. In: CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) *A experiência do trabalho e educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.11-27.

GADOTTI, Moacir. GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação Comunitária e Economia Popular*. 2ª ed, São Paulo: Cortez, 1999.

GAIGER, Luíz Inácio. *Sentido e possibilidades da economia solidária hoje*. In: COSTA, B.; KRAYCHETE, G.; LARA, F. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.191.

_____. *Verbete: empreendimentos econômicos solidários*. In: CATTANI, A. David. *Dicionário - A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, 135-142.

GARDA, Cynthia; NAVARRO, Luciana. *O 73º país em qualidade de vida*. *Jornal do Brasil*, 24 de julho de 2002.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano*. *Jornal do Brasil*, 24 de julho de 2002, p.25.

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998 a.

_____. *Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998 b, p. 76-99.

_____(Org.). *Pedagogia da Exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GRAMSCI. Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI. Disponível no { HYPERLINK "http://www.artnet.com.br/gramsci" }. Acesso em 2003.

GUIMARÃES, Gonçalo.(Org.) *Sindicalismo & Cooperativismo – a economia solidária em debate – transformações no mundo do trabalho*. São Paulo: UNITRABALHO, 1999a.

_____. (Org.) *Integrar Cooperativas*. s/cidade: Reproarte, 1999b.

_____. *Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda*. In: SINGER, Paul, SOUZA, André (Org.). *A Economia Solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. *O novo século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IBGE. *Censo da população brasileira*. Disponível em { HYPERLINK "http://www.ibge.gov.br" }. Acesso em: março de 2003.

IBGE / PME. Disponível no { HYPERLINK "http://www.ibge.gov.br" }. Acesso em 16/10/02.

ICAZA, Ana Mercedes I.; TIRIBA; Lia. *Economia Popular*. In: CATTANI, Antônio David.(Org.). *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 101-109.

KRAYCHETE, Gabriel et al. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.15.

KONDER, Leandro. *Marx, vida e obra*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica – as relações de produção e a educação do trabalhador*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão*. In: FERREIRA, Naura Carapeto (Org.) *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2000, p.33-57.

MACHADO, Lucília R. de Souza. Politecnia, *Escola Unitária e Trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MANACORDA, Mario A. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANCE, Euclides André. *Consumo solidário*. In: CATTANI, A.D. (Org.) *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 44 - 49.

MANCE, Euclides André. *Redes de colaboração solidária*. In: CATTANI, A.D. (Org.) *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 219-225.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 6 ed. Hucitec, 1987, p. 12.

_____. *O Manifesto Comunista*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MÉSZÁROS, I.B. *Beyond capital: Towards a theory of transition*. Monthly Review: Merlin Press, 1996.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NASCIMENTO, Cláudio. *Socialismo autogestionário*. In: CATTANI, A . D. (Org.) *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.226.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no Brasil de hoje*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. (Org.). *Educação e política no limiar do século XXI*. São Paulo: Autores Associados, 2000.

_____. *A Atualidade do pensamento gramsciano quanto à relação educação e sociedade*. Mimeografado, 2001.

_____. *As massas trabalhadoras começam a participar do banquete, mas o cardápio é escolhido à sua revelia, ou democracia e educação escolar nos anos iniciais do século XXI*. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni. *Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 163-174.

NOSELLA, Paolo. *Educação e Cidadania em Antonio Gramsci*. In: ARROYO, Miguel; BUFFA, Ester; NOSELA, Paolo. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

NÚÑEZ, Orlando. *Os caminhos da revolução e a economia solidária*. In: Revista proposta, n. 75, FASE, Rio de Janeiro, dezembro-fevereiro de 1997.

PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.

PARAGUASSÚ, Lisandra. *A destruição da humanidade e do planeta*. Jornal O Globo, 10 de junho de 2002.

POCHMANN, Marcio (Org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – Novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez & Fundação Perseu Abramo, 2002.

RAMOS, Marise N. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RAZETO, Luis. “Economia de Solidariedade e organização popular”. In: GADOTTI, M. & GUTIÉRREZ. *Educação Comunitária e Economia Popular*. 2ª Ed., São Paulo: Cortez, p. 34-58, 1999.

RODRIGUES, José. *O moderno Príncipe Industrial – O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998 a.

_____. Resenha - *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica dos salários* (CASTEL, Robert). In: *A “Nova Engenharia” da Educação: disputa do espaço educativo?* Boletim do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados Sobre Trabalho e Educação. Ano III, n. 3, jul./dez./1998b.

_____. *A educação e os empresários: o horizonte pedagógico do capital*. In: CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.) *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.103-116.

ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil*. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e Identidade dos Trabalhadores. As concepções do capitalismo e do trabalho*. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SAIDON, Osvaldo; KAMKHAGI, Vida Rachel. *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: 2001.

SEMERARO, Giovanni. *Anotações para uma Teoria do Conhecimento em Gramsci*. Caxambu: ANPED, Mimeografado, 2000.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Org.). *A economia Solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Economia dos setores populares: propostas e desafios*. In: KRAYEHETE, Gabriel et al (Org.) *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis : Vozes, 2001.

_____. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) *Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-129.

_____. *Economia solidária*. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.116.

SOUZA, André Ricardo. *Um instantâneo da economia solidária no Brasil*. In: *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 7.

TIRIBA, Lia. *As Organizações Econômicas Populares como particularidade da economia popular*. In: *O trabalho e a formação: novas formas de subordinação ou espaços de liberdade?*. Niterói: Boletim do NEDDATE, Ano 2 – n. 1 – agosto/1997.

_____. *Economía popular y crisis del trabajo asalariado: de las estrategias de supervivencia a la producción de una nueva cultura del trabajo*. Tese (Doutorado), Universidad Complutense de Madris, 1999.

_____. *Economia Popular e Cultura do Trabalho – pedagogia (s) da produção associada*. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2001.

_____. *Brincando de casinha: fragmentos de economia, cultura e educação*. In: CIAVATTA M.; FRIGOTTO, G. (Org.) *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.69.

_____. “*Cidade educativa: economia popular é coisa de pobre?*”. In: Relatório final de pesquisa. *Educação e mundos do trabalho: retratos da economia popular em Angra dos Reis*. UFF, 2003.

UFRJ. “*Ossos do Ofício: cooperativas em cena aberta*”. (Vídeo)ITCP/Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro: FINEP, 1998.

UFRJ. “*Compêndio de Vídeos da ITCP/Coppe/UFRJ*”. (Vídeo) Rio de Janeiro, 2000.

VAINER, Carlos. *O presente de um futuro possível*. In: GUIMARÃES, G. *Sindicalismo & Cooperativismo – e economia solidária em debate – transformações no mundo do trabalho*, UNITRABALHO, 1999, p. 37-61.

UNITRABALHO. Disponível no <http://www.unitrabalho.org.br> }. Acesso em 2003.

VILLASANTE, Tomás R. *Del caos al efecto mariposa*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio_(Org.) *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 217-229.

OBRAS DO ACERVO PESSOAL DA AUTORA

DUBEUX, Ana Maria Cunha. Relatório Final de Pesquisa de Doutorado. *A ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro: impressões que ficaram*. 2001.

REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em <http://www.ecosol.com.br> }. Acesso em: 2002.

REDE Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Estatuto. s/d.

REDE Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Regulamento Interno. s/d.

REDEINFORMA – *Informativo Eletrônico da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. n° (diversos).

UFPR. *IV Seminário Internacional da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo*. Trabalhos Apresentados pelas ITCP's – Curitiba, setembro - 2001.

UFC. Cartilha – *Curso Básico de Cooperativismo e Autogestão*. ITCP/Universidade Federal do Ceará. PRONINC/FINEP, s/d.

UFRJ. Relatório da ITCP/Coppe/UFRJ. *Retratos e Reflexões*. Rio de Janeiro, 2002.
ITCP/Coppe/UFRJ - Publicação: “*Ossos do Ofício: cooperativas em cena aberta*”. Rio de Janeiro: FINEP, 1998.

UFRJ. *Projeto de Metodologia de Incubagem da ITCP/Coppe/UFRJ*. Rio de Janeiro, julho - 2000.

UFRJ. *Relatório FINEP da ITCP/Coppe/UFRJ*. Rio de Janeiro, setembro de 1996.

UFRJ. *Relatório Final do Encontro Universitário para a Criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. ITCP/Coppe/UFRJ. Rio de Janeiro: UNITRABALHO, setembro – 1999.

UFRJ. *Proposta / Roteiro de Atuação*. Equipe Psicossocial. ITCP/Coppe/UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.

UFRJ. *Relatório Final. Seminário Intercooperativo do Setor Elétrico*. ITCP/Coppe/UFRJ. Rio de Janeiro, julho – 1997.

UFRJ. *ITCP na Mídia 1996-1997: coletânea de reportagens da ITCP/Coppe/UFRJ*. Rio de Janeiro, 1997.

UFRJ. *Projeto para Capacitação Profissional de Jovens. “Pintando e Criando o Futuro”*. ITCP/Coppe/UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

UFRJ. *Projeto “Casa Show”*. ITCP/Coppe/UFRJ – SENAI/DR/RJ – CASA SHOW, março – 1998.

UFRJ. Cartilha – *Curso Básico de Cooperativismo*. ITCP/Coppe/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

UFRJ. *Proposta de Regulamento Interno para a Central de Serviços das Cooperativas Populares*. ITCP/Coppe/UFRJ. Rio de Janeiro: 2001.

UFRJ. *Proposta de Código de Conduta para a Central de Serviços das Cooperativas Populares*. ITCP/Coppe/UFRJ. Rio de Janeiro: 2001.

UFRJ. *Manifesto das Cooperativas Populares da ITCP/Coppe/UFRJ*. Rio de Janeiro, julho – 2000.

UNEB. *Relatório Final do Simpósio Nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. UNEB: Bahia, julho – 2000.

UNITRABALHO. Disponível em <[http:// { HYPERLINK "http://www.unitrabalho.org.br" }](http://www.unitrabalho.org.br)>. Acesso em:2002.

UNITRABALHO / ICCO. *Relatórios de Sistematização - Projeto Incubadores 2000*. Convênio UNITRABALHO / ICCO. Brasil, Junho de 2002.

UNITRABALHO. *Projeto Incubadoras de Cooperativas Populares*. UNITRABALHO. Apresentado à União Européia. s/d.

GLOSSÁRIO

Os principais conceitos e categorias da Análise Institucional utilizados na dissertação

Adaptação: no institucionalismo, este vocábulo costuma ser sinônimo de adequação ao instituído–organizado e implica em acomodação.

Dispositivo: artifício produtor de inovações que gera acontecimentos, atualiza virtualidades e inventa o novo radical. Produz realidades alternativas revolucionárias que transformam o horizonte considerado do real, do possível e do impossível.

Agente: indivíduo-pessoa-sujeito protagonista das práticas. Entendido como produtor de subjetivação, o agente pode ser peça especialmente gerada para a formação de um dispositivo transformador.

Analizador: dispositivo inventado ou natural que é implantado para propiciar a explicitação dos conflitos e sua resolução. Tornar manifesto o jogo de forças, os desejos, interesses e fantasmas dos segmentos organizacionais.

Análise da demanda: análise e deciframento que se faz do pedido de intervenção por parte de uma organização. É o primeiro e um importante passo para que se comece a compreender institucionalmente a dinâmica dessa organização.

Análise da implicação: processo que ocorre na organização analítica, em sua equipe, como resultado de seu contato com a organização analisada. É um processo político, econômico, social, etnológico heterogêneo que deve ser examinado em todas as suas dimensões.

Atravessamento: rede social do instituído – organizado – estabelecido, cuja função é a reprodução do sistema. É um entrelaçamento, uma interpenetração e articulação de orientação conservadora, que serve à exploração, dominação e mistificação apresentando-se como necessário e benéfico.

Autoanálise: processo de produção e re-apropriação por parte dos coletivos autogestionários, de um saber acerca de si mesmos, suas necessidades, desejos, demandas, soluções e limites. Esse saber se acha em geral apagado, desqualificado e subordinado pelos saberes científico-disciplinários que além de estarem a serviço das entidades dominantes (Estado, capital, raça, etc.); também operam com critérios de Verdade e Eficiência, que são imanentes aos valores das referidas entidades. A autoanálise possibilita aos coletivos o conhecimento e a enunciação das causas de sua alienação.

Autogestão: é o processo e o resultado da organização independente que os coletivos se dão para gerenciar sua vida. As comunidades instituem-se, organizam-se e se estabelecem de maneiras livres e originais, dando-se os dispositivos necessários para gerenciar suas condições e modos de existência. Todo processo instituinte-organizante implica uma certa divisão técnica do trabalho, assim como alguma especialização nas operações de planejamento, decisão e execução. Essas diferenças podem implicar hierarquias, mas as mesmas não envolvem escalas de poder. Os conhecimentos essenciais são compartilhados e as decisões importantes tomadas coletivamente. As hierarquias correspondem a diferenças de potência, capacidades produtivas que visam ser funcionais para a vontade comunitária.

Desviante: sujeitos, grupos ou tendências que questionam o instituído-organizado através de diversos discursos e comportamentos. A proposta e a ação desviante pode tornar-se o gérmen de um processo produtivo-desejante-revolucionário.

Grupo sujeito: Um grupo que constitui-se pelo protagonismo, capaz de gerar suas leis.

Grupo sujeitado: um grupo alienado em objetivos, procedimentos, estruturas e leis.

Instituição: árvores de decisões lógicas que regulam as atividades humanas, indicando o que é proibido, o que é permitido, e o que é indiferente. Podem estar expressas em leis, normas ou hábitos. Toda instituição compreende um movimento que a gera: o instituinte. Ex: linguagem, relações de parentesco, divisão social do trabalho, a religião, a justiça, o dinheiro, as forças armadas, entre outras. Para realizar concretamente sua função regulamentadora, as instituições materializam-se em organizações e estabelecimentos.

Instituído: resultado das ações instituintes. Cumpre um papel importante porque vigora para ordenar as atividades sociais essenciais para a vida coletiva. Para que sejam eficientes devem

se manter abertos às transformações instituintes. Contudo, tem uma tendência a permanecer estático e imutável, conservando estados já transformados de fato, tornando-se resistente e conservador.

Instituinte: processo mobilizado por forças produtivo-desejante-revolucionárias que tende a fundar instituições ou a transformá-las. Os dinamismos instituintes e organizantes são orientados pelas Utopias Ativas.

Intervenção institucional: ação transformadora praticada segundo uma ética e uma política, formalizada em uma teoria aplicada segundo certas regras metodológicas e uma série de recursos técnicos. Seu objetivo central é propiciar nos coletivos a implantação de processos plenos e continuados de autoanálise e autogestão.

Não-dito: informações omitidas ou distorcidas nos discursos, textos, atitudes. Pode ser voluntário ou involuntário, consciente ou não. É uma potencial fonte de mal entendidos e conflitos que afetam a convivência.

Organizações: formas materiais nas quais as instituições se realizam. Ex: ministério, estabelecimento escolar, entre outros.

Transversalidade: interpenetração, entrelaçamento que é imanente à rede social das forças produtivo-desejantes-instituintes-organizantes. Deflagra efeitos transversais inventivos e libertários.

Utopia Ativa: metas e objetivos mais altos e nobres que orientam os processos produtivo-desejantes-revolucionários dos movimentos e agenciamentos sociais em seus aspectos instituintes-organizantes.

Verticalidade: define a dimensão da vida organizacional que corresponde ao organograma formal: cargos, hierarquias, funções, etc.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Mestrado em Educação

Mestranda: Josiane Fonseca de Barros – E-mail: { HYPERLINK
"mailto:josifb11@hotmail.com" }

Orientador: Prof. Gaudêncio Frigotto

Co-Orientadora: Profa. Lia Tiriba

ITCP: _____

Data da Implantação: _____

Departamento ou Unidade de Origem: _____

Entrevistado (a): _____ Função: _____

E-mail: _____

1- CARACTERÍSTICAS DA EQUIPE

Existem critérios definidos para a seleção da equipe? Quais?

Quais as áreas de formação acadêmica da equipe atual? (n. de pessoas por área)

Há uma atuação junto aos movimentos populares? Quais?

2- CARACTERÍSTICAS DA ITCP:

Quais os setores e coordenações da ITCP? (Como é a estrutura da ITCP; organograma)

3- CONCEPÇÕES:

O que é a **incubagem** de cooperativas?

O que significa **cooperativismo popular**?

Qual é o **papel educativo** da ITCP?

Quais os **maiores desafios** para a assessoria da ITCP?

4- PARCERIAS:

Quais as parcerias firmadas pela ITCP?
Parceria (Objetivo: financiamento, político, etc..).

Há uma relação e/ou aproximação de algum partido político? Qual?

A ITCP renovou algum convênio? Qual? (tipificar)

5- AÇÕES EDUCATIVAS:

Quais os cursos que a ITCP já realizou com as cooperativas incubadas?

CURSO	Nível e carga horária	Módulos (temáticas)	Objetivos e Metodologia

Existe um projeto político-pedagógico definido e executado pela ITCP? Qual?

Existe uma opção teórico-metodológica definida pela ITCP para as ações educativas? Qual?

O processo de incubagem articula-se com a escolarização formal? (encaminhamento, motivação para retornar aos estudos, alfabetização, etc..)

Há um levantamento do perfil educacional dos cooperativados ? Qual é?

Que tipo de ser humano a ITCP busca formar?

Quais os cursos que a ITCP já realizou com outros grupos além das cooperativas?
Quais os grupos?

CURSO	Nível e carga horária	Módulos (temáticas)	Objetivos e Metodologia

A ITCP realiza ou já realizou outras atividades com as cooperativas além dos cursos? (Atividades sociais, culturais, etc..)

6- COOPERATIVAS:

- n. de cooperativas incubadas:
- n. de cooperativas legalizadas:
- n. total de cooperativados:
- n. total de postos de trabalho atuais:

Quais as atividades profissionais realizadas pelas cooperativas?

A ITCP tem produções acadêmicas já finalizadas; publicações? (monografias, pesquisas, dissertações; livros, cartilhas, materiais didáticos, etc...) Quais são (c/autor(res):

7- REDE DE ITCP's:

O que significa a Rede de ITCP's para a ITCP?

Qual (is) é (são) o (os) elemento (s) de fortalecimento da REDE?

As ITCP's se relacionam para a construção de um projeto educativo? De que forma?

Qual é o maior desafio para a REDE?

8- ECONOMIA SOLIDÁRIA:

O que significa para a ITCP a economia solidária?

O que significa para as cooperativas a economia solidária?

Há uma atuação concreta com redes solidárias? Quais as ações, e quais as redes?

O resultado dessa atuação/relação tem sido positivo? Em que sentido?

Quais as maiores dificuldades com relação à economia solidária?

APÊNDICE B - Dados Gerais das ITCP's Filiadas à Rede Universitária

COPPE / UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Brigadeiro Trompowsky, s/n
Pça. da Prefeitura – Ilha do Fundão
Rio de Janeiro
UF: RJ
Telefone: (21) 2260-1383 / 2598-9240

Fundação

Janeiro de 1996.

Histórico

A Incubadora da UFRJ além de transferir sua experiência e metodologia para a implantação de outras Incubadoras, exerceu, até o início de 2003, duas gestões consecutivas da coordenação geral da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Composição da Equipe

Durante seis anos de trabalho houve uma renovação constante da equipe. No início era composta predominante pelos alunos de mestrado e doutorado do curso de Engenharia de Produção da COPPE. Após 02 anos de funcionamento, a Incubadora investiu na contratação de uma equipe mista, composta por profissionais oriundos de diversos movimentos sociais e alunos universitários de diversas áreas de formação. A Incubadora atuou durante 04 anos com esta equipe e hoje, em 2003, conta com uma reduzida equipe composta por 08 profissionais e 04 estagiários.

A estruturação interna passou por radicais reformulações ao longo do tempo no que diz respeito aos setores, equipes e até coordenações, sempre alterando significativamente os organogramas. Atualmente está organizada com uma coordenação geral, coordenação de incubagem, equipe de educação, equipe de comunicação e equipe de incubagem.

Parcerias e Convênios

Prefeituras, sindicatos de trabalhadores, empresas e órgãos financiadores como: Prefeitura do Rio de Janeiro (Projeto Favela Bairro), CNM/CUT, ADS/CUT, Grupo Sendas / Casa Show, SENAI, MTb/FAT, Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara/Estadual, NOVIB, Comunidade Solidária, ICCO, SHERBROK, entre outros.

Cursos Ministrados

As atividades nos anos de 1997, 1998 e 1999 ficaram bastante concentradas na formação cooperativista e qualificação profissional, tendo ministrado além do curso de cooperativismo, cursos específicos de azulejista, pintor, pedreiro, encanador predial e hidráulico, eletricitista predial e instalações especiais em parceria com o SENAI/Construção Civil. Atuou também na capacitação profissional de jovens em pintura básica e decorativa, em parceria com o Programa Comunidade Solidária; realizou cursos de informática em parceria com o NCE (Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ); ofereceu curso de Formação de Dirigentes para as Cooperativas Populares; e os cursos de iniciação ao cooperativismo popular; cursos de capacitação específica em limpeza geral e hospitalar, hotelaria, costura e técnicas de segurança no trabalho, também ganharam grande destaque e esforços nesse período, pois havia aproximadamente 09 (nove) cooperativas fechando contrato de trabalho na área de serviços, totalizando aproximadamente 700 (setecentos) postos de trabalho, o que demandou, além dos cursos de formação cooperativista, cursos de capacitação e qualificação profissional.

A ITCP/COPPE também ofereceu cursos de introdução ao cooperativismo para o público externo de diversas cooperativas e comunidades que estavam se formando sem a incubagem¹ da ITCP.

Número de Cooperativas Incubadas

Incubou 14 (quatorze) cooperativas e concluiu o processo de legalização da grande maioria, totalizando aproximadamente 700 (setecentos) postos de trabalho, nas áreas de limpeza geral e hospitalar, construção civil, costura, lavanderia e manutenção hospitalar, portaria e vigilância.

¹ Entende-se por incubagem na ITCP/COPPE, o processo sistemático de assessoria em todas as áreas: formação cooperativista, legalização, contabilidade, administração cooperativa, educação profissional, inserção no mercado, licitações, marketing e etc.

Publicações

Produziu fitas de vídeo, organizou livros sobre a temática do cooperativismo, artigos, trabalhos em seminários e congressos.

Informações Adicionais

Já foi campo de pesquisa para dissertações de mestrado e doutorado.

UFC

Universidade Federal do Ceará

Rua Paulino Nogueira, nº 265 - Benfica

Fortaleza

UF: Ceará

Telefone: 281-2069

Fundação

Janeiro de 1999.

Histórico

Fundada pela Universidade Federal do Ceará enquanto projeto de extensão universitária vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia.

Composição da Equipe

Conta atualmente com uma equipe de aproximadamente 20 pessoas – entre docentes, técnicos e estagiários das seguintes áreas de formação: sociologia, engenharia civil, contabilidade, administração, serviço social, pedagogia e direito.

Parcerias e Convênios

Firmou parcerias com sindicatos da CUT e diversas prefeituras. Recebeu financiamento do FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador, FBB- Fundação Banco do Brasil e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, tendo em 2002, a perspectiva de renovação com a FINEP e a FBB.

Cursos Ministrados

Nos seus 03 anos de atividades ministrou os seguintes cursos para as cooperativas incubadas: curso básico de cooperativismo popular, curso para conselho fiscal, curso de contabilidade para cooperativas, curso de gestão cooperativista, curso de empreendedorismo cooperativista e cursos de capacitação específica (limpeza e conservação, limpeza hospitalar, portaria, segurança no trabalho, WLL - telefonia celular fixa, eletricista, bombeiro hidráulico, jardinagem, arte culinária pães/tortas/doces, e apicultura. Estes cursos foram realizados de acordo com a atividade econômica desenvolvida pela cooperativa. Parte desses cursos foram financiados pelo FAT, portanto, quando as vagas previstas não eram totalmente preenchidas pelos cooperativados, as sobressalentes eram oferecidas à comunidade, considerando que os cursos de qualificação profissional financiados pelo FAT precisam atender a um público diversificado de trabalhadores, principalmente aqueles inscritos pelas secretarias de trabalho dos estados.

Número de Cooperativas Incubadas

Já incubou 35 (trinta e cinco) cooperativas e, dentre estas, 20 se encontram legalizadas, totalizando aproximadamente 1.800 postos de trabalho nas seguintes atividades: portaria, limpeza geral, limpeza hospitalar, eletricista, culinária, e apicultura.

Publicações

A incubadora investiu em duas publicações: 01 livro – “Mudanças no Mundo do Trabalho²” e 01 cartilha “Curso Básico de Cooperativismo e Autogestão³” para o curso de formação junto às cooperativas.

² Júnior, Osmar de Sá Ponte (Org.) Mudanças no mundo do trabalho – cooperativismo e autogestão. Fortaleza: Expressão, 2000.

³ ITCP/ UFC – Curso Básico – cooperativismo e autogestão. Apoio: FINEP-PRONINC, FLACSO, FBB - Banco do Brasil, CETREDE - Parque de Desenvolvimento Tecnológico, Coppe-UFRJ e COEP.

UFJF

Universidade Federal de Juiz de Fora

Campus Universitário – Plataforma do ICE
Sala 42 – Bairro Martelos – Juiz de Fora UF: MG
Tel. (32) 3229-3397 / 3398 / 3399

Fundação

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Juiz de Fora (ITCP/UFJF), foi implantada no mês de março de 1998 pela Universidade Federal de Juiz de Fora enquanto projeto de extensão universitária.

Composição da Equipe

Sua equipe está composta por aproximadamente 40 (quarenta) pessoas entre docentes, estagiários de graduação e pós-graduação, pesquisadores, servidores, pessoal técnico, administrativo, de apoio e contratados das seguintes áreas de formação: direito, serviço social, ciências sociais, ciências contábeis, arquitetura, comunicação social, economia, engenharia de produção, enfermagem, psicologia, educação e jornalismo.

Quanto à seleção de novos membros para a equipe, (...)“não existem regras nem operações pré-definidas para a entrada de novos docentes e técnicos para a equipe, a não ser a prioridade para os do quadro efetivo da UFJF a fim de garantir a continuidade dos trabalhos. A equipe inicial, outros foram se somando por interesses e motivações individuais e/ ou por estímulo de um ou mais participantes da equipe. No momento, a maioria dos docentes se incorporam à equipe em atendimento às demandas de suas áreas e através de um projeto de extensão, de pesquisa e ou de estágio curricular.

Em relação aos alunos, também ingressam através de projetos devendo para tal, submeterem-se a um processo de seleção, variável de acordo com o projeto, mas que geralmente inclui entrevista, análise de *curriculum vitae*, prova, ou outro procedimento seletivo. Isto ocorre, uma vez que o número de interessados é maior do que o número de bolsas disponíveis. Todos os alunos recebem bolsas, à exceção, os que ingressam na incubadora para cumprir um programa de estágio curricular obrigatório de seus cursos.

A proposta da incubadora vem demandando, a cada momento, o envolvimento de um número maior e mais diversificado de profissionais. Assim, a equipe vem sendo ampliada gradativamente em número e em novas áreas do conhecimento”.

A estrutura da ITCP está composta por uma coordenação geral, e dois coordenadores, sendo, um coordenador para o núcleo de mobilização e capacitação, e outro coordenador para o núcleo de planejamento, gestão e mercado, sendo as equipes, compostas a partir dos diferentes projetos.

As tomadas de decisão interna em relação à divisão de tarefas, às questões administrativas, etc., se dá com a participação da equipe básica, e em momentos emergenciais, por proposta do Coordenador. Da definição e programação anual das atividades, participam além da equipe básica, os coordenadores dos projetos de extensão, de pesquisa e de estágio curricular. Convém lembrar que, deste processo, também participam as cooperativas, levantando, discutindo suas demandas, elaborando uma programação anual de trabalho com a Incubadora. As decisões, em relação à divisão das tarefas, são operacionalizadas pelos próprios integrantes da equipe, definidos como executores e/ ou responsáveis, e são acompanhadas pela Coordenação. Os projetos acadêmicos são ainda de programação e de controle dos Departamentos e das Pró-Reitorias que os autorizam e os aprovam.

Finalmente, para a tomada de decisões que envolvem questões mais complexas, como por exemplo, as que definem os rumos da Incubadora, como as prioridades e reformulações do trabalho, é convocada toda a equipe que as discute e delibera. (Informação Verbal)⁴

Parcerias e Convênios

A Incubadora firmou parcerias para diferentes fins com: Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Pastorais Religiosas (identificação e apoio aos grupos mobilizados para a formação de cooperativas), Coordenação dos Portadores de Deficiência Física (inserção de uma cooperativa no mercado), Comitê Pró-emprego (formação de uma cooperativa de costura), Sociedade São Vicente de Paula (mobilização de Catadores de lixo e formação de uma cooperativa), Comitê de Democratização da Informática (formação e capacitação de uma cooperativa), FINEP– Financiadora de Estudos e Projetos, e SETASCAD (financiamento para a estrutura da ITCP / cursos verba FAT), Sindicatos, Banco do Povo (aquisição de máquinas)

⁴ Comunicação pessoal concedida à autora em entrevista na ITCP.

e a Empresa Paraibuna de Metais (investimentos nas cooperativas – numa relação de responsabilidade social) mediada pela Agência de Desenvolvimento Social.

Cursos Ministrados

Além do curso de formação em cooperativismo, ministrou cursos de gestão cooperativa, relações humanas no trabalho, saúde e segurança, preservação ambiental, direito cooperativo, comunicação e marketing, assim como os cursos de capacitação específica de acordo com a atividade desenvolvida pela cooperativa. Organiza, mensalmente, debates com "Temas do Cotidiano".

Cooperativas Incubadas

Incubou 10 (dez) cooperativas que se encontram totalmente legalizadas, somando aproximadamente 301 (trezentos e um) postos de trabalho, nas seguintes atividades: conservação e limpeza; vigia, porteiro; construção civil / pequenos reparos; apoio administrativo; digitação; auxiliar de biblioteca; instalação e manutenção de softwares e hardwares / redes locais / cursos básicos para computação / consultoria em informática; entregas rápidas (pequenas cargas); assistência à saúde / acompanhamento de idosos e baby sitters; garçons e maitres / gerenciamento de eventos / serviços de cozinha; motoristas de caminhão / ajudante e montador; artesanato; confecção de cartões; catadores de papéis e latas para reciclagem.

Informações Adicionais

A ITCP já foi campo de pesquisa para três monografias, além de trabalhos para diversos seminários e congressos.

UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco

R. Dom Manoel de Medeiros, s/n – Dois Irmãos - Recife

UF: PE

Telefone: (81) 3302-1585

Fundação

Implantada no mês de maio de 1999 na Universidade Federal Rural de Pernambuco pelo Departamento de Educação.

Composição da Equipe

Para a composição de sua equipe prioriza os alunos do curso de especialização em cooperativismo ministrado pela UFRPE/Departamento de Educação, considerando como fundamental a afinidade do profissional/bolsista com o trabalho e com o público alvo da ITCP, além da identificação com a metodologia participativa, seguido de entrevista e análise do currículo. Esta equipe está composta hoje por aproximadamente 10 pessoas, entre equipe técnica e estagiários, das seguintes áreas de formação: agronomia, engenharia de pesca, direito, serviço social, pedagogia, economia doméstica, engenharia florestal, psicologia e contabilidade.

Sua organização interna está composta por três instâncias: coordenação/secretaria, núcleo de pré-incubação (elaboração de três oficinas: mundo do trabalho e cooperativismo, viabilidade econômica e estatuto e legalização) e, por fim, o núcleo de incubação.

Parcerias e Convênios

Firmou parcerias com diferentes fins com: ADS- Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (financiamento para pré-incubação, material didático e pessoal), FBB- Fundação Banco do Brasil e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos (financiamento geral para a ITCP), COEP – Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (parceria política), Governo Estadual - Programa Pró-rural (apoio à 32 agricultores em assentamento com transporte e alimentação). Mesmo não existindo uma relação direta/orgânica com determinado partido político, a coordenação da ITCP vislumbra um canal de parceria com a atual prefeitura do PT (Partido dos Trabalhadores) no Recife.

Cursos Ministrados

Nos seus 03 anos de atividades ministrou os seguintes cursos abertos à comunidade e financiados pelo FAT: Iniciação ao Cooperativismo e Gestão Avançada e Cooperativismo. Esses cursos foram montados de acordo com o perfil FAT e os alunos selecionados pela Secretaria de Trabalho Estadual.

Cooperativas Incubadas

Já incubou 10 (dez) cooperativas, totalizando aproximadamente 75 (setenta e cinco) postos de trabalho. Dentre estas, 05 cooperativas estão totalmente legalizadas atuando nas seguintes atividades: agricultura (diversas culturas), costura, turismo, serviços gerais/limpeza, manutenção e instalação de equipamentos.

Publicações

Encontra-se em fase final de produção a impressão de cinco (05) cartilhas sobre cooperativismo, material sobre o processo metodológico adotado e material didático provido de bibliografia para o uso popular e da própria equipe no processo de incubagem.

Informações Adicionais

No campo da pesquisa, atualmente estão sendo elaboradas 02 dissertações de mestrado e 01 tese de doutorado envolvendo o trabalho da incubadora.

UNEB

Universidade da Bahia

Rua A, Quadra D, lote 2 - Itapuã

Salvador - UF: BA

Tel. (71) 249-1449

Fundação

Implantada no mês de outubro de 1998, pela Universidade Estadual da Bahia, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão – PROEX / Programa de Tecnologias da Habitação – THABA, enquanto projeto de extensão universitária.

Composição da Equipe

Para a composição de sua equipe, prioriza os interessados que se identificam com a proposta de trabalho da ITCP. Esta equipe está composta por aproximadamente 10 pessoas, entre funcionários da universidade e alunos das seguintes áreas de formação: pedagogia, administração, contabilidade, urbanismo, direito, programação visual, sociologia, psicologia e economia.

A organização interna está composta a partir de três equipes e dois (02) coordenadores: equipe de formação, equipe de mercado e crédito e equipe de administração.

Parcerias e Convênios

Firmou parcerias para diferentes fins com: FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos (em fase de renovação), ADS- Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (financiamento e parceria política) , Universidade Federal da Bahia (banco solidário), e com uma empresa (núcleo de psicologia social) para que fosse trabalhado o relacionamento interpessoal. Mesmo não existindo uma relação direta/orgânica com algum partido político, a coordenação reconhece que sua equipe técnica está ligada ao PT (Partido dos Trabalhadores).

Cursos Ministrados

Nos seus 03 anos de atividades ministrou os seguintes cursos para as cooperativas incubadas: Iniciação ao Cooperativismo, Gestão e Alimentos.

Cooperativas Incubadas

Já incubou 06 (seis) cooperativas, totalizando aproximadamente 93 (noventa e três) postos de trabalho. As áreas de atividades das cooperativas são: panificação e buffet, reciclagem e artefatos de papel, reciclagem e artefatos de papel, artesanato de sisal e couro, componentes construtivos de sisal e argamassa, serviços em energia elétrica, e alimentação.

Publicações

Com relação à publicação, encontra-se em fase inicial o material didático que norteará o trabalho da equipe para o processo de incubagem.

Informações Adicionais

No campo da pesquisa, atualmente estão sendo elaboradas 01 dissertação de mestrado e 03 monografias envolvendo o trabalho da incubadora.

USP

Universidade de São Paulo

Av. Prof. Lúcio M. Rodrigues, 443
Trav. 4 – bloco 28 – Cidade Universitária
São Paulo – UF: SP
CEP: 05508-900
Tel. (11) 30915828

Fundação

Implantada no mês de abril de 1999 na Universidade de São Paulo pela Coordenadoria Executiva de Cooperação e Atividades Especiais.

Composição da Equipe

Para a composição de sua equipe, prioriza os interessados que se envolvam com os espaços de formação da ITCP. Estes iniciam pelo curso de formação, ministrado na própria incubadora, que aborda temas como metodologia, histórico e princípios cooperativistas, utilizando textos e referência teórica definida para que, logo depois, os participantes possam conhecer os vários grupos incubados até que ocorra o acompanhamento propriamente dito. Este acompanhamento se dá conjuntamente com outro integrante mais antigo para que, a partir daí, o novo integrante se incorpore a um projeto da incubadora. Nesse momento, a formação dos formadores já está se dando na prática, todos vão a campo, não há separação do pensar/formular e agir, segundo a coordenação da incubadora.

Esta equipe encontra-se composta por aproximadamente 50 formadores, sem distinção entre técnicos e bolsistas, das seguintes áreas de formação: ciências sociais, contabilidade, letras, economia, psicologia, arquitetura, engenharia de produção, direito, pedagogia, história e química, com predominância nas áreas de ciências sociais e economia.

Sua estruturação interna está organizada pelo Conselho Orientador composto por alunos, professores, funcionários, comunidade e cooperativados; Conselho Acadêmico eleito pela ITCP e ratificado pelo Reitor da USP, composto por professores, alunos de pós-graduação e

alunos de graduação que já fazem parte do conselho orientador; Coordenação Geral eleita por 01 ano pelo Conselho Orientador, sempre composto por um coordenador da gestão anterior e um novo; Núcleo de Gestão de Contabilidade e Administração que pensam a gestão democrática da cooperativa e interagem com toda a equipe; e finalmente, o grupo de formação com responsabilidades teórico-práticas.

Cursos Ministrados

Nos seus 04 anos de atividades vem trabalhando com formação continuada – como ressalta a coordenação - em diferentes áreas para as cooperativas com os seguintes cursos subdivididos em temáticas: Procedimento cooperativo (assembléias, atas, registros, comunicação interna, relações pessoais, poder e hierarquia x gestão democrática), Cidadania (relação cooperativa x comunidade e direitos da cidadania), Direito (direito do trabalho, direito fiscal e tributário e direitos e deveres/regimento interno), Realização de Negócios (estudos de viabilidade econômica, formação de preço, cálculo de custos, descrição e projeto e negociação), Organização e Divisão do Trabalho (logística de trabalho e capacitação), Gestão do Negócio Cooperativo (planejamento, marketing e documentação, registros contábeis e controles contábeis), Atividades de Integração (comunidade e família, lazer e cultura, e escolaridade e educação).

Ofereceu cursos de formação de formadores em cooperativismo e economia solidária, para o público externo (agentes sociais, técnicos de prefeituras, coordenadores de projetos sociais e alunos da universidade).

Cooperativas Incubadas

Incubou 16 (dezesseis) cooperativas totalizando aproximadamente 449 (quatrocentos e quarenta e nove) postos de trabalho. A maioria das cooperativas já se encontra totalmente legalizada. As áreas de atividades dessas cooperativas são: limpeza geral, artesanato, telefonia, agricultura, teatro, costura, reciclagem de materiais inorgânicos, psicologia, sociologia, engenharia, arquitetura, alimentação, jardinagem e construção civil.

Informações Adicionais

No campo da pesquisa, atualmente estão sendo elaboradas 02 dissertações de mestrado e 01 tese de doutorado, envolvendo o trabalho da incubadora.

UFPR

Universidade Federal do Paraná

Praça Santos Andrade, 50 – Centro - Curitiba
Trav. 4 – bloco 28 – Cidade Universitária
UF: PR
Tel. (41) 310-2732 / 2618

Fundação

Implantada no mês de março de 1999, como programa de extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), que, por sua vez, possui sua estrutura burocrático/administrativa cindida em três Coordenadorias: Cultura, Extensão e Apoio à Cidadania.

Composição da Equipe

Conta atualmente com uma equipe de aproximadamente 25 pessoas – entre docentes, servidores técnico-administrativos, bolsistas de graduação e um bolsista de pós-graduação (mestrado), das seguintes áreas de formação: Geologia, Geografia, Economia, Direito, Contabilidade, Administração, História, Engenharia Florestal e Pedagogia.

O ingresso de docentes, bolsistas ou servidores técnico-administrativos tem, em geral, sentidos diversos. Assim, uma das análises possíveis para o ingresso de novos docentes na ITCP/UFPR pode ser o critério da afinidade, seja com a atividade extensionista ou com o programa desenvolvido. Relevantes, também, as razões de ordem pessoal e o atendimento a demandas específicas. Para os bolsistas, o critério de escolha se dá por processo seletivo, promovido anualmente e orientado por área de conhecimento e interesse para a extensão. Por fim, o ingresso de servidores técnico-administrativos está pautado por razões inerentes à burocracia universitária.

A divisão social do trabalho na ITCP/UFPR está fundada nas relações de saber, onde o conhecimento específico pauta a divisão das tarefas, compreendida em quatro etapas (não estanques necessariamente), quais sejam: curso de formação, estudo de viabilidade econômica, legalização e assessoramento. Sob o ponto de vista institucional, encontramos os servidores técnico-administrativos permeando todo o processo, fazendo a mediação entre as

exigências de conhecimento específico, esfera de atuação dos docentes e estudantes, e as demandas das comunidades. Nesse sentido, a divisão das tarefas dá-se com base nos saberes específicos, onde o “especialista”, em direito, economia ou contabilidade, por exemplo, terá o efetivo poder decisório na divisão de tarefas.

Parcerias e Convênios

No que se refere à obtenção de fontes de recursos, a ITCP/PR está inserida no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR, como um programa de extensão, e, nesta condição, contou com aportes financeiros de diversas naturezas, como bolsas de extensão, bolsas trabalho (Pró-reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis) e bolsas sênior. Na busca de recursos externos, a ITCP/PR, desde sua fundação, não possui um leque muito variado de fontes de recursos, apresentando-se regulares os repasses provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), através de contratos firmados com a Secretaria de Relações do Trabalho. Em 2000, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) firmou um convênio com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), onde esta se comprometeu a ofertar bolsas de estudo aos estudantes vinculados às atividades de extensão da UFPR, sendo destinadas parte destas bolsas à ITCP/PR.

Cursos Ministrados

Nos seus 03 anos de atividades, além dos cursos de formação em cooperativismo, ministrou cursos de capacitação profissional de acordo com as atividades de trabalho das cooperativas.

Cooperativas Incubadas

Incubou 25 cooperativas, totalizando aproximadamente 940 (novecentos e quarenta) postos de trabalho. As áreas de atuação das cooperativas são: fabricação de embalagens e artefatos diversos em madeira; prestação de serviços em limpeza e serviços gerais; agroindústria; produção de conservas e compotas; confecção de acolchoados de lã de carneiro; artesanato; produção de cogumelos / mel e conservas; taxistas; produção e comercialização de carne de siri e bacucu; serviços em telecomunicações e informática; comercialização e industrialização de produtos agrícolas; costura; turismo e organização de eventos; serviços de portaria / conservação e limpeza; coleta de material para reciclagem: papel / plástico / latas; música, artesanato em vime / ratã / junco; e; panificação.

FUNREI

Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei

Praça Dr. Augusto das Chagas Viegas, 17 - Centro
Trav. 4 – bloco 28 – Cidade Universitária
São João Del Rei – UF: SP
Tel. (32) 3379-2502

Fundação

Implantada no mês de março de 1999 pela Vice-diretoria de Assuntos Comunitários – VICOM da Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei – FUNREI.

Composição da Equipe

Conta atualmente com uma equipe de aproximadamente 41 voluntários – entre docentes, servidores técnico-administrativos e monitores de graduação, das seguintes áreas de formação: psicologia, administração, direito, sociologia, informática e estatística, letras, filosofia, secretariado, fotografia e filmagem.

A composição do quadro de profissionais envolve professores, técnicos e alunos/monitores, ficando aberto àqueles que na Universidade se voltam para trabalhos de extensão e que apresentam, nas reuniões ordinárias da Incubadora, uma proposta de trabalho acompanhada de currículo. Esta reunião se dá a cada quinze dias e participam dela ao menos um representante da equipe de cada grupo incubado.

Parcerias e Convênios

A incubadora firmou parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (FAT), mediante apresentação de projeto para o financiamento de cursos de qualificação profissional; com o GERACOOOP, por meio da Secretaria do Trabalho e Ação Social, mediante apresentação de projeto, para obtenção de financiamento para qualificação em gestão de cooperativas; com a Prefeitura Municipal que cede um funcionário; e, sindicatos dos trabalhadores.

Mesmo com o apoio e parceria - tão importante - dos sindicatos de trabalhadores, consideram necessário ampliar a inserção da equipe nos movimentos sociais e buscar novas formas de atuação. A assessoria (incubagem) que antes se restringia a São João Del Rei, foi aos poucos chegando aos pequenos municípios da região. Com esta ampliação geográfica e com a

diversidade de grupos interessados em formar cooperativas, foram obrigados a mudar paulatinamente a sua organização interna.

Em São João Del Rei, estabeleceram participação e interlocução com a comunidade por meio do Movimento Acontece, que reúne 72 associações de bairros e também por meio dos Conselhos/Comissões Municipais das áreas sociais, com representação de um membro da ITCP ou da UNITRABALHO. Nos municípios vizinhos, optaram em criar o “Fórum de Desenvolvimento Comunitário”. Trata-se de um expediente para agrupar os movimentos sociais locais em uma só entidade que seria a principal interlocutora com a Incubadora. O Fórum é permanente, reúne-se ordinariamente uma vez por mês e tem uma mesa coordenadora composta de um Professor da ITCP e mais três ou quatro membros da comunidade. O Fórum é assistido por um grupo de alunos e as reuniões são abertas a todos os cidadãos do município. São convidados, especialmente, os movimentos sociais, além da Câmara e do Executivo municipais. A partir deste tipo de atuação, a ITCP se estrutura com uma Coordenação Geral que coloca professores, técnicos administrativos e alunos nos Fóruns e nos grupos incubados.

O trabalho de incubagem inicia-se mais freqüentemente com demandas que vêm dos Fóruns, do Movimento Acontece ou dos Conselhos Municipais. Como o quadro de profissionais é relativamente pequeno em relação às demandas, faz-se a seleção em dois níveis: a) aceitar grupos cuja demanda tenha surgido nos Fóruns, Conselhos, Movimento Acontece ou na União Sindical; b) a partir das possibilidades que o grupo demonstre no sentido de materializar seu intento de organização.

Cooperativas Incubadas

Incubou 17 (dezesete) cooperativas totalizando aproximadamente 594 (quinhentos e noventa e quatro) postos de trabalho, sendo que a maioria das cooperativas já se encontra totalmente legalizadas. As áreas de atividades dessas cooperativas são: vigilância não armada; transportes alternativos (moto-taxi e vans); limpeza geral; artesanato (cerâmica); alimentação; mineração; fiação; turismo; transporte de cargas (caminhões); manutenção ferroviária e construção civil.

UFSCar

Universidade Federal de São Carlos

Rodovia Washington Luiz, KM 235 – São Carlos

Trav. 4 – bloco 28 – Cidade Universitária

UF: SP

Tel. (16) 260-8111 r:8701

Fundação

Implantada no mês de abril de 1999 pela Universidade Federal de São Carlos através da Pró-Reitoria de Extensão.

Composição da Equipe

Para a composição de sua equipe, a coordenação considera o interesse do candidato no trabalho da ITCP, a experiência anterior com trabalho comunitário e a participação como bolsista ou no curso de cooperativismo oferecido pela ITCP, na medida em que a equipe se capacita dentro da própria equipe, do próprio projeto.

Esta equipe atual está composta por aproximadamente 23 pessoas – entre professores, alunos bolsistas, técnicos graduados e um voluntário das seguintes áreas de formação: terapia ocupacional, engenharia de produção, engenharia civil, engenharia de materiais enfermagem, psicologia, ciências agrárias, estatística, ciências sociais, matemática, química, pedagogia e direito.

Com relação aos movimentos populares, a participação da ITCP se dá em fóruns (lixo, meio ambiente, economia solidária, etc.) promovidos pela atual prefeitura petista que tem mobilizado os profissionais da ITCP. Quanto à relação com algum partido político, esta tem se construído com o PT através dos profissionais da ITCP, que se envolvem nas discussões de políticas locais, além da ITCP ser demandada por incubação de alguns grupos que estão sendo trabalhados via partido.

A estrutura atual está organizada com os professores na coordenação da equipe, sendo as decisões tomadas em reuniões gerais, e as equipes organizadas por projetos. Essa organização interna está atualmente em discussão e o estatuto sendo elaborado. Questões como quem poderá compor a coordenação, por quanto tempo, papéis de cada membro, estão em pauta. Há

o desejo que as equipes sejam mais integradas, para isto, há a proposta de composição de núcleos temáticos como: formação, gestão, legalização e viabilidade econômica que teriam relação direta com as etapas de incubação. Já os núcleos de planejamento e dinâmica de grupo dariam subsídios ao longo do processo.

Parcerias e Convênios

A ITCP, até então, firmou algumas parcerias para as cooperativas com igrejas, empresas, prefeituras e ONG's com o objetivo de potencializar espaço físico, recursos, materiais, reformas, transporte/caminhão para coleta.

Cursos Ministrados

Nos seus 03 anos de atividades ministrou os seguintes cursos para as cooperativas: Cooperativismo, Limpeza geral e equipamentos, Costura, Trabalho em equipe e Reciclagem de resíduos. Para grupos externos, ministrou curso de Formação em Cooperativismo para graduandos e Formação de Multiplicadores.

Cooperativas Incubadas

Já incubou e/ou iniciou o processo com 09 (nove) cooperativas totalizando aproximadamente 30 (trinta) postos de trabalho nas seguintes áreas de atuação: limpeza geral; reciclagem; costura; alimentação e horta orgânica. Dentre estas, 02 estão totalmente legalizadas.

Informações Adicionais

No campo da pesquisa atualmente estão sendo elaboradas 02 teses de doutorado e 01 dissertação de mestrado pelos integrantes da ITCP, envolvendo assim, o trabalho da Incubadora e mais especificamente, os temas relacionados ao cooperativismo, incubação e economia solidária. Já publicou um artigo sobre *metodologia de incubagem* e 25 trabalhos.

FURB

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Av. Antônio da Veiga, 140 – sala G-002
Bairro Victor Konder – Blumenau - UF: SC
Tel. (47) 321-0492 / 0338

Fundação

Implantada no mês de novembro de 1999 na Fundação Universidade Regional de Blumenau/FURB vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias/PROERC com o apoio do Instituto de Pesquisas Sociais da UNITRABALHO.

Composição da Equipe

Para a composição de sua equipe utiliza nos processos de seleção: entrevistas, dinâmicas de grupo e redação. Prioriza o candidato cujo perfil se aproximar mais da perspectiva político-ideológica da educação popular com ênfase na linguagem, considerando o respeito pelo saber do outro como característica básica para um trabalho intercultural, como reconhecem ser o da ITCP .

Esta equipe atual está composta por aproximadamente 08 pessoas – entre professores, técnicos e alunos bolsistas - das seguintes áreas de formação: serviço social, psicologia, economia, administração e direito.

Sua estruturação interna está organizada em equipes: equipe de mobilização, equipe de capacitação, equipe de organização e gestão e equipe de viabilização econômica.

Parcerias e Convênios

Firmou parcerias objetivando diferentes fins com: prefeituras, secretaria estadual de trabalho, ANTEAG, ONG's, CNBB-Mini Projetos, Unitrabalho, ADS/CUT, Sindicatos, Projeto Integrar/CUT e universidades públicas e privadas.

Mesmo não existindo uma relação direta/orgânica com algum partido político, a coordenação da ITCP reconhece que sua equipe mantém uma visão de esquerda mais próxima ao PT.

Cursos Ministrados

Nos seus 03 anos de atividades ministrou cursos de panificação e vendas para as cooperativas, além da formação em cooperativismo. Já para grupos externos, ofereceu o curso de Formação de Assessores em Economia Solidária e Cooperativismo para universitários.

Cooperativas Incubadas

Incubou 03 cooperativas e assessorou 04, totalizando aproximadamente 150 (cento e cinquenta) postos de trabalho, com 03 cooperativas totalmente legalizadas.

As áreas de atuação das cooperativas são: transporte/terraplanagem e pavimentação; alimentação; costura e música.

Publicação

Foram publicados alguns artigos sobre economia solidária além de material didático para o trabalho de incubagem.

Informações Adicionais

No campo da pesquisa, atualmente está em elaboração 01 dissertação de mestrado e 01 monografia.

UCPel

Universidade Católica de Pelotas

R. Félix da Cunha, 412 – Prédio B –s. 209

Centro – Pelotas – UF: RS

Tel. (53) 284-8215

Fundação

Fundada em outubro de 1999 pela Universidade Católica de Pelotas/RS. Encontra-se vinculada ao núcleo local da UNITRABALHO, ao qual mantém seus vínculos institucionais na UCPel com a Pró-Reitoria de Graduação.

Composição da Equipe

Conta atualmente com uma equipe de aproximadamente 45 pessoas – entre docentes, voluntários e estagiários das seguintes áreas de formação: direito, contabilidade, administração, serviço social, sociologia, psicologia, filosofia, ciência política, relações públicas, farmácia, química, jornalismo e ecologia. Dentre estes, um grupo interdisciplinar de professores (01 Filósofo, 01 Advogado, 01 Psicóloga, 01 Assistente Social, 01 Administradora de Empresas, 01 Cientista Político e 01 Sociólogo) que coordenam de forma colegiada (as decisões são tomadas nas reuniões semanais dos professores) as atividades da Incubadora e 05 equipes de estagiários. Acreditam que as equipes básicas de incubação deveriam ser formadas por estudantes em estágio avançado de formação nos cursos de administração de empresas, ciências contábeis, direito, relações públicas e/ou publicidade e propaganda, serviço social, psicologia e pedagogia, e mais as áreas afins com o ramo de produção e/ou serviços da iniciativa a ser incubada.

<p>19- UFPB Universidade Federal da Paraíba</p> <p>Prédio da Reitoria, Sala 4 Cidade Universitária - João Pessoa -UF: PB Telefones/fax: (83) 216- 7266</p>	<p>20- UFRN* Universidade Federal do Rio G. do Norte</p> <p>R. Prof. Adolfo Ramires, 2025 Conj. dos Professores – Natal - UF: RN Telefone: (84) 3081-2813</p>
<p>21- UNICAMP* Universidade Estadual de Campinas</p> <p>Cidade Universitária Zeferino Vaz, s/nº Barão Geraldo -Campinas – SP CEP: 13085-000 Telefones/fax: (19) 3788-4754 ou 4753</p>	<p>22- UNIMEP</p> <p>Rodovia do Açúcar, km 156 – Campus Taquaral – Piracicaba UF: SP Telefones/fax: (19)3124-1507</p>
<p>23- UFAL Universidade Federal de Alagoas</p> <p>Campus A. C. Simões - BR 104 Norte, Km 97 s/n. Tabuleiro dos Martins - Maceió UF: AL Telefones/fax: (82) 214-1078 / 1077</p>	<p>24- UFSC Universidade Federal de Santa Catarina</p>
<p>25- UNISINOS* Universidade do Vale do Rio dos Sinos</p> <p>Av Unisinos, 940 – São Leopoldo UF: RS CEP: 93.022-000 Telefone: (51) 590-3333 R: 1179</p>	

* Incubadora filiada à Rede de ITCP's.

Quadro organizado para esta pesquisa

Fonte: Projeto Incubadores – UNITRABALHO / ICCO - 2002

ANEXOS

ANEXO A - Estatuto

ANEXO B – REDEINFORMA

ANEXO C – Manifesto das Cooperativas Populares da ITCP/Coppe/UFRJ